



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 138

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 07 de julho de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Bruno Belo (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Elisa Sousa)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, iniciou-se o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados diversos votos:

– **Voto do Congratulação pelos 25 anos do Agrupamento 1064 de Nossa Senhora da Conceição**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*) e usado da palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto do Congratulação a David Pinheiro Vicente pela sua participação, em competição, no Festival de Cannes**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira (*PS*) e usado da palavra o Sr. Deputado Cesar Toste (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto do Congratulação a Lisandra Marina da Rocha Meneses pelo Prémio “Jovem Talento 2020”, atribuído pela Fundação L’Oréal, na Estónia](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*) e usado da palavra o Sr. Deputado Cesar Toste (*PSD*) e o Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de congratulação pelo 25º aniversário dos Grupos de Ação Local - da Iniciativa Comunitária Leader à formalização e funcionamento das Associações de Desenvolvimento Local dos Açores](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*) e usado da palavra o Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*) e o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto do Congratulação Quinta do Martelo pela conquista do galardão Green Key pelo 14º ano consecutivo](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Mónica Rocha (*PS*) e usado da palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) usou da palavra para fazer uma **Declaração Política**, na qual intervieram os/as Srs./as Deputados/as José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), João Bruto da Costa (*PSD*), João Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

No decurso do debate, o Sr. Deputado Francisco César (*PS*) usou da palavra para defesa da honra da bancada, tendo sido prestados esclarecimentos pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

A **Declaração Política** que se seguiu foi apresentada pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), na qual intervieram os/as Srs./as Deputados/as Domingos Cunha (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Graça Silveira (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde (*Maria Teresa Luciano*).

Iniciou-se a agenda da reunião com o debate conjunto da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 65/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A, de 22 de janeiro, que procede à aprovação do Plano Anual Regional para 2020”](#) e da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XI – “Segunda alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2020”](#).

Feita a apresentação pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as António Vasco Viveiros (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Carlos Silva (*PS*), António Lima (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), Mónica Seidi (*PSD*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), José San-Bento (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde (*Maria Teresa Luciano*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino Meneses*).

Em votação final global, os diplomas foram aprovados por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 23 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Maria da Graça Oliveira Silva

Iasalde Fraga Nunes

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Marta Ávila **Matos**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima de **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Independente

Maria da Graça Amaral da Silveira

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP. Vamos iniciar pela apresentação de votos, como é habitual. A Mesa só recebeu votos do Partido Socialista. O primeiro refere-se ao Voto de Congratulação pelos 25 Anos do Agrupamento 1064 de Nossa Senhora da Conceição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25 anos do Agrupamento 1064 de Nossa Senhora da Conceição

O Agrupamento 1064 de Nossa Senhora da Conceição foi fundado, oficialmente, na freguesia da Conceição, ilha do Faial, a 22 de maio de 1995. O surgimento da ideia da sua criação aconteceu em 1994, tendo contribuído para o efeito a iniciativa do Cónego José Garcia e do dirigente do Corpo Nacional de Escutas, Jaime da Silva Alexandre, que desafiaram o Sr. José António Goulart – que viria a ser o Chefe Fundador – a participar no I Curso de Iniciação Pedagógica da ilha do Faial com vista à criação de um agrupamento de escuteiros na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição.

De seguida, foram iniciados os procedimentos de angariação de associados e dirigentes daquele agrupamento em formação, tendo sido concretizada a oficialização da sua constituição a 22 de maio de 1995, conforme expresso anteriormente.

A 2 de julho do mesmo ano realizaram-se as promessas dos 64 elementos que, na época, pertenciam àquele grupo de escuteiros.

O Agrupamento 1064 de Nossa Senhora da Conceição foi o terceiro grupo de escuteiros a ser formado na ilha do Faial e integra a Junta de Núcleo do Faial do Corpo Nacional de Escutas.

Atualmente, o 1064 conta com 60 elementos e o chefe do agrupamento é Pedro Filipe Bettencourt Soares, que está à frente destes escuteiros há 13 anos.

Anualmente, estes realizam diversas atividades como acampamentos, acantonamentos e caminhadas, no âmbito do escutismo, e têm marcado presença em encontros regionais como o Jamboree e o ACANUC.

Este agrupamento assume-se como uma das entidades congregadoras da freguesia da Conceição, no concelho da Horta, e que tem trabalhado em prol da cultura e da sua comunidade. Cumpre assim uma das ideias de Baden

Powell de que os escuteiros têm de deixar o mundo melhor do que o encontraram.

O 1064, como acontece com muitos outros da nossa Região, afirma-se como uma escola não formal que contribui em muito para a formação das crianças e jovens que escolhem ser escuteiros.

Uma palavra final para todas as famílias destes lobitos, exploradores, pioneiros, caminheiros e chefes que são uma peça fundamental para que a mensagem de Baden Powell não fique esquecida, bem pelo contrário, e continue a ser divulgada.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário do dia 7 de julho de 2020, aprove um Voto de Congratulação pelos 25 anos do Agrupamento de Escuteiros 1064.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Agrupamento 1064 de Nossa Senhora da Conceição, à Junta de Núcleo do Faial, ao Corpo Nacional de Escutas e à Junta de Freguesia da Conceição.

Disse.

Horta, sala das sessões, 7 de julho de 2020

Os Deputados, Francisco César, José San-Bento, Tiago Branco e Maria Isabel Quinto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, naturalmente, a este Voto de Congratulação pelos 25 Anos do Agrupamento 1064 de Nossa Senhora da Conceição. E transmite uma palavra de reconhecimento e de elogio a todos quanto, ao longo destes 25 anos, têm dado vida a esta verdadeira escola de

formação humana, que é também por isso muito importante para a freguesia de Conceição, para a ilha do Faial e por conseguinte também para a Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se a David Pinheiro Vicente pela sua participação, em competição, no Festival de Cannes.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Bom dia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

David Pinheiro Vicente pela sua participação, em competição, no Festival de Cannes

O Festival de Cinema de Cannes, cuja primeira edição, prevista para 1 de setembro de 1939, foi cancelada devido à invasão da Polónia pelas tropas alemãs e consequente início da Segunda Guerra Mundial, só ganhou verdadeiramente asas em 1947, tendo-se afirmado como um dos principais festivais de cinema mundiais e distinguido os melhores nomes e obras da Sétima Arte ao longo das suas 72 edições.

Apesar de já terem sido vários os portugueses presentes em Cannes e, inclusivamente, galardoados pelos conceituados júris, destacando-se pela

sua grandeza e mestria o realizador Manoel de Oliveira, a verdade é que há 11 anos que a cinematografia portuguesa não se encontrava em competição no certame.

Essa interrupção foi colmatada na edição deste ano pela curta-metragem “O Cordeiro de Deus”, escrita e realizada por David Pinheiro Vicente, natural da ilha Terceira.

Aos 24 anos, David Pinheiro Vicente leva, assim, o nome de Portugal, dos Açores e da ilha Terceira à competição oficial do Festival de Cannes, com uma obra selecionada entre 3810 curtas-metragens e que competirá com outras 10, oriundas do Egito, França, Grécia, Reino Unido, Colômbia, Mongólia, Canadá, Bélgica e Estados Unidos.

O terceirense David Pinheiro Vicente despertou cedo para o cinema e foi com naturalidade que estudou Cinema e Estética, em Lisboa, tendo de imediato ingressado pela escrita e realização cinematográfica e fazendo-se notar, ao ponto de ser atualmente apontado como um dos 10 próximos jovens realizadores, pela Academia de Cinema Europeu, e como um dos 10 novos realizadores a seguir, pela “European Film Promotion”.

A curta-metragem “O Cordeiro de Deus”, com 15 minutos de duração e agora em competição pela Palma d’Ouro de Cannes, foi rodada na pequena vila de Soalheira, no concelho do Fundão, de onde é natural o pai do jovem cineasta, e é, segundo o próprio, “uma história sobre a devoção religiosa e a sexualidade, sobre os perigos e desejos quotidianos, e sobre não ter outra escolha que não a do silêncio”.

A nota sobre o filme adianta ainda que “neste retrato de uma família pobre do interior de Portugal, pareceu-me fundamental que as personagens tivessem direito à sua própria natureza contraditória, numa abordagem que não fizesse delas vítimas, mas sim pessoas complexas que, como todas as outras, estão presas nos sintomas dos seus problemas.”

Embora “O Cordeiro de Deus” seja a primeira obra de David Pinheiro Vicente realizada fora do contexto académico, não é a sua estreia no circuito dos festivais de cinema internacionais.

Assim, em 2018 e depois de vencer o Festival de Curtas de Vila do Conde com “Onde o Verão Vai: episódios da juventude”, David Pinheiro Vicente esteve em competição no Molodist, o Festival Internacional de Cinema de Kiev, no Festival Internacional de Cinema de Chicago e no Festival Internacional de Cinema de Berlim, tendo a curta-metragem sido, posteriormente, exibida em mais de 40 países.

Entretanto, em entrevista à imprensa, o cineasta afirmou que a realização de um filme no arquipélago não está colocada de parte, até porque muito do que escreve é influenciado pelas suas vivências também na ilha Terceira.

A seu ver, “é uma zona de Portugal bastante diferente do resto, é um modo de vida diferente, são pessoas muito particulares. Sempre gostei muito de ser daqui e de ter crescido aqui. Não consigo olhar para as coisas sem ser desse modo. É como se a nossa infância e o lugar de onde vimos pusesse já uma lente entre nós e as coisas que nós fazemos.”

Embora o resultado da escolha do júri do Festival de Cannes, que este ano, devido à pandemia da COVID-19, não se realiza presencialmente, só seja anunciado no outono, David Pinheiro Vicente será, certamente, um nome a ter em conta e um motivo de orgulho para terceirenses, açorianos e portugueses, sendo também a certeza de que, apesar de insular e arquipelágico, nada impede o talento local de atravessar fronteiras e tornar-se universal, quando genuíno e excepcional.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2020, a aprovação de um Voto de Congratulação a David Pinheiro

Vicente, pela seleção da sua curta-metragem “O Cordeiro de Deus” para a competição oficial do Festival de Cinema de Cannes.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento a David Pinheiro Vicente.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 07 de julho de 2020

Os Deputados, Francisco César, Maria Isabel Quinto, José San-Bento e Maria de Fátima Ferreira.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado César Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Haja saúde a todos! Muito bom dia.

O Grupo Parlamentar do PSD emite também um Voto de Congratulação ao David.

Eu próprio que o conheci noutras circunstâncias... E a ambição deste jovem terceirense foi sempre de valorizar e é de dar os parabéns pela forma como ele não esquece as suas raízes, embora estando a fazer uma caminhada muito, muito boa. Assim, vai os nossos parabéns para o David.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação a Lisandra Meneses pelo prémio “Jovem Talento 2020”, atribuído na Estónia, pela Fundação L’Oréal. Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Lisandra Marina da Rocha Meneses

Prémio “Jovem Talento 2020”, atribuído pela Fundação L’Oréal, na Estónia

Lisandra Marina da Rocha Meneses, nascida a 4 de dezembro de 1991, na freguesia das Quatro Ribeiras, concelho da Praia da Vitória, ilha Terceira, antiga aluna do Departamento de Ciências Agrárias e do Ambiente da Universidade dos Açores, licenciou-se em Energias Renováveis e, em 2014, completou o mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, na ilha Terceira.

Recentemente, recebeu o prémio “Jovem Talento 2020”, atribuído na Estónia, pela Fundação L’Oréal, no âmbito do programa “Mulheres na Ciência”.

O programa “Mulheres na Ciência”, responsável pelo prémio “Jovem Talento”, foi estabelecido em 2005, na Letónia, pela Fundação L’Oréal, com o apoio da UNESCO, estendendo-se, desde 2017, aos restantes Países Bálticos.

Em 2016, Lisandra Meneses mudou-se para Tartu, na Estónia, para tirar o doutoramento em Ciências da Engenharia, na Universidade Estoniana de Ciências da Vida, estando atualmente a estudar diferentes estratégias para a produção de etanol e biogás, um trabalho que permitirá desenvolver biorrefinarias sustentáveis naquele país.

O trabalho atual também se foca em sociedades sustentáveis com uma boa valorização dos resíduos para fins energéticos, e tem participado em vários cursos, formações internacionais e conferências, para além de ter cerca de 30 trabalhos científicos e de investigação publicados desde 2013 até ao presente.

O trabalho que está a ser desenvolvido por Lisandra Meneses é pioneiro na Estónia, podendo ser também aplicado à Letónia e à Lituânia.

A investigadora terceirense, de 28 anos, tem já um currículo invejável no ramo da investigação científica a que se dedica.

Terminado o doutoramento na Estónia, Lisandra Meneses efetuará um pós-doutoramento na Austrália, prevendo-se um futuro que já se augura promissor, fruto do excelente e premiado trabalho que tem vindo a efetuar e que servirá, certamente, de incentivo aos jovens açorianos, ao mesmo tempo que nos orgulha a todos e estabelece a Região como uma inegável base de talentos nas diversas áreas da investigação científica.

A investigadora terceirense mantém uma relação de proximidade com a sua ilha e com a Região, colaborando com a Universidade dos Açores, particularmente com o Departamento de Ciências Agrárias e do Ambiente.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2020, a aprovação de um Voto de Congratulação à investigadora Lisandra Marina da Rocha Meneses pelo prémio “Jovem Talento 2020”, atribuído pela Fundação L’Oréal, na Estónia.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Deve estar muito satisfeita com esse voto! Deem-lhe trabalho!

O Orador: Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento à Lisandra Marina da Rocha Meneses, à Junta de Freguesia

das Quatro Ribeiras, ao Departamento de Ciências Agrárias e do Ambiente da Universidade dos Açores, à Universidade Estoniana de Ciências da Vida e à Fundação L'Oréal dos Países Bálticos.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 7 de julho de 2020

Os Deputados, Francisco César, José San-Bento, Domingos Cunha e Mónica Rocha.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado César Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente, a jovem Lisandra Meneses é o exemplo do potencial que a formação que é dada nas nove ilhas dos Açores, nomeadamente pela nossa Universidade, é de grande valorizar.

Ficam as palavras também dela numa entrevista que deu ao Diário Insular, que diz: “Por vezes, existe falta de oportunidades profissionais, o que pode levar os jovens açorianos a não contribuírem para o desenvolvimento local como gostariam, mas, com cientistas mais jovens ou menos jovens, os Açores têm ainda um caminho a percorrer até se tornarem energeticamente independentes e sustentáveis.” – defende Lisandra Meneses. Que estas palavras também fiquem neste voto também como mensagem ao Governo Regional.

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD e da Deputada independente:

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se, naturalmente, a este Voto de Congratulação, saudando a jovem investigadora terceirense Lisandra Meneses por esta notável distinção, que é mais um claro exemplo da excelência e do potencial dos investigadores açorianos. E que apenas reforça a necessidade que existe, que é evidente, de se definir uma estratégia robusta para o desenvolvimento da ciência e da investigação nos Açores e também da necessidade de criar condições para que estes notáveis jovens investigadores se possam fixar na Região e possam pôr ao serviço da Região todo o seu potencial e a sua capacidade neste domínio.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelo 25.º aniversário dos Grupos de Ação Local - da Iniciativa Comunitária Leader à formalização e funcionamento das Associações de Desenvolvimento Local dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**Voto de Congratulação pelo 25º aniversário dos Grupos de Ação Local
- da Iniciativa Comunitária Leader à formalização e funcionamento
das Associações de Desenvolvimento Local dos Açores**

A sigla LEADER traduz-se por “Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural”. É esta a designação da Iniciativa Comunitária que, quando nasceu, tinha como propósito mobilizar e promover o desenvolvimento em comunidades rurais, através de parcerias público-privadas: os designados Grupos de Ação Local.

A abordagem LEADER inseria-se na Política Europeia de Desenvolvimento Rural e tinha como principal objetivo incentivar os agentes do mundo rural a explorar as potencialidades das suas regiões, de forma a adaptarem-se à mudança e aumentar o seu nível de desenvolvimento.

Como parte integrante da Política de Desenvolvimento Rural, a iniciativa incentivava a participação local na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável, sendo encorajadas as perspetivas de desenvolvimento a longo prazo.

Os fundos comunitários da Iniciativa Comunitária LEADER, conforme regulamento da Comissão Europeia, eram geridos por um Grupo de Ação Local (GAL), constituídos maioritariamente por privados, pessoas individuais, associações, pequenas empresas, que estabeleciam parcerias autónomas com entidades públicas, nomeadamente Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais.

Como grupos de organização informal da sociedade civil, vigoraram durante o primeiro quadro comunitário, entre 1988 e 1993.

Com o início do segundo quadro comunitário, os Grupos de Ação Local foram transformados em Associações de Desenvolvimento Local, conforme legislação entretanto criada.

Nos Açores, em 1994 e 1995, foi decidida a constituição de quatro Associações de Desenvolvimento Local e definidos os seus respetivos territórios de intervenção:

A ADELIAÇOR que abrange as Ilhas do Faial, Pico, S. Jorge, Flores e Corvo;

A ARDE que abrange o Concelho de Ponta Delgada e a Santa Maria;

A ASDEPR que abrange os Concelhos da Lagoa, Vila Franca do Campo, Povoação, Nordeste e Ribeira Grande, em S. Miguel;

E a GRATER que abrange as Ilhas da Terceira e Graciosa.

Estas quatro Associações de Desenvolvimento Local dos Açores estão a comemorar 25 anos de existência, realizando um trabalho de proximidade proficiente, de dinamização para o desenvolvimento, em especial das freguesias e dos municípios rurais dos Açores.

Na verdade, estas Associações têm cumprido com excelência o seu papel institucional de parceiro certificado para gestão de fundos Leader da Comissão Europeia e do Governo Regional, agora incorporados no PRORURAL +.

Na dinamização e preservação do património cultural, no incremento da modernização e diversificação da atividade económica, no financiamento de variadas valências sociais das IPSS, Misericórdias, Associações de Bombeiros, da construção de infraestruturas destinadas a funções de lazer, sempre ambicionando a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais e dos cidadãos nelas vivendo. Foram centenas os projetos cujos financiamentos foram aprovados diretamente pelas quatro Associações, ou, mais recentemente, propostos para aprovação.

A título de exemplo, foram criados e requalificados: restaurantes, pastelarias, cafés, snack-bares, padarias, empreendimentos de turismo rural, igrejas e ermidas, núcleos museológicos, associações e bandas filarmónicas, feiras de

gastronomia tradicional, parques desportivos, jardins, ciclovias, marinas, beneficiação e construção de valências sociais para crianças, jovens e idosos, entre muitos outros investimentos. Uma verdadeira panóplia de investimentos privados e públicos que, ao longo de 25 anos, foram sendo executados com o apoio destas instituições, devidamente reconhecidas e certificadas tanto pela Comissão Europeia, como pelo Governo Regional dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Precisavam era ser fiscalizadas!

O Orador: Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe a esta Assembleia a aprovação deste voto de congratulação e que dele seja dado conhecimento às Associações que constituem os Grupos de Ação Local nos Açores, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?

O Orador: ... a todas as Assembleias Municipais e de Freguesia dos Açores, ao Governo Regional, ao Ministério da Agricultura, ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia.

Disse.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Horta, Sala das Sessões, 07 de julho de 2020.

Os Deputados, Francisco César, Carlos Silva, Maria Isabel Quinto e José San-Bento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Marco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD irá votar favoravelmente este voto.

Mais do que darmos nota de satisfação pelos 25 anos das Associações de Desenvolvimento Local, é um momento também de homenagear todos

aqueles que, ao longo de 25 anos, fizeram parte dos órgãos sociais destes Agrupamentos de Desenvolvimento Local.

Hoje, continua a fazer sentido a ligação entre as ações de desenvolvimento e a economia rural. Houve um trajeto que foi percorrido ao longo destes 25 anos. E existem também, com este trajeto, algumas notas que devem ser dadas sobre aquilo que era a ideia inicial e o que é a aplicação atual: existe claramente um intensificar da burocracia associada à aplicação da filosofia LEADER neste momento. E esta também é a nota que fica e que deve fazer-nos refletir nesta fase de amadurecimento do próximo quadro comunitário, porque os fundos que estão adstritos a estas rubricas são muito poucos para o nível de burocracia a que estão associados estes procedimentos.

E, portanto, não podemos, nem devemos, de uma inicial matriz de aplicação de proximidade de serviços básicos à população com reembolsos rapidamente e com candidaturas personalizadas, de contacto próximo, passar para uma burocracia que implica ir para uma plataforma nacional que acarreta o mesmo que candidaturas de milhões. Estamos a falar de candidaturas de pequenos valores em serviços sociais de proximidade, de economia local, de dinamização de proximidade nas sociedades pequenas, como são todas as ilhas dos Açores.

E, portanto, fica esta nota para reflexão, porque neste caso em concreto regrediu-se no nível de proximidade.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo... Sras. e Srs. Deputados primeiro, que são as pessoas nesta Casa na precedência e que deviam ser em todo o lado.

Realmente, começa-se a assistir aqui em final de legislatura, em que vale tudo por um voto e vale tudo por fazer um elogio...

E reconhecendo o trabalho das ADL, eu acho que este voto do Sr. Deputado Carlos Silva, eu não sei se lhe faltou talvez dar conhecimento ao Vaticano, a alguém que se tenha esquecido, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Devia ter pensado nisso!

O Orador: ... porque também têm projetos de desenvolvimento local. A igreja, as Santas Casas, a Associação da Misericórdias, a Associação dos Amigos de São José de Cima, a Associação dos Amigos de São José de Baixo. Quer dizer, isto é absolutamente inacreditável, ao ponto que se chega no primeiro órgão da autonomia!

Eu já disse isso uma vez aqui, volto a dizer: acho que é preciso, urgentemente, já tardiamente, rever o Regimento, porque esse tipo de votos desmerece a democracia, desmerece o debate político, desmerece o debate de ilha e, efetivamente, não tem utilidade nenhuma para a vida prática dos açorianos. Acabou por ser aqui, como nós bem vimos, um hino ao Centrão. Um hino ao Centrão foi o voto que o Sr. Carlos Silva aqui acabou de fazer.

Deputado Carlos Silva (PS): Com CDS ou sem CDS?

O Orador: Ao Centrão do PSD e do PS.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto desta manhã é um Voto de Congratulação à Quinta do Martelo pela conquista do galardão Green Key pelo 14.º ano consecutivo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Quinta do Martelo pela conquista do galardão Green Key pelo 14.º ano consecutivo

Pelo 14.º ano consecutivo, a Quinta do Martelo - Centro Etnográfico e Gastronómico, na ilha Terceira, conquistou o galardão Green Key, um prémio internacional que promove o Turismo Sustentável em Portugal através do reconhecimento de estabelecimentos turísticos, alojamento local, parques de campismo e restaurantes que implementam boas práticas ambientais e sociais, que valorizam a gestão ambiental nos seus estabelecimentos e que promovem a Educação Ambiental para a Sustentabilidade.

O programa “Green Key” é da responsabilidade da Fundação para a Educação Ambiental, sediada na Dinamarca e é coordenada em Portugal pela Associação Bandeira Azul da Europa, com o apoio de diversas entidades nacionais públicas e privadas.

De salientar que o programa tem como objetivo consciencializar para a adoção de práticas e comportamentos sustentáveis entre os decisores e participantes, através da educação ambiental para a sustentabilidade, reduzir o impacto ambiental das atividades de comércio, serviços e restauração,

promover a redução e eficiência no consumo dos recursos naturais, facilitar estratégias de marketing verde e reconhecer as iniciativas de gestão ambiental e, finalmente, contribuir para a implementação de Agendas 21 Locais através da melhoria contínua das organizações.

Sendo assim, a atribuição do galardão à Quinta do Martelo pelo 14.º consecutivo, a juntar a muitos outros reconhecimentos regionais, nacionais e internacionais que lhe têm sido atribuídos desde que abriu portas há 30 anos, é uma confirmação da inegável qualidade que imprime ao Turismo Rural, servindo para afirmar o destino Açores no panorama internacional, sobretudo na atual situação resultante da pandemia da COVID-19.

Propriedade de Gilberto Vieira, um dos mais reputados empresários do ramo nos Açores, a Quinta do Martelo, localizada a 7 km da cidade de Angra do Heroísmo, na freguesia de São Mateus, proporciona uma experiência da tradição, etnografia e gastronomia terceirense, na tranquilidade do meio rural e através de uma viagem ao passado.

O empreendimento turístico compreende extensas áreas verdes, animais de quinta e campos cultivados, produzindo bens alimentares próprios, por meio de produção biológica e métodos ancestrais, e que incluem culturas desde pomares, leguminosas, tubérculos, plantas aromáticas e medicinais e variadas espécies de hortícolas, posteriormente utilizados na confeção de pratos típicos, servidos no restaurante da quinta, no atual conceito internacional do “farm-to-table”.

Na verdade, a Quinta do Martelo repõe o ambiente rural açoriano genuíno,
...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

A Oradora: ... desde as construções e adereços, à gastronomia, meio envolvente, usos e costumes, servindo para observar e experimentar toda a

evolução da cultura gastronómica, etnográfica e civilizacional dos Açores ao longo dos séculos.

Aos visitantes da quinta é oferecida a verdadeira ambiência de uma casa rural Açoriana, sobretudo de um trabalho de pesquisa e levantamento dos saberes tradicionais de arquitetura, decoração e restantes equipamentos desde os primórdios, sem descurar os mais modernos requintes de conforto, postos à disposição do utilizador.

A Quinta do Martelo tem feito um esforço contínuo de melhorias, nomeadamente no que respeita às energias renováveis, como facilmente se depreende pela atribuição, mais uma vez, do galardão Green Key.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2020, a aprovação de um Voto de Congratulação à Quinta do Martelo - Centro Etnográfico e Gastronómico, pela atribuição, pelo 14.º consecutivo, do galardão Green Key.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento à Quinta do Martelo, na pessoa do seu proprietário Gilberto Vieira, à Direção Regional de Turismo e à Associação Bandeira Azul da Europa.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 7 de julho de 2020

Os Deputados, Francisco César, Maria Isabel Quinto, José San-Bento e Mónica Rocha.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra. Sra. Deputada, peço-lhe que ligue o microfone, por favor. Muito obrigada.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Peço desculpa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com naturalidade, gosto e satisfação que esta bancada se associa ao voto que foi acabado de ler daquela tribuna.

De facto, já desde há largos anos, pelo menos há 30 anos que a Quinta do Martelo é uma referência no panorama do turismo regional, continua a ser e a prova é que ao longo de 14 anos consecutivos continua a trazer prémios para a Região que, de facto, dignificam o nosso destino.

Portanto, é com enorme satisfação, como disse, que nos associamos a este voto, fazendo também votos que a Quinta do Martelo continue a pugnar pelo seu serviço de excelência.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Concluimos a apresentação dos votos. Vamos então iniciar agora as **Declarações Políticas**. A primeira cabe ao PPM. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a poucos meses de concluir esta legislatura. Esta é a altura de fazer balanços. No que me diz respeito, empenhei-me fortemente na defesa das populações. Desde logo dos corvinos, a quem devo o privilégio e a honra de aqui estar, mas também de todos os outros açorianos. Participei em todos os debates. Fiscalizei todas as matérias. Realizei propostas a propósito do que me pareceu mais relevante. Insurgi-me contra todas as injustiças. Empenhei-me fortemente na defesa dos direitos dos que menos têm.

Realizei mais de 1000 intervenções neste Plenário ao longo da atual legislatura.

Deputado Carlos Silva (PS): Quantas?

O Orador: 1000.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fora os apartes!

Deputado Carlos Silva (PS): Esses não contam!

O Orador: Umhas melhores e outras menos boas, como é natural. Mas uma coisa posso garantir: o propósito de todas elas foi contribuir para uma sociedade mais justa e mais próspera.

Na nossa imperfeita cultura democrática, a crítica é quase sempre vista como uma atitude negativa. Não penso assim. Quando aqui formulo críticas, o meu propósito é dar um contributo para que o que funciona mal possa ser melhorado. Para que as injustiças possam ser corrigidas. Para que a incompetência e os abusos possam ser combatidos.

Fiz mais de 200 requerimentos (cerca de 20% do total dos requerimentos realizados nesta legislatura), o maior número de perguntas orais realizadas no Plenário e solicitei um grande número de audições em sede de Comissão Parlamentar. Empenhei-me, fortemente, na fiscalização da atividade governativa. Procurei respostas para as insuficiências detetadas. Lembrei promessas governativas esquecidas. Sinalizei injustiças. Não tenho dúvidas em afirmar que uma parte das respostas desenvolvidas pelo Governo Regional não teria ocorrido se todas estas questões não tivessem sido formuladas. Tirei o pó a muitas gavetas. Desassosseguei muita gente ao longo destes quatro anos. O meu único propósito foi servir os Açores. Estimular respostas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Estou a ver que a minha intervenção está a perturbar V. Exas. Não tenho culpa de ter trabalhado muito.

Existe uma grande margem de melhoria por parte do Governo Regional nesta matéria. A começar pela celeridade das respostas. Demorar 60 dias a responder às perguntas dos parlamentares é inaceitável nos nossos dias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 60 dias não é mau!

O Orador: O Governo da República responde em 30 dias, os governos autonómicos espanhóis em 25 e o Governo de Cabo-Verde em 15 dias.

O Governo Regional esconde informação sensível aos parlamentares açorianos durante meses. Demora, por vezes, meses a responder aos pedidos de audição em sede de Comissão Parlamentar.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Dou um exemplo já: veja-se o caso da audição pedida pelo PPM a propósito da SATA. Aguardo, desde o dia 28 de maio, que o Governo Regional se disponibilize a fornecer informação transparente a propósito das ajudas de Estado solicitadas e a sua fundamentação e descrição do Plano de Restruturação. Ao contrário do que sucede em todos os outros sistemas parlamentares democráticos, o Governo Regional esquiva-se, especificamente no assunto SATA, a fornecer informação transparente ao Parlamento, do qual depende, em última análise, a sua existência política.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esgotei a utilização de todos os instrumentos regimentais a que uma Representação Parlamentar tem direito. Fiz todas as interpelações parlamentares que podia fazer e todas as perguntas orais que me são permitidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E escritas?

O Orador: Teria feito ainda mais se as fronteiras do Regimento fossem mais largas e porosas e se a interpretação que a Presidente faz das normas regimentais não fosse tão penalizadora para a Representação Parlamentar do PPM. É o caso dos debates de urgência, que a Representação Parlamentar do

PPM pôde promover, com o mesmo Estatuto Político-Administrativo e Regimento, nos tempos da presidência do insigne deputado e jurista Francisco Coelho, mas que a atual Presidente do Parlamento decidiu impedir e censurar. A recuperação da independência e isenção da presidência do Parlamento dos Açores constitui uma das grandes urgências do nosso sistema político e parlamentar.

Apesar de tudo, consegui interpelar o Governo Regional a respeito de questões importantes. Fui o primeiro a sinalizar a necessidade de elaborar um plano de combate à pobreza. Insisti no assunto. Sinalizei as desigualdades inconcebíveis que persistem na nossa sociedade. Agendei um debate sobre os efeitos do furacão “Lorenzo” logo no dia seguinte à sua ocorrência. Empenhei-me muito na questão da recuperação do tempo de serviço dos docentes, na precariedade dos trabalhadores que exercem funções em diversas instituições integradas em programas ocupacionais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai ganhar as eleições!

O Orador: Promovi debates sobre as capacidades e resultados do Sistema Regional de Saúde e do Sistema Educativo Regional. Interpelei o Governo Regional a respeito de todos estes temas.

Apresentei cerca de 20% do total dos projetos de decreto legislativo regional e dos projetos de resolução apresentados ao longo da atual legislatura por esta Casa. Vi aprovadas 13 das iniciativas parlamentares que aqui apresentei ao longo da legislatura. As iniciativas que apresentei abarcam temáticas locais e regionais, em todas as áreas da atividade governativa. Ainda assim, existem, até ao momento, cerca de 2500 referências à ilha do Corvo nos diários das sessões, que é, em conjunto com a Terceira, a ilha mais vezes referenciada. É o meu círculo eleitoral, que merece todo o tipo de desvelos da minha parte. Mas, como já disse, “meto-me em quase tudo e com quase todos”.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos na antecâmara das eleições legislativas regionais. Quero aqui anunciar que tenho quatro grandes prioridades para a próxima legislatura: ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Já se percebeu!

O Orador: ... a proteção da população dos Açores em relação aos efeitos da pandemia COVID-19; ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é um comício?

O Orador: ... a promoção de um desenvolvimento económico territorialmente mais descentralizado nos Açores; o aprofundamento do nosso sistema democrático e a promoção da alternância democrática no Governo; e a promoção de políticas que permitam o efetivo progresso, ao nível das nossas potencialidades, dos Açores.

O nosso contributo será, como sempre, esforçado e empenhado. Tudo pelos Açores. Tudo pelos açorianos.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Entramos agora no período de debate. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(* **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece que entramos oficialmente no período de despedidas. É legítimo, compreende-se.

O que é que eu poderia dizer de uma intervenção, Sra. Presidente, autoelogiosa, em que Paulo Estêvão é juiz em causa própria? Ele é o maior da sua rua. Ele tem o rei na barriga. Ele é o mais sério, o mais trabalhador, o mais empenhado. Ele é Paulo Estêvão, o monárquico de uma corte de um homem só.

Sr. Deputado, saudações democráticas, em primeiro lugar, para o PPM. Foi um gosto estes debates durante esta legislatura.

E eu gostava de lhe dizer que é importante, numa altura de balanço, nós fazermos este registo, o reconhecimento do papel que cada um tenta fazer de acordo com as suas convicções e com os seus compromissos para com os seus círculos eleitorais. O Partido Socialista respeita isso, saúda essa diversidade.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que muitas vezes o senhor perdeu pela forma exuberante e injusta como abordou vários temas. Mas eu queria também dizer, Sr. Deputado: o senhor vem aqui fazer uma intervenção tão autoelogiosa, o senhor tem uma ideia de si próprio... Eu não lhe quero estragar o dia, mas deixe-me que lhe diga uma coisa com toda a franqueza: o senhor muitas vezes confunde estratégia com tática. E isso faz com que o Sr. Deputado seja dos deputados mais previsíveis deste Parlamento. E, portanto, também é bom que nesse espírito de saudação democrática o senhor tenha consciência que se calhar o senhor está muito longe daquilo que projeta de si próprio.

Bem, mas a verdadeira razão para ter pedido a palavra, Sra. Presidente, feitos estes enquadramentos que me pareciam importantes, eu pedi a palavra por duas razões, essencialmente:

Em primeiro lugar, para, em nome do Partido Socialista, dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão e dizer a toda esta Câmara, que é profundamente injusto as referências que o senhor faz à Sra. Presidente Ana Luís em matéria de falta de isenção e em matéria de parcialidade. Isto é profundamente injusto. A Sra. Presidente da Assembleia desenvolveu um mandato com grande dignidade, procurando sempre pôr esta instituição e o cargo que ocupa acima das querelas partidárias.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não teve um mandato perfeito. Ninguém nesta Assembleia teve um mandato perfeito, a começar por mim.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

O Orador: Mas é justo reconhecer que a Sra. Presidente Ana Luís procurou sempre prestigiar a autonomia, valorizar a instituição parlamentar e defender os Açores em termos gerais. Isso deve ser reconhecido. E não faltam exemplos, que todos no seu íntimo se lembram e reconhecem, em que a Sra. Presidente demonstrou precisamente imparcialidade e independência na gestão desses trabalhos, muitas vezes mesmo contra o Governo, chamando a atenção a Membros do Governo no uso da palavra;

A segunda razão por que eu pedi a palavra em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi para deixar absolutamente claro um aspeto, Sr. Deputado: o senhor pode ir para o Corvo dizer aos seus eleitores e aos seus simpatizantes que o grande desenvolvimento, o impressionante desenvolvimento que a ilha do Corvo mereceu nesta legislatura, a juntar àquilo que já vinha de trás, mas particularmente todos reconhecem os investimentos, o grande número de intervenções da responsabilidade do Governo Regional que estão a ser feitas e muitas delas já concluídas na ilha do Corvo, se devem ao trabalho de V. Exa. e ao trabalho do PPM. No entanto, há uma outra interpretação e eu acho que é preciso que se diga a verdade. E a verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que o Governo Regional tem tido sempre uma sensibilidade muito grande com todas as ilhas dos Açores, particularmente com aquelas ilhas mais frágeis, promovendo investimentos em que promove a discriminação positiva como fator de igualdade. E, portanto, o Corvo é bem o exemplo de um Governo que tem essa consciência, um Governo que está atento a todas as parcelas dos Açores e um Governo que procura sempre fazer investimento, desenvolver todas as ilhas dos Açores, todos os concelhos dos Açores.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E para além desta sensibilidade particularmente do Governo Regional dos Açores, também há a registar o papel que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem tido: tem procurado sempre estar no terreno, próximo das populações, visitando as ilhas, visitando os concelhos, reunindo com as forças vivas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está quase no autoelogio, Sr. Deputado!

O Orador: Um trabalho que só foi, infelizmente, atenuado nos últimos meses por via da pandemia.

E eu queria, no caso particular da ilha do Corvo, destacar o papel e a influência que o Sr. Deputado Iasalde Nunes tem tido inúmeras vezes nos debates, no Grupo Parlamentar, nas reuniões com o Governo.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Podem rir-se à vontade. Eu testemunhei isso diversas vezes e é da maior justiça deixar aqui esta palavra de reconhecimento e de apreço pelo trabalho de um grande Deputado do PS.

Parabéns camarada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria saudar o Sr. Deputado Paulo Estêvão, com toda a franqueza. E dizer-lhe, Sr. Deputado, que o seu trabalho nesta Casa... Não vou incensá-lo nem vou fazer alguma consideração sobre as suas características pessoais, como aqui foi feito pelo Sr. Deputado José Santobento, porque estamos aqui a discutir política. E eu quero fazer uma referência ao seu extraordinário trabalho que tem feito nesta Casa, à defesa intransigente do Corvo e dos corvinos, como ninguém fez nesta Casa. E isto tem que ser dito e redito. O senhor foi exemplo na defesa intransigente da sua ilha. E nisso ninguém o bateu e ninguém o bate.

Como foi também um Deputado que produziu trabalho nas mais diversas áreas, onde se destaca por exemplo...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Quem é que está a dizer que não é verdade?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Fui eu!

O Orador: Lamento, é verdade, Sr. Deputado, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: ... embora lhe custe a si e a alguns dos seu colegas.

Deputado João Paulo Ávila (PS): A mim?!

O Orador: Que se compare a produtividade do Sr. Deputado Paulo Estêvão com a sua!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sim, sim...

O Orador: Naturalmente que o senhor fica a perder e a perdeu muito.

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

O Orador: O senhor e muitos dos seus colegas! E a perder muito! E, portanto, sejamos humildes e respeitemos o trabalho de cada um!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sim, sim!

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão é um deputado de trabalho exemplar nesta Casa, deu exemplo à democracia e é um exemplo para alguns de vocês! E, sobretudo, nunca pôs os interesses do partido à frente dos interesses das pessoas, como alguns dos senhores fizeram nesta Casa bastas vezes. E não posso avançar muito para trás, basta começar na fila da frente. E, portanto, imparcialidade, Sr. Deputado...

E o senhor fez a sua intervenção. O Sr. Deputado Paulo Estêvão não pode falar do seu trabalho, não pode fazer referência ao seu trabalho.

Deputado Francisco César (PS): O que é que tem a fila da frente?

O Orador: A fila da frente, era para o Sr. Deputado José San-Bento.

Presidente: Por favor, não entrem em diálogo, Srs. Deputados.

O Orador: Posso continuar, Sra. Presidente? Muito obrigado.

E, portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, é merecido e sem nenhum favor. O seu trabalho que, aliás, é reconhecido aqui nesta Casa e fora desta Casa. Isso ninguém tem dúvidas. E isso naturalmente gera...

Agora, o que é lamentável, Sr. Deputado José San-Bento, (e vou repetir) lamentável é o aproveitamento político que o Partido Socialista faz do Governo, que deve ser dos Açores e dos açorianos! Essa é que o senhor...

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter lata!

O Orador: O Governo dos Açores... Eu sei que o incomoda, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Incomoda a si, às suas convicções!

O Orador: Não me incomoda a mim nada! O senhor não tem convicções nenhuma!

Presidente: Por favor, Srs. Deputados, não entrem em diálogo!

O Orador: O senhor tem lá convicções coisíssima nenhuma!

O que é lamentável...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma questão de caráter!

O Orador: Ó Sra. Presidente... O Sr. Deputado ou deixa-me... Eu presumo que ele esteja muito enervado. O Sr. Deputado José San-Bento fica sempre muito enervado no final de legislatura. Eu não percebo porquê. Eu posso continuar, Sr. Deputado?

Deputado José San-Bento (PS): Com certeza!

O Orador: Eu posso continuar?

Deputado José San-Bento (PS): Claro!

O Orador: Na minha opinião, que é a minha, vale o que vale, eu lamento a intervenção que o Sr. Deputado José San-Bento fez. A arrogância, aproveitando-se para o Partido Socialista aquelas que são algumas medidas do Governo e que o Governo governa e bem. E, portanto, o Partido Socialista apropria-se de algumas medidas, confundindo o partido com o Governo e o Governo com o partido. Isto não é saudável em democracia! Podem discordar e podem concordar. É a minha opinião. E mais, não é só a minha opinião, é a opinião de muita gente. Aliás, isso até pode servir para camuflar determinadas coisas, que agora aqui não são chamadas, como por exemplo a produtividade dos deputados e a propositura dos deputados.

E, portanto, termino, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não vou fazer apreciações sobre o seu carácter, não vou fazer apreciações sobre a sua personalidade. Faço apreciações sobre o seu trabalho político, que é aquilo que aqui interessa.

Deputado José San-Bento (PS): Foi o que eu fiz!

O Orador: E felicito-o pelo seu trabalho em prol dos açorianos, em prol da democracia.

E também queria fazer, já em final de balanço, que ainda teremos mais um Plenário, mas que também muito poderia ter sido transmitido lá para fora se tivéssemos tido uma coisa fundamental em democracia, que é a imparcialidade da comunicação social, imparcialidade e isenção da

comunicação social, o que, infelizmente, nem sempre aconteceu nesta Casa.

E a esse assunto voltarei brevemente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho nesta Declaração Política do Deputado Paulo Estêvão, do PPM, que fez um balanço da sua intervenção ao longo desta legislatura, em jeito de prestação de contas do trabalho que realizou e que fez. E que muito dele concordamos e outro discordamos, como não podia deixar de ser, é normal em democracia.

E é importante, obviamente, que em cada momento, para quem representa os seus eleitores, quem representa açorianos e açorianas, que preste contas do trabalho que fez. E o fim de legislatura, não sendo obviamente o único momento em que isso deve ser feito, é o momento por excelência para esse debate, para essa prestação de contas e a que todos e todas somos chamados nesta altura.

Obviamente, não farei uma avaliação daquele que foi o trabalho do Deputado Paulo Estêvão. Como disse, em muito concordamos, em outras partes também discordamos, como é normal em democracia, mas também não farei a mesma resenha estatística que o Deputado Paulo Estêvão fez. Mas não poderei deixar de utilizar este tempo e esta intervenção para reafirmar aquelas que foram algumas das nossas prioridades, do Bloco de Esquerda, ao longo desta legislatura e que continuarão, certamente, a ser no futuro, não só pela defesa da dignidade do trabalho, do combate à precariedade, pela valorização dos serviços públicos, na Saúde, que tanto agora preocupa os açorianos e açorianas ainda mais do que preocupava anteriormente devido à

situação que vivemos, pela valorização da educação. E estas matérias continuam a ser prioridade para os açorianos e açorianas e para o Bloco de Esquerda. E continuarão a ser. Mas também assuntos que se tornaram cada vez mais prementes na nossa realidade: a questão ambiental, a questão do bem-estar animal. Matérias que o Bloco de Esquerda teve e continuará a ter intervenção muito séria nesta matéria.

Mas também, em final de legislatura, não se pode deixar de avaliar aquele que foi o papel do executivo e do Governo. E essa avaliação tem, como não pode deixar de ser, que ser feita nesta altura. E avaliar o Governo não é apenas avaliar o cumprimento do seu programa do Governo, é também isso, como é óbvio, mas é olhar para a realidade do dia de hoje e olhar para a realidade de há 4 anos e ver a evolução que existiu, ou não, em todas as áreas da nossa sociedade e perceber exatamente qual foi o papel do Governo e as consequências que teve a intervenção do Governo. E em muitas matérias vemos que, infelizmente, a evolução foi pouca ou nenhuma, seja na questão da Saúde no que diz respeito às listas de espera, seja no abandono escolar precoce, seja no risco de pobreza. Há muito que, durante estes 4 anos, ou não evoluiu, ou evoluiu muitíssimo pouco.

Por isso, terminando, não deixando de dizer que avaliar o trabalho de cada um de nós e avaliar o trabalho do executivo, porque este foi o mote desta Declaração Política, é também olhar para a realidade da nossa sociedade, a realidade da nossa Região Autónoma e perceber o que é que mudou, o que é que efetivamente melhorou em 4 anos, não apenas para o momento atual, não apenas para os documentos e para as intervenções e para as propostas, mas olhar para a consequência da intervenção de cada um de nós, deste Parlamento e do Governo na nossa sociedade e perceber a influência que teve do ponto do desenvolvimento das suas políticas.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata enaltece a vertente de referência à atividade deste Parlamento na Declaração Política do PPM e do Sr. Deputado Paulo Estêvão. Enaltece, de facto, o papel que o Parlamento dos Açores, como primeiro órgão da autonomia, deve desempenhar na nossa Região, na nossa autonomia, no nosso modelo democrático. É, de facto, no Parlamento dos Açores que se devem discutir os modelos de governação, as opções que cada força política assume na defesa dos interesses das suas populações, do nosso povo, do povo das diversas ilhas, do povo de cada uma das ilhas dos Açores. E por isso mesmo elegemos deputados por círculos de ilha, e eles representam, naturalmente, em primeiro lugar, o seu círculo eleitoral e também toda a Região e todos os Açores. Mas é esse papel fundamental na democracia dos Açores que este Parlamento deve de alguma forma favorecer em termos de mostrar a sua utilidade e a sua premência na defesa daquilo que cada um defende para a nossa Região, para a Região Autónoma dos Açores.

Queria também dizer, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o respeito democrático e o respeito que cada uma das representações políticas tem neste Parlamento. Respeitamos todos por igual. É esse o jogo democrático que nós queremos jogar, o respeito por cada um dos partidos representados neste Parlamento e, desde logo, o respeito pela singularidade de cada um que aqui é representado e também por isso o respeito pelas Representações Parlamentares que, pelo facto de terem só um deputado, naturalmente, assumem um protagonismo diferente por essa via na atividade parlamentar.

E também é esse respeito e esse diálogo democrático que fazemos e que temos feito ao longo desta legislatura.

Naturalmente que também, nesse âmbito, entendemos que é na divergência e na convergência de opiniões que fazemos a democracia nos Açores. Estivemos muitas vezes ao lado de Representações Parlamentares na defesa dos interesses de cada uma das nossas ilhas. Assim como sabemos que também no papel de oposição fomos fiscalizadores, em conjunto, da atividade governativa, muito mais do que a maioria o faz, infelizmente, na nossa Região Autónoma. Exemplo disso foi dado também pela Declaração Política do Sr. Deputado Paulo Estêvão na referência que faz ao deficiente diálogo democrático que existe quando as oposições fazem requerimentos ao Governo. A título de exemplo dizemos apenas um requerimento que o PSD tem feito: em 15 de maio de 2019, um simples requerimento para que seja divulgado o contrato de leasing do Airbus A330, para que o Governo responda quanto custa à Região o Airbus A330. E que desde 15 de maio de 2019 aguarda resposta por parte do Governo Regional. E, nessa medida, era útil que o diálogo democrático e o respeito pelas oposições fosse efetivo em termos daquilo que é a eficiência da resposta que o Governo tem obrigação de dar aos partidos políticos e àquilo que é requerido e perguntado e que tem o dever de informar e de responder.

O Partido Social Democrata, naturalmente, neste balanço de legislatura, reafirma que, quando é a defesa das nossas ilhas, a defesa das nossas populações que está em causa, estamos, certamente, lado a lado. E estivemos, certamente, muitas vezes, muitas mais vezes até do que aquelas que pudemos estar em divergência, ao lado de cada um dos deputados que defende os interesses da sua ilha e das suas populações. E, por isso mesmo, em relação ao PPM, estivemos também muitas vezes lado a lado, ambos, a defendermos os interesses da população do Corvo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar.

Naturalmente que no diálogo democrático, nas eleições, nem sempre estamos lado a lado. E apresentamos, o Partido Social Democrata apresenta um modelo alternativo de governação, uma alternância que achamos que é saudável para o futuro dos Açores. E, por isso mesmo, também contamos que no futuro possamos ter uma representação da ilha do Corvo na bancada do Partido Social Democrata, para podermos, assim, melhor também defender o interesse de todos os açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(* **Deputado João Corvelo (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Na Declaração Política do Deputado Paulo Estêvão, do PPM, nós revemo-nos em algumas situações em relação também à ilha do Corvo. É muito importante nós virmos cá a esta Casa defender sobretudo o círculo eleitoral em que fomos eleitos e aquilo que falamos com as pessoas e prometemos durante, também, a campanha eleitoral.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não chegas lá!

O Orador: No entanto, o que nós achamos é que se devem levantar preocupações em relação às populações, que se devem arranjar soluções, como tem sido feito aqui neste Parlamento.

E, sem dúvida nenhuma, concordo com aquilo que disse o Deputado Artur Lima, que foi que o Deputado Paulo Estêvão foi muito interventivo em relação à ilha do Corvo. Sem dúvida. E falou também em relação, por exemplo, na sua Declaração Política, à falta muitas vezes de democracia. É verdade, nós também sentimos isto. E sentimos isto claramente, por exemplo, no círculo eleitoral onde sou eleito. É do conhecimento público que nós, a Representação Parlamentar do PCP, temos, na ilha das Flores, uma página nas redes sociais. E sabemos que há muitos dirigentes de outras forças políticas que, quando uma pessoa coloca um “gosto” numa afirmação que nós fazemos aqui nesta Casa, vão perguntar a eles: porque é que vocês colocaram um “gosto”? Portanto, isto acontece e tem acontecido!

Aliás, é muito feito, e eu tenho a certeza que o Sr. Presidente do Governo não se revê nesta situação, enquanto nas visitas do Governo Regional à ilha das Flores existem Srs. representantes do Governo Regional dos Açores, e tenho a certeza que o Sr. Presidente não se revê nessas afirmações, que fazem juízos de valor sobre a formação de deputados eleitos por aquela ilha para, muitas vezes, como foi o caso nesta altura, tentar denegrir os deputados eleitos pelo círculo eleitoral onde foram eleitos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem sabe disso!

O Orador: Tenho a certeza que o Sr. Presidente do Governo não se revê nessas afirmações feitas por alguns governantes e, neste caso, um governante na ilha das Flores. E nós todos temos conhecimento disso.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, em relação às preocupações que o senhor tem levantado em relação à ilha do Corvo, nós, na maioria, estamos de acordo que sejam levantadas. E em relação a soluções que também arranjou, como por exemplo a ida do barco, há bem pouco tempo, que o Sr. Deputado Paulo Estêvão apresentou nesta Casa, que era um barco com condições que favorecesse e que beneficiasse... não beneficiasse, que

pudesse fazer o abastecimento regular à ilha do Corvo. E nós tivemos aqui nesta Casa e continuamos a dizer que sim, senhor, estamos de acordo.

Em relação à falta de democracia, Sr. Deputado Paulo Estêvão, temos a certeza de que não existe uma democracia plena na nossa Região. Nós o que dizemos e que continuamos a dizer é que ainda existem resquícios de fascismo nesta Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional Berto Messias, tem agora a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caras e caros colegas:

Eu pedi a palavra para me referir a uma questão específica que foi referenciada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão na sua Declaração Política, reforçada depois pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa, mas não posso deixar de me referir a esta referência completamente desadequada e alheada da realidade feita pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo quanto às reminiscências do fascismo na nossa Região. Sr. Deputado, V. Exa. está profundamente equivocada. Felizmente, vivemos hoje uma democracia plena, uma democracia madura, uma democracia consistente para a qual todos nós, todos os partidos aqui representados certamente contribuíram. E o Sr. Deputado João Paulo Corvelo, nas referências e nos exemplos que dá, dá um péssimo exemplo, porque mostra não querer lidar bem ou não saber lidar bem com o contraditório ou com as críticas que lhe fazem, legítimas certamente, no seu círculo eleitoral.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Isso, Sr. Deputado, permita-me que lhe diga, não é um bom exemplo do aprofundamento da democracia e da dialética democrática que, felizmente, todos nós temos na nossa Região, incluindo também, obviamente, o círculo eleitoral ao qual V. Exa. pertence.

Mas pedi a palavra para me referir em concreto a duas referências que foram feitas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão nesta sua intervenção de despedida neste Parlamento.

Relativamente à referência que faz sobre o Governo Regional esconder informação sensível aos deputados, Sr. Deputado Paulo Estêvão, a verdade é que afirmar por várias vezes uma mentira não faz com que isso passe a ser verdade. Isso, pura e simplesmente, não é verdade! O Governo Regional tem remetido ao Parlamento um volume significativo e considerável de informação, de documentação, quer por via dos requerimentos apresentados, quer por via das solicitações das Comissões Parlamentares, quer permanentes, quer eventuais, quer de inquéritos, de que certamente não haverá memória na história deste Parlamento. Foram muitos e muitos volumes de informação remetida ao Parlamento dos Açores tendo em conta as solicitações das Srs. e dos Srs. Deputados.

Aliás, devo dizer, a título de curiosidade, para que todos estejam a par, nós, neste momento, temos já entregues no Parlamento 965 requerimentos. Mais de 95% desses requerimentos estão respondidos. É disto que estamos a falar. Aliás, permitam-me dizer-vos também, muito acima daquilo que são as taxas de resposta noutros parlamento do nosso país. Na Assembleia da República, estamos a falar de taxas de resposta ao nível de 50%. E na Madeira, veja-se bem, nem há essa regra, o Governo responde se quiser e se muito bem entende. Felizmente, aqui não é assim.

E, Sr. Deputado João Bruto da Costa, permita-me dizer-lhe também o seguinte, porque também se referiu a essa questão e não pode ficar a ideia de

que o Governo não respondeu ou não remeteu informação: no caso específico relativamente ao leasing do A330, fui eu próprio que entreguei o contrato neste Parlamento, no âmbito da Comissão de Inquérito ao Setor Público Empresarial Regional, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas o requerimento não era só isso! E o resto?

O Orador: ... Comissão essa presidida por V. Exa. Portanto, este Parlamento tem esse contrato de leasing.

Sra. Presidente, eram apenas estas precisões que julgo serem importantes ver esclarecidas, porque não se pode... Percebo perfeitamente o ímpeto que todos querem ter nesta fase, legítimo certamente, de fazer balanços e de a reboque desses balanços fazer as críticas que se entende ao Governo Regional, mas não podia deixar de reiterar aqui aquele que tem sido o esforço permanente do Governo Regional de remeter toda a informação solicitada a este Parlamento, toda a informação solicitada às Sras. e aos Srs. Deputados, às respetivas Comissões Parlamentares, sistematizando a informação necessária, que muitas vezes é pedida em grande, grande volume, para que todas as Sras. e Srs. Deputados tenham as condições necessárias para desenvolver o seu trabalho munidos dessa informação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito bem. A Mesa tem vários pedidos de intervenção que suponho que sejam todas interpelações, uma vez que sabem bem as regras. A sua não é, mas na qualidade de interpelação terei que dar agora a palavra. Sr. Deputado João Paulo Corvelo, julgo que é para uma interpelação à Mesa.

Deputado João Corvelo (PCP): É sim, senhora.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, nós fizemos chegar, como dissemos em Plenário passado, à Mesa, esta manhã (não sei se já recebeu ou não, por isso queria perguntar se já recebeu), para ser distribuído ao Sr. Secretário Berto Messias a história do soldadinho que marcha ao contrário. Portanto, faço essa pergunta à Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, fica registada a sua interpelação.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para interpelar a Mesa no sentido de solicitar a V. Exa. que forneça o requerimento que está a aguardar resposta desde 15 de maio de 2019, sobre o Airbus A330, ao Sr. Secretário Regional da Presidência, que pelos vistos não o conhece. O requerimento tem várias questões que estão por responder e que inclusivamente a Sra. Secretária, no último Plenário, afirmou que iria dar resposta. E, naturalmente, continuamos a aguardar resposta a esse requerimento. São várias questões, Sr. Secretário, que estão por responder. Infelizmente, o senhor, pelos vistos, desde 15 de maio de 2019, não conhece o requerimento que foi apresentado e que aguarda resposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): É ler o que está no contrato!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É responder!

Presidente: Fica também registada a sua interpelação.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Microfone, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já houve tempos em que era automático, mas a COVID também afeta os microfones.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente:

Senhora, a interpelação que faço é exatamente no sentido do contrato de leasing do Airbus A330 da Azores Airlines. E da Comissão de Inquérito, que, aliás, foi proposta pelo CDS e presidida pelo PSD. Foi entregue à Comissão e está nesta Casa, nos serviços, no arquivo, o dito contrato de leasing, que eu li, que o Sr. Deputado Francisco César leu, e que nós, até segundo as regras vigentes na altura, tinham que ser duas pessoas e, portanto, nós os dois lemos o contrato.

A pergunta que lhe faço, Sra. Presidente, enquadrando, o contrato existe, o contrato foi disponibilizado a todas as Sras. e Srs. Deputados que o quisessem ver e não apenas aos da Comissão. A pergunta que lhe faço nesta altura é: devido às circunstâncias na altura da privatização da Azores Airlines, etc., era considerado uma área concorrencial. Se ainda é esse documento considerado confidencial, ou se já pode ser libertado. Portanto, faço-lhe a interpelação nesse sentido. Se não puder dar a resposta agora, agradecia que ma pudesse dar depois, porque ele de facto existe, eu já o consultei e é bastante pormenorizado relativamente ao contrato de leasing, aliás, refletido numa intervenção que fiz na dita Comissão de Inquérito e que se chegou aos tais valores que foram publicamente anunciados.

Muito obrigado. A pergunta e a interpelação que lhe faço era essa. Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Fica registada a sua interpelação, porque, naturalmente, não quero dar nenhuma resposta que não possa ser correta nesta fase.

Vamos continuar os debates. Neste caso, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente porque tenho muito pouco tempo para o PTAP, mas não poderia deixar de fazer esta intervenção para reconhecer o trabalho do Deputado Paulo Estêvão, pela sua coragem, muitas vezes sozinho, a defender aquilo em que acredita, por muitas das suas intervenções, muitas delas verdadeiras lições de história, ...

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): Sim, sim!

A Oradora: ... muitas outras com sentido de humor inteligentíssimo. E basta dizer isto: os pouquíssimos Plenários em que o Deputado Paulo Estêvão teve que se ausentar por questões de saúde, a sua ausência foi notada, o debate foi mais pobre e o Plenário foi seguramente mais desinteressante.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Já todos intervieram. Tem agora a palavra, para encerrar esta Declaração Política, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Bem, eu não fiz aqui uma despedida, eu conto ganhar as eleições no próximo mês de outubro. Agora, como é evidente, a minha eleição dependerá, como sempre dependeu, daquela que for a vontade do povo açoriano.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: E, portanto, vamos esperar. Eu não sei se há aqui algum deputado que já tenha a eleição garantida. Mas da minha parte, como é óbvio, tenho que esperar aquela que será a opção democrática do povo dos Açores.

E devo dizer, em relação às referências do Sr. Deputado José San-Bento, o Sr. Deputado Jose San-Bento considera que este foi um discurso autoelogioso. Bom, eu só debitei aqui os dados daquela que foi a minha

intervenção política, as minhas prioridades e aquelas que são as minhas prioridades para o futuro. É isto que é uma Declaração Política. Uma Declaração Política é, de facto, dizer aquilo que se fez, aquilo em que se centrou o esforço desenvolvido pelo parlamentar em causa e, obviamente, também quais são os meus compromissos para o futuro. Isto nada tem de elogioso. Eu percebo é que V. Exa. não possa fazer este exercício. É porque V. Exa. pouco fez ou nada fez. E, portanto, nesse sentido, V. Exa. o que pode dizer em termos de requerimentos? Ah, não tenho. Não fez. Telefono ao Secretário e tenho logo a informação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora bem!

O Orador: Não é? Telefono aos serviços da Administração Regional, passo por todas as regras regimentais e parlamentares e tenho acesso à informação. Portanto, se V. Exa. requerimentos não tem, iniciativas também não tem, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: ... V. Exa. não tem trabalho parlamentar! Portanto, não tem nada para apresentar, nunca poderá fazer um discurso deste tipo. V. Exa. está aqui há cinco legislaturas. V. Exa. está aqui desde 2000. O que é que caracteriza a sua passagem por este Parlamento? Diga-me qualquer coisa que se destaque nestes 20 anos de permanência no Parlamento! É que eu não me consigo lembrar de nada, absolutamente nada que se destaque, a não ser os discursos que V. Exa. fez de defesa do Governo em situações impossíveis, em que obviamente existiam dificuldades, insuficiências que V. Exa. não reconheceu, porque V. Exa. nessas questões é sempre um zelota. Portanto, V. Exa. o que diz é única e exclusivamente... não olha para os factos, não tem qualquer tipo de objetividade, sabe que a sua sobrevivência de parlamentar depende exclusivamente dos elogios que faz ao Governo. E, portanto, é só isso que V. Exa. fez.

E devo dizer também que V. Exa. já foi candidato e cabeça de lista como eu, em Ponta Delgada. E nós todos sabemos qual foi o resultado. Foi uma humilhação tremenda que V. Exa. teve. Uma humilhação tremenda no âmbito parlamentar.

Presidente: Sr. Deputado, não estamos a fazer análises pessoais.

O Orador: Ó Sra. Presidente!... A Sra. Presidente não interrompeu por uma única vez as referências que foram feitas por parte do Sr. Deputado José San-Bento, que foram do mesmo nível e com a mesma intensidade! E, portanto, eu estou apenas a responder olhos nos olhos, moeda por moeda.

E devo dizer também, Sr. Deputado, portanto, que o problema é seu. V. Exa. não consegue fazer um discurso desses porque V. Exa., do ponto de vista da atividade parlamentar, não tem mesmo nada para apresentar.

E em relação às despedidas, V. Exa. faz sempre. Todos os anos faz despedidas. O seu último discurso... Faz sempre, eu posso-lhe tirar uma cópia. Faz sempre despedidas neste Plenário. Depois lá consegue entrar na lista. Já cá está desde 2000. E, portanto, eu não sei se V. Exa. fica ou não fica, mas eu se ficar é porque o povo vota em mim. V. Exa. se ficar é porque consegue ficar num lugar elegível da lista do Partido Socialista. É a grande diferença.

Depois, devo dizer, Sr. Secretário Berto Messias, eu fiz duas referências muito específicas, que nós temos um conjunto de regras regimentais e legais em que o Governo tem que responder ao Parlamento no prazo de 60 dias. Apresentei-lhe o caso da Assembleia da República que são 30 dias e o caso das regiões autónomas espanholas, das comunidades autónomas espanholas, que é de 25 dias. Propus aqui neste Parlamento que se diminuísse o tempo de resposta para aumentar a eficácia do funcionamento do Parlamento. O Governo não está de acordo. Portanto, é um facto que nós temos tempos de

respostas muito superiores ao que se contempla na Assembleia da República e noutras comunidades. Portanto, isso é um facto objetivo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Terminou.

O facto de se estar à espera desde o dia 28 de maio de uma resposta do Governo Regional em relação a uma audição que eu solicitei sobre a SATA também é um facto. Solicitei no dia 28 e ainda não tive essa oportunidade.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor solicitou uma audição ao Governo?

O Orador: Depois, eu gostava de terminar fazendo aqui as últimas três referências. Gostava de agradecer as referências que o Sr. Deputado Artur Lima me fez. Para mim são muito elogiosas, que me fez. São muito significativas, na medida em que eu considero um dos melhores deputados que já passou por esta Casa, uma figura de absoluta referência. Para mim, um elogio seu conta muito porque sei o que V. Exa. representa na sociedade açoriana.

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Devo-lhe dizer que em relação ao pluralismo da comunicação social, tendo o Governo uma máquina de informação como o Gabinete de Apoio à Comunicação Social, as referências que V. Exa. fez eu acompanho-as.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Em relação ao Sr. Deputado João Costa, eu quero dizer o seguinte: ao contrário do que numa entrevista que foi feita na RTP foi referenciado, o PSD concorreu nas últimas eleições. Se o PSD não está representado aqui foi porque o povo do Corvo não quis! Não teve votação. Portanto, não teve essa votação. Perdeu as eleições. Se, em 2019, o PSD, no

Corvo, teve 1 voto, também a culpa não é minha! Portanto, não pode é V. Exa. atribuir-me essa responsabilidade.

Depois, eu quero dizer...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar. Já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: Termino.

Quero agradecer as referências que a Sra. Deputada Graça Silveira me fez em relação ao discurso que acabei de realizar e em relação também àquele que é o meu desempenho aqui. Agradeço a V. Exa. as referências que fez e retribuo.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (Independente): Foram sinceras.

Presidente: Devia ter agradecido também à Mesa a tolerância que lhe deu, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! Tem razão, Sra. Presidente! Tem razão. Agora, toma!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, pediu a palavra para...

Deputado Francisco César (PS): Defesa da honra da bancada.

Presidente: Da bancada. Relativamente a...

Deputado Francisco César (PS): Relativamente às considerações feitas sobre o Sr. Deputado José San-Bento, ...

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): ... porque quando se ataca alguém da bancada do Partido Socialista, está-se a atacar a bancada do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra, dispõe de 3 minutos.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Muito bem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, permitam-me que faça um lamento: o Sr. Deputado Paulo Estêvão resolveu fazer uma intervenção de balanço pessoal e autoelogiosa em relação ao seu trabalho. Está no seu direito. É aceitável que assim o faça.

Deputado Marco Costa (PSD): Esse parágrafo já foi dito pelo seu colega!

O Orador: Como também é aceitável que da parte do Partido Socialista sofra o contraditório em relação ao seu trabalho. É assim que deve funcionar a democracia parlamentar.

O que não é aceitável...

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, pode continuar.

O Orador: O que não é aceitável é que neste Parlamento a reação a uma crítica política seja uma consideração, ou melhor, uma desconsideração pessoal sobre o caráter de um deputado desta bancada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Primeiro, porque não é a forma mais correta. Não é assim que nós nos devemos relacionar em democracia. E não digo isto com paternalismo. Digo isto porque é assim que eu acho que nós nos devemos todos relacionar, sem insultarmos e sem desconsiderarmos o caráter ou as características de cada um.

E, em segundo lugar, porque, para além de tudo, as críticas são injustas. O Sr. Deputado José San-Bento é um deputado que está há bastante tempo nesta Câmara e que está eleito não por vontade do Partido Socialista, não por vontade de nenhum deputado em particular, está eleito porque teve votos que o permitissem estar nesta bancada. Não foi a vontade do Partido Socialista. Foi a vontade do povo açoriano.

E da mesma forma que os 80 votos que legitimam V. Exa. não devem ser postos em causa, os mais de 2000 votos que elegeram o Sr. Deputado José San-Bento não devem ser postos em causa.

Para mais, se formos ver todo o trabalho do Sr. Deputado José San-Bento, podemos verificar a coragem que já teve de se submeter a escrutínio público, a coragem que já teve em participar em diversos trabalhos destes Plenários e em diversas medidas que este Parlamento tomou. E se formos ver inclusive o seu registo parlamentar, verá que o Sr. Deputado é dos deputados que mais votos patrocinou, é dos deputados que mais propostas de alteração patrocinou, é dos deputados que mais medidas apresentou. E, portanto, é um deputado como todos os deputados que aqui estão – gente que orgulha o Partido Socialista no seu mandato.

E permita-me que termine, Sr. Deputado, com a seguinte frase, que eu acho que caracteriza muito aquilo que aqui foi feito. Vou parafraseá-la para ser menos ofensiva: grandes mentes discutem ideias; mentes comuns discutem eventos; outras mentes discutem pessoas.

Deputada Graça Silveira (Independente): Outras não! Não tenha medo de usar as palavras! Mentas pequenas!

O Orador: Nesta matéria, penso que o Sr. Deputado não esteve à altura daquilo que se exige ao Parlamento dos Açores.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para prestar os esclarecimentos também dispõe de 3 minutos, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sras. e Srs. Deputados...

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu aqui sigo um conselho do ex-primeiro-ministro inglês Churchill, que dizia que provocações vindas das bancadas da oposição devem ser respondidas exatamente na mesma moeda. É o que eu faço nestes anos todos de atividade parlamentar. Ou seja, V. Exa. fez considerações de tipo pessoal: o senhor é muito previsível, o senhor tem o rei na barriga, o senhor fez aqui um discurso autoelogioso. V. Exa. fez um conjunto de referências absolutamente a despropósito. Podia ter, obviamente, referenciado as ideias, aquelas que foram as minhas prioridades ao longo da legislatura e aquilo que me proponho fazer no futuro. Mas V. Exa. não fez isso. O que V. Exa. fez, o Sr. Deputado José San-Bento, foi considerações de caráter pessoal. E eu respondi-lhe com considerações de caráter pessoal. É tão simples como isso. Quando acontecer, volto a fazê-lo. Ou seja, se me fazem considerações de caráter pessoal, eu respondo exatamente na mesma moeda, porque na atividade parlamentar tem de ser assim, deve ser assim e é melhor que todos os parlamentares o façam, exatamente para traçar fronteiras. Porquê? Porque o adversário já tem a consciência que se fizer esse tipo de considerações apanha com resposta dentro do mesmo nível. Se fizer considerações jocosas, apanha com considerações jocosas. Se fizer considerações de índole pessoal, a resposta será com considerações também de índole pessoal. E, portanto, nesta matéria, eu, por princípio, por experiência, é assim que faço, é assim que respondo.

Agora, gostaria de dizer o seguinte: V. Exa., obviamente, disse que eu me estava a despedir aqui do Parlamento. E o que eu tinha dito ao Sr. Deputado José San-Bento é que o José San-Bento não estava num lugar elegível da lista, está aqui porque, entretanto, os outros membros foram para o Governo.

V. Exa., tanto quanto sei, não foi diretamente eleito, ou seja, V. Exa. veio ocupar as vagas que resultaram da entrada no Governo de alguns dos seus camaradas de partido.

E, portanto, teria sido o Sr. Deputado Francisco César, num exercício de absoluta hipocrisia veio aqui fazer esta defesa da honra da bancada. Eu poderia compreender este exercício de absoluta hipocrisia se V. Exa. não estivesse aqui, não tivesse estado aqui no momento em que o Sr. Deputado José San-Bento produziu as declarações que produziu. E, portanto, eu compreenderia que V. Exa. fizesse uma intervenção nesse sentido. A partir do momento em que o Deputado José San-Bento produziu as afirmações que produziu e V. Exa. ouviu, agora vem aqui fazer este número de absoluta hipocrisia, que lhe fica mal, porque, obviamente, V. Exa. deveria ter pensado duas vezes antes de realizar essa intervenção, porque, depois do que o Sr. Deputado José San-Bento disse, obviamente que a resposta não poderia ser outra. Portanto, não sei, não percebo porque é que V. Exa. pediu a defesa da honra da bancada.

Eu vou-lhe dar um conselho: se pretende que estes episódios não aconteçam a V. Exa. enquanto presidente do Grupo Parlamentar, deve aconselhar os seus camaradas, os deputados que integram o seu Grupo Parlamentar, que não façam referências dessas, porque a resposta não será outra a não ser considerações pessoais, que têm uma resposta que é exatamente simétrica, ou seja, também os deputados que fazem essa intervenção apanham com considerações pessoais também.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos esta Declaração Política. Vamos agora fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia e 20.

Eram 11 horas e 49 minutos.

Presidente: Vamos então continuar com as **Declarações Políticas**. A próxima cabe ao PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Eram 12 horas e 25 minutos.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Após três reuniões de emergência, a Organização Mundial de Saúde declarou, a 30 de janeiro do presente ano, estado de emergência global de Saúde Pública. No entanto, face à disseminação global do vírus, e de forma expectável, esta mesma entidade, a 11 de março de 2020, assume que vivemos uma pandemia.

Sem desmerecer qualquer um dos setores profissionais que demonstraram desde sempre total disponibilidade para servir, gostaria de, mais uma vez, aproveitar esta oportunidade para elogiar nesta Câmara os profissionais de saúde do Serviço Regional de Saúde, pois desempenharam e certamente continuarão a desempenhar um papel absolutamente ímpar no combate diário ao SARS-CoV-2.

Uma palavra especial a todos sem exceção, pois foram estes profissionais que estiveram sujeitos a um elevado risco de contágio pelo novo coronavírus, sendo que muitos deles se afastaram dos seus agregados familiares, evitando a possibilidade de transmissão da doença. Além de que também estiveram sujeitos a tempos de trabalho superiores aos seus horários normalmente definidos, sem esquecer que exerceram as suas funções em condições de especial penosidade.

Face a tudo isto, impõe-se o reconhecimento justo dos relevantes serviços prestados a favor do bem comum por estes trabalhadores do sector da Saúde, que estiveram diretamente envolvidos no combate à COVID-19.

A todos, sem exceção, o nosso verdadeiro e sincero agradecimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Um agradecimento porque sem a vossa lealdade não teria sido possível o controlo adequado da infeção e porque também só com a vossa dedicação foi e será possível continuar a combater com segurança esta pandemia.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Nos tempos em que vivemos, falar em segurança não poderá ser um capricho do Grupo Parlamentar do PSD/Açores, mas sim um desígnio de quem nos governa. De facto, nos tempos em que vivemos, torna-se imprescindível que o nosso quotidiano seja vivido em segurança, para que possamos cultivar rotinas de confiança e não de medo.

Ora, vem isto a propósito também da atual situação que se vive relativamente ao tempo de espera dos resultados dos testes efetuados aos passageiros desembarcados na Região, que nos chegam de vários destinos.

Ora, quer isto dizer também que é necessário dotar e capacitar a resposta do Serviço Regional de Saúde em várias frentes, para que possamos ultrapassar os constrangimentos que têm sido verificados nas últimas semanas.

Relativamente aos resultados dos testes, o Governo Regional, em meados de junho, garantiu que os mesmos seriam disponibilizados num prazo máximo de 12 horas após a sua execução. Lamentavelmente, os relatos que nos chegam não se coadunam com esta realidade. Não é aceitável que uma região que se abra ao exterior anuncie algo que até ao momento não consegue

cumprir e que não tenha condições de comunicar os resultados dentro do prazo previamente estipulado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não queremos que de forma alguma seja posta em causa a segurança dos açorianos, exige-se sim uma resposta mais célere para que tal não se verifique, e que rapidamente sejam ultrapassados os constrangimentos técnicos causadores destes atrasos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Infelizmente, não estamos a falar de casos isolados, pois diariamente temos tido conhecimento de passageiros desembarcados que esperam e desesperam para serem contactados com o resultado do teste.

Em boa hora, com a previsão do aumento do número de passageiros desembarcados na Região, o líder do PSD/Açores, Dr. José Manuel Bolieiro, propôs que fossem estabelecidas convenções com laboratórios em território nacional, permitindo assim a realização de testes na origem e aliviando também o volume de amostras a processar na Região.

Ainda no âmbito da capacidade de resposta do Serviço Regional de Saúde, é hoje importante relembrar o atraso na entrega do extrator de RNA ao laboratório SEEMBO da ilha Terceira. Salienta-se que o mesmo deveria ter sido entregue na última semana de junho e que até à data desconhece-se o paradeiro do mesmo, limitando assim a capacidade no processamento de amostras laboratoriais.

Se me permitem, fica também aqui o nosso reconhecimento aos técnicos deste laboratório pela sua dedicação desde sempre na realização das suas funções.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo.

Sr. Presidente e Membros do Governo:

Desde março do presente ano, devido a um motivo excecional, foi necessário parar a atividade não prioritária do Serviço Regional de Saúde, reduzindo também a acessibilidade aos cuidados de saúde aos doentes não COVID.

É certo que não seria possível manter toda a atividade assistencial no seu formato habitual, mas não podemos esquecer que as outras doenças que afetam os açorianos não deixaram de existir e continuam também a fazer vítimas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Há números e há doentes para além da COVID-19!

E por mais que o Governo Regional continue a ter uma atuação pouco transparente, é por demais evidente o incomodo causado neste setor, sobretudo aos utentes.

Urge uma agilização de todo o processo de retoma da atividade assistencial nas diversas instituições do Serviço Regional de Saúde, e não da forma como está a ser feita, se é que está a ser feita...

Recordo que há 2 meses atrás foi aprovada nesta Casa, por unanimidade, uma resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD/Açores que formalizava esta nossa preocupação.

O Governo Regional deveria assim submeter com carácter de urgência a esta Assembleia o plano de retoma da atividade assistencial para fazer face à interrupção da mesma no período crítico da COVID-19.

Volto a afirmar, tal como o disse há 2 meses atrás: é necessário um plano que defina prioridades, adaptado à realidade de cada uma das nossas ilhas e que, sobretudo, não deixe nenhum doente para trás.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: É mais do que tempo de reconhecer devidamente todas as outras doenças não relacionadas com a pandemia, sendo que algumas delas são igualmente letais.

É inaceitável que até ao momento o executivo não tenha remetido a esta Assembleia o plano preparado com vista a recuperação, porque se anuncia que a mesma já está a ser feita é porque afinal o plano existe, mas certamente o Governo entende que não deverá ser partilhado.

Vejamos o que se passou a nível nacional, em que a Exma. Sra. Ministra da Saúde afirmou publicamente que teriam sido adiados cerca de 1 milhão de atos médicos, e que ainda mais recentemente em declarações a um órgão de comunicação social disse que até ao final do presente ano apenas 60% dos mesmos seriam agendados ou realizados.

Isto sim, é transparência!

Exma. Sra. Secretária da Saúde, volto aqui a perguntar, volto aqui a repetir-me porque os açorianos merecem saber a verdade: quantas colonoscopias ficaram por fazer? Quantas mamografias ou ecografias estão por agendar? Quantas consultas? Quantos tratamentos de fisioterapia? Quantos cirurgias programadas foram afinal adiadas? Por que razão o Governo Regional insiste em esconder estes números aos açorianos?

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Não basta afirmar que a retoma da atividade já está a ser realizada, é necessário concretizá-la de forma efetiva!

Não basta anunciar que a retoma será faseada, é necessário planificá-la de forma rigorosa por atos médicos e por prioridades.

Não podemos ter um plano estanque e igual para todas as ilhas, é necessário pensar em planos de retoma ajustados às diferentes singularidades e realidades de cada uma das nossas ilhas, sem descurar que em tempos pré-

COVID havia coisas que já não corriam bem, nomeadamente nas ilhas sem hospital, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: ... cuja deslocação de médicos especialistas continua a ser deficitária.

Torna-se assim imperioso arranjar uma solução, mesmo que excecional, desde que enquadrada no contexto atual, pois também vivemos tempos igualmente excecionais.

Está mais que na altura de substituir a cultura do medo pela confiança!

É esse o caminho que queremos aqui afirmar. O caminho que se faz apontando soluções...

E é por isso, também nesta fase, que a teleconsulta será importante, funcionando em complementaridade com a consulta presencial, sem nunca a substituir para os casos clínicos devidamente identificados.

Os horários desfasados para além da hora habitual de expediente, incluindo fins de semana se assim for necessário, e devidamente remunerados. É impraticável manter o mesmo número de consultas previsto em condições normais para cada tempo de consulta e em simultâneo querer evitar aglomerados de pessoas, conforme ditam as regras de distanciamento social.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente e restantes Membros do Governo:

Termino esta minha intervenção chamando a atenção para um assunto que deverá merecer toda a nossa atenção: já todos nós ouvimos que teremos uma segunda vaga desta doença, sendo que se prevê que a mesma aconteça em outubro e seja sobreposta à gripe sazonal. Queremos com isto afirmar nesta Câmara que é necessário trabalhar afincadamente para que haja a cobertura máxima possível de vacinação da gripe sazonal.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Impõe-se claramente uma estratégia diferente das que têm sido levadas a cabo pela Região, sem esquecer que aqui o objetivo é evitar o colapso do Serviço Regional de Saúde. Por exemplo, porque não tornar a vacinação gratuita a partir dos 60 anos de idade e não dos 65 como é atualmente preconizado? Alargando assim o universo de pessoas vacinadas de forma gratuita, porque não assumir como objetivo uma taxa de vacinação entre os 75 e os 80%? Para atingir este desiderato é necessário que a Região tenha à sua disposição as vacinas suficientes e disponíveis de forma gratuita à população, de forma a cobrir todo este universo de utentes do Serviço Regional de Saúde e ainda todos os outros que pertençam a grupos de risco. No entanto, não é demais lembrar que a procura por esta vacina já começou há vários meses. Resta-nos saber se a Região refletiu sobre este assunto e se terá o número de vacinas desejado e necessário.

Termino novamente afirmando que são os utentes do Serviço Regional de Saúde a nossa maior preocupação, e os profissionais deste mesmo serviço o nosso maior património!

Estamos aqui, hoje, como sempre tivemos, com sentido de responsabilidade e de propositura, com espírito de missão pela defesa intransigente da segurança dos açorianos, e porque ao fim de todo este tempo é mais do que altura de fintar o jogo do medo e apostar na confiança.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão agora abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições. Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam para a participação no debate. Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria a minha intervenção, na réplica daquilo que foi dito da tribuna pela Sra. Deputada Mónica Seidi, dizendo que o Partido Socialista e o seu Governo o que têm promovido desde a data que ali foi dita, de janeiro, não é medo, é confiança e é estabilidade dos açorianos perante esta pandemia que nos assola desde essa altura.

E isso é, de forma inequívoca, dada a contribuição imprescindível e competente que todos e cada um dos profissionais de saúde que integram o nos Serviço Regional de Saúde têm dado desde essa altura. Essa situação, esses elogios já foram aqui bastamente expressos por todas as bancadas. Todas as bancadas se expressaram positivamente e elogiosamente aos profissionais de saúde. E nós continuamos aqui a referir e a reforçar esta situação, independentemente dos locais onde exerçam as suas atividades.

Quero aqui também dizer em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que todas as medidas que o Governo implementou nesta matéria são reconhecidas pelos açorianos. E o mérito dessas medidas tem a ver com aquilo que é efetivamente enfrentarmos uma situação em que, como aconteceu há alguns anos atrás numa outra situação também pandémica, demos uma resposta e os Serviços de Saúde deram uma resposta cabal, efetiva, eficaz e eficiente. Isso é, sem dúvida, uma mais-valia e uma confiança indiscutível para todos os açorianos.

Disse a Sra. Deputada que os profissionais de saúde desempenhavam as suas funções em condições de penosidade. Bom, a penosidade, evidentemente

que cada um desempenha as suas funções nas excelentes instalações que nós temos de todo o Serviço Regional de Saúde, as excelentes instalações e equipamentos que nós possuímos. É evidente que há sacrifícios que muitos têm que fazer ou alguns têm que fazer. Isso é próprio da vida e é próprio de uma profissão, que é a profissão da saúde, que é a profissão de servir o outro, com humanização, dando o melhor e prestar os melhores cuidados que têm que prestar a cada cidadão.

Disse também a Sra. Deputada que o Serviço Regional de Saúde não produz, não tem produzido outras atividades para além daquelas da preocupação da COVID. Pois então, Sra. Deputada, lamento dizer-lhe que está profundamente enganada. E está profundamente enganada porque o relatório sobre o estado da saúde nos Açores antes e durante a pandemia da COVID-19 diz o seguinte: o que é produzimos de fevereiro a abril?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde está esse relatório?

O Orador: Está publicado. 118723 consultas de saúde do adulto, 8254 consultas de diabetes, 31567 consultas de saúde infantojuvenil, 3498 consultas de psicologia, 7404 consultas de fisioterapia, 68443 consultas externas, 12881 sessões de hospital de dia, 900 cirurgias com internamento, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Isso durante a COVID?

O Orador: ... 626 cirurgias urgentes, 169670 exames, 30212 atendimentos urgentes. Se isto não é trabalho, então o que será? Se isto não é trabalhar...

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... e se isto não é alocar recursos a todos os cidadãos, independentemente do antes e do pós-COVID, então não sei o que é trabalhar.

Mas o que eu sei, sim, é que o Serviço Regional de Saúde trabalha, e trabalha muito bem, os profissionais são competentes, são empenhados, diligenciam todos os cuidados que têm que prestar e a sua atividade e recorrem a todos os meios e mecanismos de acordo com as necessidades de cada cidadão.

Podem estar seguros os açorianos de que o Governo do Partido Socialista continuará a pugnar sempre pela qualidade de vida e pelas melhores condições para todos os açorianos e açorianas, independentemente da ilha ou dos concelhos onde vivam.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É sempre um assunto muito interessante trazer aqui a esta Casa, e que o PSD traz, trazendo aqui alguns problemas do nosso Serviço Regional de Saúde. E ouvindo a declaração do Sr. Deputado Domingos Cunha, que cumprimento e considero, quase que se aplicava aquela máxima de “tudo como dantes no quartel d’Abrantes”. Ou seja, até parece que a COVID não afetou em nada o Serviço Regional de Saúde.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não foi isso que foi dito!

O Orador: E isso, Sr. Deputado Domingos Cunha, não é verdade. Afetou o Serviço Regional de Saúde, como afetou o Serviço Nacional de Saúde, como afetou qualquer serviço de saúde em qualquer parte do mundo. Não há nenhum serviço de saúde que não tenha sido afetado pela COVID-19. Não há nenhum. E, portanto, o nosso também foi. E, portanto, naturalmente, tivemos atrasos nas cirurgias, atrasos nas consultas, aumento na lista de espera. Tivemos tudo isso.

Agora, a resposta como nós dissemos e na proposta que apresentamos ao Sr. Presidente do Governo, que nos solicitou, foi: devemos capacitar o Serviço Regional de Saúde, reforçar e capacitar o Serviço Regional de Saúde para responder eficazmente aos problemas dos açorianos na época pós-COVID, que é aquela que momentaneamente estamos a atravessar.

Deputado João Vasco Costa (PS): Diferente é dizer que não se fez nada, como irresponsavelmente disse o PSD!

O Orador: E devo-lhe dizer, Sr. Deputado e Sras. e Srs. Deputados e Sra. Secretária da Saúde e Sr. Presidente do Governo: ou é agora que se faz um esforço (temos a Região livre de COVID, felizmente) de responder aos casos mais urgentes dos açorianos, ou podemos correr o risco de dar dois passos atrás em vez de um passo em frente. É esse o risco que podemos correr. Ninguém nega que a COVID teve influências. E só demagógicamente é que podemos criticar o Serviço Regional de Saúde nessa matéria, porque esteve como devia ter estado.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: Isso eu só o primeiro a reconhecer. Mas também devo dizer que é preciso capacitá-lo. E dê-se passos nesse sentido!

Mas, Sr. Deputado Domingos Cunha e Sr. Presidente do Governo, é preciso melhorar, e rapidamente, o acesso das pessoas, nomeadamente dos doentes crónicos, às suas consultas, porque a teleconsulta, embora exista e embora

possa funcionar, não resolve todos os problemas. Ainda sexta-feira, eu passei pelo Centro de Saúde de Angra e tinha mais de 20 pessoas ao sol à espera, idosos, um até que estava com uma ligeira insolação, uma pessoa idosa, diabética, hipertensa, porque estava à espera de entrar nas instalações do centro de saúde! E, portanto, há que agilizar a entrada das pessoas nas unidades de saúde! Há que responder, como dizia o Sr. Deputado Domingos Cunha, e bem, com humanização aos doentes do nosso Serviço Regional de Saúde! E, portanto, temos que fazer isso! E reconhecendo o trabalho dos profissionais, como já foi amplamente reconhecido aqui, temos que agilizar as coisas!

E o que não funciona também devemos enfrentar e dar um contributo para o resolver. E vou dar, para não dar outros casos que podia dar, o meu caso pessoal: já fiz quatro testes da COVID-19. Quatro. E quando recebo uma mensagem a dizer “o seu teste foi positivo para o COVID-19”, mandado de uma instituição de saúde, é de bradar aos céus, porque eu não sou negativo para o COVID-19, eu estou negativo para a COVID-19, que é uma doença. E estou negativo para o SARS-CoV-2, que é um vírus. Isto é que é a informação que se deve dar e não a que se manda.

Mas, Sr. Deputado, relativamente aos 12 dias, não funciona! Não é verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): 12 horas!

O Orador: As 12 horas, peço desculpa. Olha, se calhar não vou deixar de ter razão. Se calhar, Sr. Deputado, vamos a caminho dos 12 dias. Relativamente às 12 horas, não é verdade. No meu caso duas vezes seguidas. Duas vezes seguidas.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu vou terminar, Sra. Presidente. Se me deixarem falar, eu também vou terminar.

O meu primeiro caso: liguei para a Linha de Saúde Açores 24 (e peço a sua tolerância, Sra. Presidente) e expus a minha situação e perguntei se a conversa estava a ser gravada, porque era do meu interesse que ficasse gravada para minha defesa e da profissional que me estava a ouvir. Porque ninguém me contactou, ninguém me telefonou, ninguém me mandou nenhum SMS. E eu telefonei a saber o que é que eu fazia. E a senhora disse: ah, o senhor é que tem que proteger a sua saúde. Eu disse: não, senhora, os senhores é que ficaram de me informar em que dia, a que horas e onde eu vou fazer o teste. Pronto, não me telefonaram, não me avisaram. Depois ligaram-me a dizer: ah, o seu teste estava marcado para hoje ao meio-dia. Às 4 da tarde do outro dia. Estava marcado para hoje ao meio-dia. Mas então fica marcado para amanhã às 16h. Eu disse: ó minha senhora, mas amanhã já é o sétimo dia. Ah, mas é assim. Pronto, sim, senhora. É claro que eu não tenho nenhuma prova disso. Depois voltaram-me a ligar a dizer: ah, o seu teste afinal de contas já não é às 16h, é às 10h25 da manhã. E eu às 10h25 da manhã lá estava.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Às 10h25 da manhã chego lá e dizem-me assim: ah, o senhor é o outro que vem fazer o teste? Eu disse: o outro?! Ah, não temos aqui o seu processo, perdemos o seu processo.

Mas do primeiro caso, Sr. Deputado, demorou 26 horas. E do segundo caso demorou 28 horas. E, portanto, onde é que está as 12 horas que prometem aos passageiros? E, portanto, se há um anúncio de 12 horas, têm que cumprir as 12 horas. Eu diria até que 24 horas não é excessivo, que não custa a ninguém esperar 24 horas. Agora, se o Governo anuncia com pompa e circunstância que são 12, são 12.

E mais uma coisa, é que não basta um telefonema. Façam o favor de mandar SMS às pessoas para ficarem com o registo que foram contactados, porque dizem: eu telefonei ao senhor.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Não telefonou coisíssima nenhuma. E, portanto, o sistema está a funcionar mal, não está a funcionar bem, é preciso corrigir, é preciso aperfeiçoar! Foi uma grande medida, mas que neste momento não está calibrada! É preciso rapidamente calibrar os testes e o resultado dos testes na Região Autónoma dos Açores, para segurança de todos, para segurança dos açorianos e para bem dos Açores!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Traz, o Grupo Parlamentar do PSD...

Presidente: Sr. Deputado António Lima, faça o favor de continuar.

O Orador: Eu vou continuar. Sei que estes momentos geram sempre alguma discussão paralela, acalorada, e deixei que terminasse.

Trouxe, o Grupo Parlamentar do PSD, uma Declaração Política sobre Saúde, num momento em que este setor, o setor da Saúde está, obviamente, no centro de todas as atenções e não podia deixar de ser também no centro do debate parlamentar, seja em Declarações Políticas e será certamente também na discussão que teremos relativa ao Orçamento Suplementar.

Hoje, mais do que nunca, com a situação de pandemia que vivemos, é reconhecido nos Açores, mas também a nível nacional e internacional, a importância que têm os serviços de saúde, os serviços públicos de saúde, a

sua importância numa situação de crise, quando são eles que conseguem efetivamente responder a uma necessidade tão urgente ou a uma situação de grande incerteza em que todos os recursos são efetivamente poucos para dar resposta às necessidades e à contenção e ao tratamento de uma situação de pandemia e de uma doença causada por um vírus que é efetivamente desconhecido.

E nós, para respondermos a estas situações, mas também a todas as necessidades de saúde da nossa Região, dos açorianos e açorianas, temos de ter efetivamente um Serviço Regional que não pode ser um Serviço Regional de Saúde minimalista, tem que ser um Serviço Regional forte, robusto, que dê resposta a todas as solicitações e que não se baseie num serviço reduzido, pequeno, minimalista, apoiado num conjunto vasto de convenções para conseguir dar resposta, porque esse caminho não nos dará segurança no futuro.

E o caminho não é, não posso deixar de o dizer, com certeza, de continuar e repetir aquilo que foi feito com o financiamento de um hospital privado na nossa Região, financiamento e apoio com um projeto de interesse comum. Um caminho que leva e levará à fuga de quadros qualificados do Serviço Regional de Saúde, que são tão importantes e que neste momento são, mais do que nunca, escassos, porque todo o país está necessitado de médicos, está necessitado de profissionais de saúde. E esse erro pagar-se-á, infelizmente, muito caro no futuro. E todos pagaremos por ele.

E é preciso investimento no Serviço Regional de Saúde, investimento para recuperar aquilo que não foi feito durante a pandemia.

E, sim, Sr. Deputado Domingos Cunha, fez uma listagem daquilo que foi feito, mas para ser justo e para ser correto teria que fazer uma listagem daquilo que também não foi feito.

E, neste momento, sabemos que há muitas pessoas que não só tiveram as suas consultas adiadas, como não sabem sequer quando terão a consulta. E já não estou a falar se terão a consulta já marcada, não sabem sequer quando terão a sua consulta, ainda neste momento.

Por isso, há muito a recuperar, há muito trabalho a fazer e há muito que não foi efetivamente feito e que é urgente. Diria mais, é emergente que se inicie esse trabalho de recuperação. E que todas as atenções se direcionem para essa recuperação daquilo que não foi feito e do que estava para trás, que, como sabemos, é também muito.

Mas o investimento passa, como já foi aqui também muitas vezes referido, pela questão da capacidade de testagem. Não vou, obviamente, aqui repetir a questão da resposta que não tem sido adequada, mas é preciso perguntar também ao Governo que planeamento é que fez relativamente à capacidade de testagem, sabendo as regras que foram implementadas, e bem, mas com essas regras não é difícil de prever que o número de testes por dia vai crescer exponencialmente à medida que continuam e que se incrementa o número de passageiros a chegar aos Açores. Esse número de testes tem tendência a crescer exponencialmente durante vários meses. E é preciso que o Governo tenha... e diga-se, tem capacidade. Que investimento fará para responder a essa necessidade, que, obviamente, todos percebemos que ela existe, mas que a Região tem que dar resposta?

E, por último, uma palavra sobre os profissionais de saúde: temos ouvido todos os elogios aos profissionais de saúde e eles são mais do que merecidos, porque fizeram e continuam a fazer um esforço até muitas vezes sobre-humano para conseguir responder às necessidades que a pandemia trouxe.

E, como já várias vezes temos dito, os elogios são importantes, eles obviamente são merecidos, fazem falta nos momentos certos, mas é preciso valorizar os profissionais e valorizar as suas carreiras. E, neste momento,

temos todos notícia de duas categorias profissionais que têm reivindicado situações relativas às suas carreiras muito concretas e muito objetivas e que têm encontrado no Governo uma ausência de capacidade de diálogo para com eles encontrarem um caminho que possa efetivamente valorizar as suas carreiras e garantir aquelas que são as suas exigências, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... que são mais do que justas. E falo dos enfermeiros e dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. E se o Governo não dá esse passo no sentido de valorizar efetivamente e ir ao encontro das suas reivindicações, que neste momento ainda fazem mais sentido, o Bloco de Esquerda fará, na Proposta de Orçamento Suplementar, propostas de alteração também nesse sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para colocar duas questões que penso que são importantes esclarecer aos açorianos:

Se todos os dias a Autoridade Regional de Saúde dá o resultado dos testes e diz que de tantos testes feitos foram todos negativos, como é que os visados não recebem esse resultado?

Mais, se ao fim de 5 dias um teste der positivo, tem, ou não tem, o Serviço Regional de Saúde e a Autoridade Regional de Saúde forma de rastrear os contactos próximos que foram feitos durante 5 dias de uma pessoa qualquer que nos visita durante férias, a frequentar todos os lugares? Como é que esse rastreamento de contactos próximos será feito?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Sra. Secretária Regional da Saúde, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Maria Teresa Luciano*): Exma. Sra. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, caras e caros colegas:

O Serviço Regional de Saúde tem trabalhado. Sempre foi e é de importância fundamental para o Governo Regional dos Açores.

Os profissionais de saúde já foram amplamente elogiados e continuam diariamente a trabalhar em toda esta nossa situação e também na retoma de toda a sua atividade.

O número de testes feitos na Região, de passageiros que entraram na Região, até ao momento, entre 15 de junho e 04 de julho, foram de 6825: 2328 trouxeram teste da origem e 4497 testes foram feitos nas nossas cinco portas de entrada na Região, até ao momento.

A realização de um teste não é meramente um teste, ou seja, um teste é um ato médico com uma burocracia por trás, é um MCDT que tem que ser prescrito e tem toda a uma parte a realizar.

No meio da pandemia, foi desenvolvida a aplicação, a plataforma da COVID-19. E ao mesmo tempo que estivemos no combate à pandemia com todas as medidas seguras e rigorosas que tivemos tomado, também estamos e continuamos a estar a desenvolver as ligações entre as várias aplicações.

Os testes feitos à entrada na Região, em que todos com certeza já viram o trabalho exemplar de todos os nossos profissionais de saúde, têm que ter um código de barras para entrar no seu laboratório e seguir o processo no seu laboratório normal. Neste momento, esta integração está feita desde segunda-feira, portanto, desde ontem, e mais rapidamente os testes seguem para o laboratório.

Para além disso, toda a aplicação informática para que saia o resultado por SMS, percebemos, e aqui sempre com transparência, que havia um bug no número de telefone. Já esta noite isto foi resolvido e saiu mais uma série de SMS.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Deve ser um ácaro!

A Oradora: Eu posso explicar o que é que aconteceu, portanto: os números têm que estar os nove números seguidos. Se alguém der um espaço no número, o número não saía. Está percebido. Está resolvida esta situação.

Para além disso, a Linha de Saúde Açores também já está preparada para resolver e dar os valores dos testes e os resultados dos testes.

Portanto, é importante aqui referir e importante também perceber, nomeadamente, que qualquer caso positivo prontamente é contactado e todo o rastreio epidemiológico é feito, senão vejamos: todos os casos positivos que entraram na nossa Região, prontamente e nesse próprio dia, todos os contactos de alto risco e baixo risco foram prontamente testados, muitos deles em domicílio. E na noite seguinte já tínhamos os resultados de todos. Passemos agora à questão da retoma e do número de consultas. Tenho aqui comigo os dados acumulados já do primeiro semestre deste ano e, portanto, com maio e junho...

Deputado Luís Maurício (PSD): O que é que a senhora fez com o primeiro semestre do ano passado?

Presidente: Srs. Deputados...

A Oradora: Portanto, o ano de 2019, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): E os 7 dias?

A Oradora: ... consultas médicas, acumulado do primeiro semestre de 2019: 240562 consultas. Primeiro semestre deste ano: 217121. Contactos indiretos em 2019, primeiro semestre: 111275. Contactos indiretos de 2020: 142987. Portanto, mais 30000. Relativamente a contactos, por exemplo, não urgentes,

2019: 351838. 2020: 360108. Portanto, continuamos, estamos a trabalhar, estamos a dar consultas, estamos a cuidar dos nossos utentes.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não responde a nada! Quantos exames ficaram por fazer?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Paralelamente a esta situação, os programas CIRURGE e Vale Saúde, também já estão os conselhos de administração com todas as direções de serviço a planear todo o Vale Saúde e todo o CIRURGE nas suas instituições.

Falaram também relativamente à vacinação. Se nós vacinarmos 75% das pessoas com mais de 65 anos na Região, estamos a falar de 24290 indivíduos. Até ao momento, temos encomendadas 27000 vacinas. Portanto, este valor também pode ser aqui aumentado.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: Portanto, nós estamos a fazer esta retoma, estamos a dar consultas, estamos a cuidar dos nossos utentes.

Reforço, como também já referi, que toda a área de oncologia, todas as cirurgias urgentes, foi tudo realizado no seu tempo apesar da situação que passávamos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Julgo não haver mais inscrições. Tem então a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi para o encerramento da Declaração Política.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em boa hora o PSD/Açores trouxe novamente este tema da Saúde a debate, porque já percebemos claramente que é um tema que incomoda o Partido Socialista e o Governo.

Gostaria antes que o Sr. Deputado Domingos Cunha e também a Sra. Secretária viessem aqui comparar aquilo que é comparável, produtividade do segundo semestre de 2019 com produtividade do segundo semestre de 2020, que é aquilo que os senhores não fazem.

Secretária Regional da Saúde (*Maria Teresa Luciano*): Segundo semestre?!

A Oradora: Chegam aqui... Peço desculpa. Gostariam que comparassem aquilo que é comparável, ...

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Sra. Deputada, cinja-se à sua... Isto é uma coisa incrível!

A Oradora: ... a produtividade do primeiro semestre de 2019 com a produtividade do primeiro semestre de 2020. É óbvio que os números são diferentes, mas ninguém está aqui à espera que os senhores venham dizer que correu tudo bem. A gente não está à espera que os senhores venham dizer que se fez tudo. O que nós estamos aqui à espera e há vários meses a insistir é que nos venham dizer de forma clara o que é que não foi feito. Não são só as consultas, Sra. Secretária. E os exames?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Já foi dito!

A Oradora: Continuamos sem saber que exames é que estão por fazer. Quantas cirurgias foram adiadas? Vem a Sra. Secretária dizer que os doentes oncológicos foram todos operados em tempo certo. Eu não quero particularizar o debate, mas isso não corresponde à realidade. Dou-lhe um exemplo: um doente oncológico com uma cirurgia marcada para o dia 20 de março que só foi operado em junho, Sra. Secretária. Isso não é real aquilo que está a dizer. Portanto, se eu tenho conhecimento desse caso, seguramente a senhora também terá.

Digo também das consultas que foram adiadas e que continuam por marcar. E a Sra. Secretária tem que ter esse conhecimento por que é a tutela, é a sua

pasta da Saúde. Acha admissível uma colonoscopia com sedação ter um tempo de espera de 1 ano e meio? Acha isso admissível, um doente andar há 1 ano e meio à espera para realizar uma colonoscopia, por exemplo? Não é admissível nos tempos que correm e não podemos compactuar.

Da mesma forma o que acontece por exemplo em doentes que tiveram enfartes agudos do miocárdio, que já tiveram alta, ao fim de 6 semanas continuam por ter uma consulta por agendar.

Deputado Domingos Cunha (PS): Porquê, Sra. Deputada? Diga!

A Oradora: E o que é que eles fazem, coitados? Recorrem ao privado porque, obviamente, querem ver a sua situação resolvida.

E, portanto, Sra. Secretária, não podemos compactuar com esta realidade. E basta então de pensarmos e de vermos cenários cor-de-rosa, porque efetivamente não é aquilo que nos vão chegando, os relatos que vamos tendo ao longo do tempo.

Como já referi, ninguém estava aqui à espera que se viesse dizer que foi tudo realizado e que estava tudo bem. Nós já assumimos isso. É impossível isso acontecer. Mas queríamos que, da sua parte, de forma transparente, tal como já referi por duas vezes e esta é a terceira vez, a Sra. Secretária seguisse o exemplo, por exemplo, da Exma. Ministra da Saúde, que assumiu de forma clara o número de atos médicos que foram adiados e que deu uma previsibilidade de que até ao final do ano apenas 60% dos mesmos seriam agendados ou realizados. Não vimos da sua parte qualquer compromisso perante os açorianos em assumir a verdade e assumir este agendamento. É disso que nós temos pena, porque não somos só nós que queremos saber, são também os açorianos que estão em casa à espera e que diariamente contactam com esta realidade. E, por isso, voltamos a insistir nesta matéria.

Para terminar, gostaria apenas de dizer que é óbvio que urge uma agilização de todo este processo, que não está a ser feito da forma como nós gostaríamos

que fosse, de forma ágil, de forma célere, porque há doentes à espera que já esperavam antes da COVID e que agora, infelizmente, só viram agravados os tempos de espera. E são esses os doentes que nós queremos dar uma resposta.

Da mesma forma que, também já aqui foi falado, mas que terei de repetir, não pode vir o Governo anunciar com toda a pompa e circunstância que em 12 horas dará resultados dos testes quando isso não está a acontecer. E quando há relatos de turistas que chegam e que estão 3, 4 dias à espera, que tentam contactar a Linha de Saúde e que não há qualquer tipo de resposta do outro lado. E isso não é aceitável nos dias que correm e para uma Região como a nossa, que quer continuar a ter portas abertas ao turismo.

E, portanto, esperemos que após este debate, mais uma vez, esta situação dos testes seja ultrapassada. É uma situação técnica, como já disse, portanto, não está aqui em causa a capacidade de produzir efetivamente os testes, mas sim uma causa técnica, que, em nosso ver, é ainda mais fácil de contornar e, portanto, ainda mais inaceitável que a mesma ainda não esteja ultrapassada. E, portanto, Sra. Secretária, dizer, como diz num jornal de hoje, que não está escrito em lado nenhum que o tempo de espera seria de 12 horas, lamento informar, mas está escrito, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): É artigo de jornal!

A Oradora: ... foi afirmado por vários membros do seu Governo. E, portanto, será caso para dizer que aquilo que o Governo diz não se escreve. Muito obrigada, Sra. Presidente.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerramos o PTAP. Regressamos às 15h, com a agenda.

Eram 13 horas e 10 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então iniciar os trabalhos da agenda.

Eram 15 horas e 08 minutos

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, os pontos n.º 1 e 2 serão debatidos em conjunto, com os tempos que habitualmente utilizamos em debates conjuntos. O ponto 1 da nossa agenda é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 65/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A, de 22 de janeiro, que procede à aprovação do Plano Anual Regional para 2020”**. E o ponto 2 é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XI – “Segunda alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2020”**.

Para a apresentação destas iniciativas tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os açorianos, cujas capacidades já foram tantas vezes testadas ao longo da sua história, são mais uma vez colocados à prova perante os impactos da pandemia provocada pelo novo coronavírus.

Ainda recentemente, estivemos aqui para proceder à revisão do Orçamento e do Plano de Investimentos da Região para 2020, para fazer face aos prejuízos e aos enormes esforços de recuperação das infraestruturas

destruídas pela passagem do furacão “Lorenzo” pelos Açores. Perante os efeitos absolutamente inesperados e circunstâncias extremamente adversas, conseguimos, então, não só rapidamente agilizar e operacionalizar processos, como em simultâneo procuramos os meios financeiros necessários à cobertura dos prejuízos da reconstrução. Assim, foi possível reforçar o investimento público financiado através do apoio do Governo da República, do saldo orçamental de 2019 da Região e do aumento das transferências da União Europeia.

Para 2020, tínhamos todos a perspectiva de que seria um ano de consolidação do desenvolvimento económico e social, com criação de ainda mais e melhor emprego, aumento do rendimento dos trabalhadores e das famílias e reforço da competitividade do tecido empresarial e da economia regional. Mas essa trajetória de crescimento foi interrompida de forma abrupta em todo o mundo pela alteração profunda da conjuntura económica e social decorrente dos efeitos da pandemia provocada pela COVID-19, situação que ainda na presente suscita profundas dúvidas sobre a dimensão e a extensão temporal dos efeitos desta pandemia.

Face a essa realidade, mais uma vez tivemos que refazer, contar, ajustar e redefinir estratégias, alterar o planeamento previsto e voltar a dizer presente, apresentando nesta Assembleia uma segunda revisão do Orçamento e Plano de Investimentos para 2020, para acomodar o impacto financeiro decorrente das necessárias intervenções neste quadro de crise sanitária à escala global. Estas propostas representam e refletem, pois, a quantificação e a concretização de todas as medidas que tivemos que tomar desde a primeira hora, a quantificação das medidas que fomos tomando diariamente, assentes numa monitorização permanente da evolução tão incerta quanto instável de uma nova conjuntura totalmente desconhecida.

Fomos todos, diariamente, percecionando uma nova realidade. Fomos todos, diariamente, aprendendo a viver com esta nova realidade. E, essencialmente, fomos todos fazendo tudo o que estava ao nosso alcance para enfrentar e vencer este novo desafio.

Por isso, esta revisão do Orçamento e do Plano de Investimentos representa o esforço de todos os açorianos e, por isso, consideramos que deve merecer o apoio de todos quantos foram eleitos para os defender. Para ultrapassar mais este enorme desafio estamos todos convocados. Todos são importantes independentemente da sua expressão eleitoral. Os açorianos contam com o vosso apoio.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

É certo que ninguém estava à espera de viver uma situação com a atual, sem precedentes. Também é verdade que temos todos conseguido com grande determinação enfrentar esta conjuntura deveras desfavorável.

O Governo dos Açores tem feito o que lhe compete, e os açorianos têm sido os grandes protagonistas desta determinação. Desde o primeiro momento, assumimos a proteção da saúde dos açorianos como prioridade absoluta na abordagem desta pandemia na nossa Região. A segurança dos açorianos constitui o pilar essencial da nossa ação, mas também se constitui como o principal património de valorização da nossa Região no contexto de retoma progressiva de uma nova normalidade.

Numa primeira fase, criamos e concretizamos um conjunto vasto de medidas extraordinárias que asseguraram que as empresas e as famílias açorianas beneficiassem de apoios substancialmente superiores às restantes empresas e famílias do país, garantindo assim o aproveitamento e aplicação integral das medidas nacionais e criando reforços e complementos regionais tendo

em vista apoiar a economia, proteger o emprego, assegurar o rendimento dos trabalhadores, sem deixar de reforçar o apoio social.

O Governo dos Açores, face às consequências originadas pela pandemia e num curto espaço de tempo, já implementou mais de 70 medidas, devolvendo aos açorianos mais esperança e confiança no futuro da Região. São medidas excepcionais, muitas delas inovadoras no contexto nacional, de apoio às famílias e às empresas, que resultaram em soluções eficazes para atenuar os impactos sociais e económicos nos Açores decorrentes da COVID

...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... e que têm como principal objetivo assegurar a manutenção do emprego nos Açores e a estabilidade da capacidade produtiva instalada.

Este enorme esforço tem dado resultados, os Açores são a única região do país que, em março, mas também em abril, em maio, e podemos hoje assumir também em junho, conseguiu manter estável o seu nível de emprego, não se tendo verificado nesses quatro meses um aumento dos desempregados inscritos face ao mesmo período do ano anterior, ao contrário do que se verifica em todas as outras regiões do país.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Procuramos, desde o primeiro dia, inovar, reforçar e completar permanentemente, aproveitando todos os recursos disponíveis, tomando todas as medidas necessárias para apoiar os açorianos nesta fase mais difícil. Inovamos quando, depois de se conseguir assegurar que todas as linhas de crédito criadas pela República se aplicassem diretamente nos Açores sem

qualquer limitação e perante o esgotamento dessas linhas nacionais, criamos uma linha específica de mais 150 milhões de euros para as empresas açorianas, assegurando que as empresas açorianas são, hoje e atualmente, as únicas do país que têm acesso a esses financiamentos.

Inovamos quando asseguramos que seria o Governo dos Açores a assumir o pagamento desses financiamentos se as empresas mantivessem o emprego de todos os seus trabalhadores até ao final do ano, tendo por base um valor de referência por trabalhador e garantindo que, ao contrário do que se verifica no resto do país, essas linhas de crédito não vão constituir endividamento futuro para as empresas se mantiverem os seus postos de trabalho.

Mas também inovamos quando asseguramos a injeção imediata de liquidez nas empresas para o pagamento dos seus vencimentos logo após o início da pandemia, ao contrário do verificado no resto do país.

Inovamos também quando asseguramos que as empresas açorianas praticamente não tivessem nem tenham encargos em manter os seus trabalhadores no período de lay-off, através dos complementos regionais criados.

Além da manutenção do emprego, inovamos também na criação de mais apoios essenciais ao rendimento das famílias, que potenciam a estabilidade familiar neste período tão difícil das suas vidas.

Inovamos no reforço do rendimento disponível das famílias, no apoio excecional à habitação e aos custos de arrendamento, no apoio às respostas sociais através das instituições particulares de solidariedade social, no apoio às crianças e jovens em período de férias e interrupção letiva, no apoio aos doentes deslocados, entre muitas outras medidas, em especial as dedicadas a fomentar a empregabilidade dos jovens e do reforço da formação e do aumento da qualificação dos trabalhadores num período de menor atividade.

E essa inovação foi transversal e praticamente em todos os setores de atividade, desde as Pescas à Agricultura, passando pela Indústria e pelo Turismo.

Mas permitam-me destacar de todas estas medidas uma ação, que não sendo avaliada pelo seu impacto financeiro foi sem dúvida uma das mais importantes medidas que tomamos neste período: o acompanhamento e contacto individual que conseguimos manter com cada um e com todos os nossos idosos num período de maior confinamento, quando estavam isolados em solidão nas suas casas, levando não só uma palavra de atenção, conforto, apoio e disponibilizando a ajuda para os que necessitavam neste período mais difícil.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Porque nem tudo se resume à disponibilização de recursos financeiros, há medidas que não valem pela sua quantificação financeira, mas valem mais, mas muito mais do que a sua quantificação orçamental.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Ultrapassada uma fase mais crítica da situação de saúde pública provocada pela pandemia da COVID, o Governo dos Açores continuou a inovar, reforçando as medidas de apoio à manutenção de emprego e os incentivos à economia. Com o objetivo de criar novos incentivos às empresas na transição progressiva para a retoma económica e considerando que existem setores onde essa retoma será mais gradual e prolongada, criamos mais sete novas medidas de apoio à manutenção do emprego e ao incentivo à normalização da atividade das empresas açorianas, com o objetivo de intensificar a retoma da atividade económica. Estas medidas adicionais significam mais um esforço em benefício das empresas e das famílias

açorianas, que irão reforçar a confiança que temos sentido para continuar a trilhar o caminho que temos percorrido todos em conjunto.

É com esse objetivo que queremos continuar a trabalhar, sem nunca descorar a salvaguarda do princípio fundamental da proteção da saúde pública. Queremos apoiar e valorizar ainda mais o esforço até aqui desenvolvido por todos os açorianos e açorianas, a caminho de uma progressiva retoma da normalidade possível.

Neste contexto, importa adequar a atual realidade excecional através destas propostas, que permitirão desde logo reforçar a despesa pública com Saúde, destinada a incrementar a capacidade de resposta do Serviço Regional de Saúde. Por outro lado, visam ampliar os mecanismos de apoio criados para incentivar a manutenção do emprego e do rendimento das famílias, os instrumentos de reforço da liquidez das empresas. E todas as restantes medidas para assegurar a estabilidade da capacidade produtiva instalada e a retoma progressiva e desejável rapidamente da atividade económica e da estabilidade social.

Estas propostas de revisão agora apresentadas mantêm em termos totais em cada programa setorial de investimento as dotações e os investimentos que estavam anteriormente previstos em todos os setores de atividade, sem alterações globais. Concilia a manutenção dos investimentos já previstos, com o aumento adicional do investimento público e de financiamento do Serviço Regional de Saúde, que são suportados pelo reforço dos recursos financeiros afetos pelo Orçamento da Região. Com exceção dos efeitos das decisões já anunciadas, quer da anulação da construção do novo barco de passageiros e da suspensão da operação sazonal de transporte marítimo, as restantes alterações entre ações não alteram o valor global de cada programa de investimento setorial e resulta de um normal ajustamento da execução do Plano sem alterar o montante de investimento previsto. Com esta proposta,

apesar da alteração profunda da conjuntura, mantemos os investimentos previstos no Orçamento e no Plano inicial.

A proposta de revisão do Orçamento e do Plano prevê também: o aumento de 210 milhões de euros da despesa orçamental e uma redução de 74,6 milhões da receita da Região; o aumento de 160 milhões do investimento público total, que cresce para 1037 milhões; o reforço de 129,8 milhões de euros do investimento financiado diretamente pelo Orçamento da Região, que aumenta para 748,8 milhões; o aumento de 95 milhões do financiamento do Serviço Regional de Saúde, sendo 80,7 de acréscimo das transferências diretas e 14,4 de correspondente ao reforço do Plano de Investimentos; o aumento de 72,8 milhões de euros nos apoios ao emprego e às empresas; o aumento de 50 milhões de euros de comparticipação no serviço público de transporte aéreo da SATA; o reforço de 20 milhões de euros no investimento do desenvolvimento do Turismo; e o acréscimo de 9,5 milhões de investimento na área da Solidariedade Social, de 6,9 milhões de investimento na Agricultura e de 1,2 milhões no âmbito do Mar, Ciência e Tecnologia.

Relativamente à receita, a revisão orçamental prevê uma redução de 90 milhões da receita fiscal, essencialmente decorrentes: 57,4 milhões do IVA, que resulta automaticamente da revisão do Orçamento de Estado, tendo em conta que Região recebe uma percentagem *per capita*; e de 13 milhões de euros correspondentes ao IRS pago pelas empresas, decorrentes neste caso da suspensão do pagamento por conta das empresas.

Com o objetivo de financiar o incremento do investimento público, o reforço do Serviço Regional de Saúde e a redução da receita fiscal e sem alterar o investimento que estava anteriormente previsto, a Região irá recorrer à autorização concedida pelo Orçamento de Estado para necessidades líquidas de financiamento de 285 milhões de euros, e aumentar em 46,5 milhões as receitas decorrentes da utilização de fundos comunitários, essencialmente

através da reafecção desses fundos que estavam afetos à construção do novo navio, conforme oportunamente anunciado.

No âmbito desta revisão, a Região irá, pois, utilizar 67% do montante de endividamento autorizado na revisão do Orçamento de Estado, mantendo inalterada a sustentabilidade financeira da Região. Esta opção rigorosa e responsável, sem condicionalismos ou restrições, a estabilidade dos níveis de investimento e de apoio ao emprego, às empresas e ao rendimento das famílias nos próximos anos, com esta opção a Região mantém intacta a capacidade e a autonomia financeira para manter as suas finanças públicas sustentáveis.

Queremos com isso poder continuar a implementar novas medidas que impulsionem a retoma económica, o aumento do rendimento das famílias e do emprego sem limitações ou sem constrangimentos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Com os novos instrumentos financeiros a disponibilizar pela Comissão Europeia a partir do início do próximo ano, mantendo os Açores a sustentabilidade das finanças públicas regionais, criamos assim as condições necessárias para o aproveitamento integral desses novos e reforçados recursos financeiros europeus.

Com esse objetivo, o Governo dos Açores, com a colaboração de todos os parceiros sociais e partidos políticos, está a ultimar a elaboração da Agenda para o Relançamento Social e Económico da Região Autónoma dos Açores. A agenda pretende ser o documento orientador para o relançamento social e económico dos Açores nos próximos 2 anos, enquadrado na estratégia europeia que irá definir a aplicação dos financiamentos comunitários para a concretização deste objetivo.

Queremos estar desde já preparados em termos de planeamento estratégico com o envolvimento e a participação ativa de todos no processo da escolha das políticas públicas. A Agenda Açoriana para o Relançamento Social e Económico integra medidas de apoio, de intervenção e impactos nas diferentes áreas de atuação para o apoio à retoma das atividades sociais e económicas, como o apoio ao emprego, às famílias, ao setor social, às empresas, com especial destaque para o setor do Turismo.

Este documento, que também prevê medidas que concorrem para uma maior e melhor capacidade de resposta do Serviço Regional de Saúde, estará em consulta pública ainda durante este mês de julho de forma a poder recolher de forma direta o contributo de todos os açorianos.

Se esta revisão do Orçamento e Plano de Investimentos pretende dar resposta no curto prazo e com os recursos financeiros disponíveis este ano aos novos desafios colocados pela COVID-19, a Agenda para o Relançamento Económico e Social dos Açores pretende dar resposta aos novos desafios que se colocam nos próximos 2 anos, aproveitando na íntegra os apoios europeus disponibilizados para vencermos esse desafio em toda a Europa.

O Governo dos Açores acredita que estes documentos são o que os Açores precisam para o momento que atravessamos.

Estamos confiantes que, tal como no passado, iremos ultrapassar em conjunto com todos os açorianos mais este grande desafio, com a ambição e a responsabilidade de sempre.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa já tem algumas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Os documentos ora em discussão visam essencialmente reforçar as dotações orçamentais, com o objetivo de minorar o impacto da pandemia decorrente da COVID-19, quer na área da Saúde, quer na Economia. É pelo menos este o propósito que consta dos documentos, propósito este que vem sendo sucessivamente reforçado por declarações e anúncios dos responsáveis governamentais.

O Presidente do PSD, José Manuel Bolieiro, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Agora é obrigatório!

O Orador: ... desde o início da atual crise, sempre afirmou que o PSD estava disponível para aprovar qualquer revisão orçamental e o recurso ao aumento do endividamento, permitindo que o Governo Regional dispusesse dos instrumentos financeiros para minorar a crise económica e para reforçar financeiramente o Serviço Regional de Saúde.

Simultaneamente, aguardamos pela atribuição das ajudas europeias na quota parte que caberá aos Açores, as quais todos nós consideramos como essenciais, não se afastando igualmente a expectativa da solidariedade nacional e do apoio direto da República.

Quanto à proposta de revisão do Orçamento, o aumento total das receitas é de 306 milhões de euros, dos quais 285 milhões de euros pelo aumento do endividamento. Daquele montante, cerca de 90 milhões de euros destinam-se a cobrir a expectável redução das receitas fiscais.

Não entraremos em detalhe quanto a estas previsões da redução fiscal, ainda que em matéria de IRS se afigurem demasiado otimistas face à dimensão da crise, nem tão pouco quanto ao cenário macroeconómico, que consideramos

claramente pouco realista, quer quanto às previsões do PIB, quer quanto ao emprego.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Do aumento das receitas, deduzida a compensação da redução prevista dos impostos, sobram 216 milhões de euros, dos quais 130 milhões são afetos a despesas do Plano, que atinge quase 750 milhões de euros.

Mas não nos iludimos quanto à previsível baixa de execução do Plano, que na presente legislatura não será avaliada.

O histórico deste Governo, quanto a taxas de execução do Plano, tem pouca credibilidade: ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ... no conjunto dos 3 Planos desta legislatura ficaram por executar 320 milhões de euros, o que nos faz ter fortes dúvidas sobre a execução também deste Plano agora revisto.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Na área da Saúde o reforço global é de 95 milhões de euros.

Das questões colocadas, em sede de audição do Sr. Vice-Presidente na Comissão de Economia, ficamos pouco esclarecidos relativamente ao aumento efetivo da despesa com a Saúde ocorrida no primeiro semestre de 2020 e da previsão para o resto do ano.

Se por um lado todos admitimos a ocorrência de novos custos, também é necessário reconhecer que estando o Serviço Regional de Saúde com a generalidade da sua atividade programada suspensa ou reduzida, como sejam as cirurgias programadas, os meios complementares, as consultas ou a diminuição da procura dos serviços de urgência, naturalmente que ocorreram reduções de custos porventura relevantes.

E a verdade é que na apresentação de uma proposta de reforço tão significativa na área da Saúde, não tem este Parlamento a informação mínima

necessária para a avaliar com rigor, sobretudo, separando o que efetivamente decorre do COVID-19 e o que são necessidades e responsabilidades anteriores do Serviço Regional de Saúde.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): É verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Ainda assim, pese embora persistam dúvidas quanto aos montantes efetivamente necessários decorrentes exclusivamente da pandemia para a área da Saúde, a situação de subfinanciamento em que se encontra o Serviço Regional de Saúde, designadamente os hospitais regionais com cerca de 40 milhões de euros de resultados negativos em 2019 e com dívidas a fornecedores num valor superior a 120 milhões de euros no final daquele ano, revela inequivocamente que estas verbas já eram necessárias aquando da apresentação do Orçamento de 2020, em novembro passado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Se assim não fosse, seguramente que não seria necessário reforçar em quase 30% o sector da Saúde. Este reforço, justificado com a pandemia, vem, afinal, tentar resolver e disfarçar problemas anteriores, sendo que o PSD sempre defendeu e defende o adequado financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: A bem da transparência, seria bom que o Governo assumisse esta realidade.

Na área da Saúde, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou ainda hoje uma proposta de alteração do Orçamento, alargando aos profissionais de saúde o

prémio recentemente aprovado a nível nacional para os profissionais envolvidos no combate à COVID-19 e que passaram por situações de risco.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A presente proposta de alteração do Plano reforça, também, as dotações atribuídas à SATA Air Açores. Face ao Orçamento inicial, agora a compensação do serviço público é reforçada em quase 50 milhões de euros. Desconhecemos que normas do caderno de encargos e do contrato de serviço público terão justificado este reforço e que eram desconhecidas anteriormente aquando da aprovação do Orçamento inicial em novembro, tanto mais que a empresa manteve a sua frota maioritariamente em terra durante quase 3 meses.

Ora, os problemas da Sata, como todos bem sabemos, são muito anteriores à crise em que vivemos, acumularam-se durante os últimos 12 anos, com especial relevância na atual legislatura.

Deputado Francisco César (PS): Inacreditável!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Muito bem!

O Orador: O pagamento da fatura a suportar pelos contribuintes pela má gestão da empresa e pelos erros nas orientações políticas já se iniciou. E o dinheiro a atribuir à SATA deixa de estar disponível para tantas outras necessidades de que os açorianos e as suas empresas padecem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: A crise sanitária apenas agravou uma situação insustentável, forçando o Governo a recorrer à Comissão Europeia, solicitando autorização para as ajudas de Estado, o que há muito tempo deveria ter feito se tivesse atuado com frontalidade no interesse da empresa e dos açorianos.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas é inaceitável, agora que se discute um reforço dos meios financeiros a atribuir à SATA, que em 2020, com a aprovação da presente revisão, totalizarão quase de 130 milhões de euros, entre reforço de capital e compensação de serviço público, a que se acrescentam 70 milhões de euros de empréstimos de curto prazo, não tenha o Governo já dado conhecimento aos açorianos, aos trabalhadores da empresa e a este Parlamento do plano de reestruturação da empresa e do montante constante do pedido de ajudas sujeito a Bruxelas. Estes documentos não podem ser escondidos dos açorianos, têm de ser divulgados e não podem esperar pelas eleições!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É uma governação pautada por falta de transparência quanto à SATA, de que é também exemplo a ausência de resposta a um requerimento do PSD, de maio de 2019, com perguntas sobre o negócio danoso do aluguer do Airbus A330.

Acrescentamos às perguntas que estão sem resposta...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Leia o que está no contrato!

O Orador: ... que é importante que se saiba quanto custará a devolução do avião à empresa que fez o contrato de leasing.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Acrescem ainda dúvidas relativamente ao pedido de ajudas a Bruxelas. Com efeito, o Sr. Vice-Presidente afirmou na Comissão de Economia que essas ajudas não têm necessariamente que ser através do reforço do capital pelo acionista, podendo ser apenas a prestação de garantias.

Mas afinal não foi o que o Governo já fez, designadamente através do empréstimo obrigacionista em 2018 no montante de 65 milhões de euros com o aval da Região, aliás, em péssimas condições de mercado?

Terá sido esta garantia legal face às regras europeias? – questionamos.

E os reforços de capital teriam de ser previamente sujeitos à autorização de Bruxelas? – é outra questão que deixamos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No que consideramos essencial no âmbito desta revisão do Orçamento e do Plano – o apoio às empresas – a verba disponível é de 72,6 milhões de euros. Desde sempre que o PSD partilhou as preocupações dos parceiros sociais de que as medidas regionais de apoio às empresas no âmbito da COVID, ainda que muito positivas, eram manifestamente insuficientes, tendo apresentado um conjunto de medidas complementares e alternativas.

Face à dimensão da crise, a injeção de liquidez deveria ser mais intensa e com menor recurso ao crédito, ao qual muitas empresas não têm capacidade de aceder.

Faltou, e continua a faltar, uma avaliação permanente do impacto das medidas, comparando com os objetivos da sua aplicação e o nível de adesão das empresas. Por exemplo, as medidas de antecipação de liquidez e de complemento regional do lay-off foram anunciadas pelo Sr. Vice-Presidente como possibilitando a injeção de liquidez imediata na economia de 45 milhões de euros. Mas afinal os resultados ficaram muito aquém das expectativas, sendo que o esforço do Orçamento Regional com as duas medidas não ultrapassou os 13,5 milhões de euros.

A medida regional de manutenção do emprego só terá efeitos orçamentais a partir do final de 2021, ainda que positiva.

Não basta anunciar 70 medidas de apoio à economia, importa monitorizar a sua execução financeira e os seus resultados e, sobretudo, informar os

açorianos do esforço orçamental que estas medidas efetivamente representam, para além dos anúncios divulgados pelo GaCS.

Ainda que não tivesse ocorrido a pandemia, se o Governo apresentasse esta mesma proposta de revisão orçamental e do Plano, tendo em conta as necessidades que já existiam em cada um dos respetivos setores, designadamente na Saúde, o Grupo Parlamentar do PSD votaria favoravelmente.

Porém, sabemos, e seria bom que os açorianos fossem disso informados, que, à conta da pandemia, o Governo tenta, através desta proposta de revisão do Orçamento e do Plano, resolver problemas antigos, que escondeu sucessivamente.

Todavia, entendemos que o interesse dos açorianos tem de prevalecer sempre no debate e postura políticos. Por isso, apoiaremos estas propostas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD/Açores dá claramente um sinal de que estará sempre ao lado da resolução dos problemas que afetam os açorianos.

Isso, naturalmente, não dispensa a nossa ação fiscalizadora como partido da oposição e de alternativa de governação.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Esse será o nosso desafio, que sempre assumimos de forma séria e responsável.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A pandemia mundial da COVID-19, causada pelo novo coronavírus, provocou profundos impactos socioeconómicos na Região Autónoma dos Açores, para os quais, quer este Governo Regional, quer este Parlamento, empenhadamente procuraram encontrar soluções que pudessem atenuar os seus efeitos.

Esta nova realidade alterou substancialmente a vida dos açorianos, obrigando a um esforço contínuo da defesa da vida e da saúde pública por parte de todos nós, mas em particular do Sistema Regional de Saúde e das respostas sociais aos mais idosos e vulneráveis.

Desde o início do período de exceção que atravessamos e perante um inimigo comum, o CDS esteve sempre na primeira linha da defesa da Região e dos açorianos. Fomos uma oposição solidária com as medidas de contingência adotadas pelo Governo, mas, mais do que isso, com responsabilidade e propositura, apresentamos soluções e demos contributos para a resolução de problemas e mitigação dos efeitos da pandemia em áreas-chave como a Saúde, o Emprego, a Economia, a Solidariedade e a Educação.

Sabíamos que era um tempo de união e de congregação de esforços, numa luta contra um inimigo desconhecido, perigoso e invisível, e que se exigia de partidos e representantes políticos um enorme sentido de responsabilidade na busca de soluções que pudessem ajudar e proteger os açorianos.

Sabíamos que era fundamental garantir a proteção da saúde pública e que se impunha o estabelecimento de medidas que permitissem uma resposta eficaz ao combate epidemiológico, sem levar ao colapso do Sistema Regional de Saúde.

Sabíamos que era urgente encontrar mecanismos excepcionais de apoio social e de auxílio às famílias açorianas durante esta fase difícil, visando aliviar o

respetivo esforço financeiro e minimizar os efeitos da perda generalizada de rendimentos disponíveis.

Sabíamos também que era determinante proteger o tecido económico regional, criando instrumentos de auxílio e de estímulo, aliviando o esforço financeiro das empresas, atenuando os custos do seu funcionamento e salvaguardando os postos de trabalho por estas empresas criados.

Reconhecemos, por isso, que o conjunto de mecanismos de apoio criados, quer a nível nacional, quer a nível regional, onde se incluem também os contributos dados pelo CDS, foram essenciais para o combate aos efeitos desta pandemia, nomeadamente para a proteção da saúde e da vida dos açorianos, para o apoio às famílias e às empresas, para a proteção do emprego e para a minimização dos impactos graves na nossa economia.

O CDS disse também presente quando nos foram solicitadas propostas para o levantamento gradual das medidas implementadas em consequência do estado de contingência regional e do estado de emergência nacional, no âmbito do roteiro da Região Autónoma dos Açores, elaborado pelo Governo Regional, para uma saída segura da pandemia da COVID-19.

Sras. e Srs. Deputados:

É, pois, com total naturalidade que surge agora a necessidade de se proceder ao devido enquadramento orçamental e de acomodar o impacto financeiro decorrente das medidas já implementadas, bem como das operações programadas no quadro de crise sanitária, por intermédio de uma segunda alteração ao Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2020. Continuaremos a ser, em nome dos princípios e dos valores que defendemos, uma oposição responsável e determinada em responder aos muito desafios que teremos de enfrentar para garantir a necessária recuperação económica e social das nossas ilhas e da nossa Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Continuaremos a estar ao lado dos açorianos, como estivemos até agora, para que, com a devida prudência face à imprevisibilidade da doença e a ameaça de uma nova vaga, possamos perspetivar os próximos passos. No entanto, estaremos também atentos à atuação do Governo Regional, particularmente ao modo em como este reforço de 160,6 milhões de euros no investimento público será aplicado, na medida em que consideramos em que esta é mais uma oportunidade que não pode ser desperdiçada para promover uma mudança de paradigma em setores fundamentais como a Saúde, o Emprego e a Solidariedade Social.

Neste sentido, esperamos que o aumento de 95,1 milhões de euros no financiamento destinado à Saúde possa servir para promover um efetivo Serviço Regional de Saúde, melhorando o seu funcionamento em todas as ilhas, especialmente nas ilhas sem hospital e que possa ajudar a preparar devidamente a Região para uma eventual segunda vaga da pandemia.

Esperamos também que possa contribuir para a resolução de problemas crónicos do setor da Saúde na Região, como a recuperação das listas de espera cirúrgicas, a cobertura integral por médicos de família, o reforço da deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital e a rentabilização de recursos já existentes, como o polo de radioterapia da ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ao nível do emprego e do apoio às empresas, esperamos que este aumento de 72,8 milhões de euros possa servir para melhorar o atual modelo de políticas públicas regionais de apoio à criação de emprego, que fomenta, de acordo com o Tribunal de Contas, essencialmente a criação de vínculos laborais precários, em continuidade com o modelo precedente. Esperamos também que possa conduzir à elaboração e aprovação de um novo plano regional de emprego, tal como legalmente previsto, e que possa contribuir

para a criação de instrumentos e de condições de suporte à avaliação das medidas previstas nos programas de emprego em vigor.

Por fim, em matéria de Solidariedade Social, esperamos que este reforço de 9,5 milhões de euros possa ser um tónico para o combate à pobreza e à exclusão social na Região, com o intuito de não deixar ninguém para trás e de promover a proteção social de todos os açorianos, sobretudo os mais desfavorecidos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar e antes de entrar na análise que iremos efetuar à revisão orçamental, importa aqui realçar que quando estamos a discutir uma revisão orçamental que coloca o Orçamento da Região num valor próximo dos 2 mil milhões de euros, vemos com alguma estupefação que a preocupação do PSD é a resposta a um requerimento que até já é do conhecimento público.

No entanto, também importa aqui referir, ao contrário daquilo que diz o Deputado António Vasco, que as taxas de execução do Plano de Investimento de 2018 e 2019 foram superiores a 80%: em 2018 foi de 84%; e em 2019 de 81%. O que corresponde a investimento realizado de mais de 420 milhões de euros. Isso demonstra bem o grau de compromisso do Governo Regional dos Açores com as promessas que fez aos açorianos, ao contrário daquilo que demonstra o Sr. Deputado.

Relativamente ao Plano e Orçamento que agora está em discussão, importa, em primeiro lugar, ter em conta o caminho que percorremos até aqui, sobretudo nos últimos 4 anos. Se antes desta pandemia discutíamos o grau de crescimento do Turismo, ou o impacto que teria no Emprego, na

Habitação, ou o nível de crescimento do PIB na nossa Região, a verdade é que em poucos meses este cenário alterou substancialmente a nossa Região. E se antes discutíamos o nível de crescimento, hoje estamos a discutir qual é o impacto económico e financeiro que esta crise irá provocar nas famílias açorianas.

E a verdade é que, vencida uma primeira fase de combate à pandemia, onde foi necessário suspender quase por completo grande parte da atividade económica na nossa Região, e vencida esta fase com relativo sucesso, hoje estamos numa fase de retoma económica gradual, consistente, com alguma segurança. E é por isso que estamos aqui, hoje, a discutir e a analisar este Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Mas, como referi, nesta recuperação da atividade económica têm sido fundamentais para alcançar este desígnio as medidas que foram apresentadas e implementadas pelo Governo dos Açores em tempo recorde. Desde março, sensivelmente, foram apresentadas mais de 70 medidas de apoio à economia, salvaguarda dos postos de trabalho, de injeção de liquidez na economia para garantir a subsistência das empresas e das famílias açorianas.

E se há hoje cenário macroeconómico que diz que a Região irá contrair na sua riqueza produzida, mas irá contrair menos do que aquilo que se verifica no país e noutras regiões, e se o desemprego não cresce tanto como é perspetivado noutros locais, isso deve-se em parte à eficácia e ao sucesso das políticas públicas do Governo Regional do Partido Socialista, que soube ir mais longe e mais rápido nas medidas apresentadas, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... sempre de forma complementar ao que era apresentado pelo Governo da República, criando medidas como a antecipação da liquidez e incentivos a fundo perdido que permitiram injetar, logo em abril, mais 6,5 milhões de euros, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): São 45!

O Orador: ... criando linha de crédito quando verificava que havia condicionamentos no acesso à liquidez, linhas de crédito na ordem dos 150 milhões de euros, criando complementos regionais às empresas e aos trabalhadores em lay-off, complementos estes que já foram pagos e que, no resultado de medidas aqui também apresentadas na Assembleia, estão a ser disponibilizados às famílias açorianas.

Isso são tudo medidas que demonstram o grau de empenho e o relativo sucesso das medidas que foram colocadas ao serviço dos açorianos. Isso resulta de um trabalho conjunto que foi feito com o Governo dos Açores, com as autarquias, com as freguesias, com os municípios, com os parceiros sociais, com as associações empresariais e com o povo açoriano em geral, que souberam colocar em primeiro lugar o interesse público e não o interesse individual de cada um de nós.

Deputada Mónica Rocha (*PS*): Muito bem!

O Orador: Isso demonstra claramente que as prioridades elencadas nesta revisão orçamental são essencialmente quatro:

Em primeiro lugar, é colocada como prioridade a saúde dos açorianos. Isso é visível quando alocamos mais 425 milhões de euros ao Serviço Regional de Saúde;

Também ao nível do emprego, das empresas e do apoio às famílias, sendo elencadas como prioridades e são materializadas com políticas concretas e do conhecimento de todos os açorianos. Isso tem permitido atenuar o impacto económico e social que esta crise provocou no nosso dia a dia. Nós não negamos que a situação é difícil, mas também temos a plena consciência de que, graças às medidas que foram apresentadas em tempo recorde, nós conseguimos mitigar e atenuar o impacto que esta crise teria nas famílias açorianas. E se, em março, o Conselho Económico e Social antevia uma

quebra do PIB na ordem dos 20%, a verdade é que o cenário macroeconómico que hoje conhecemos perspectiva uma quebra na ordem dos 6,7%. E, como disse anteriormente, isso resulta das medidas que foram apresentadas em tempo recorde.

Além disso, verificamos que esta revisão orçamental reúne o consenso da maior parte dos partidos políticos, o que é de saudar, mas também dos Conselhos de Ilha, que aprovaram quase por unanimidade as alterações que foram feitas e colocadas à consideração, o que deve também ser aqui realçado.

Em suma, Sras. e Srs. Deputados, este é um Orçamento que coloca a saúde dos açorianos em primeiro lugar, que garante os recursos necessários para os serviços públicos. Isso, como disse o Sr. Vice-Presidente, não é apenas uma questão de recursos financeiros, mas também de recursos humanos, recursos técnicos, que fazem a diferença no dia a dia de cada um de nós.

Isso significa que, no final de 2020, com a aprovação deste Orçamento, iremos alocar mais de 830 milhões de euros às funções sociais. Isso significa saúde, educação e apoio social. Isso demonstra bem a prioridade do Partido Socialista e do Governo Regional.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Iremos também, ao contrário do que omitem alguns, alocar mais 676 milhões de euros às funções económicas. Falo, designadamente, de medidas de apoio ao Emprego, de apoio à competitividade das empresas, de apoio à Agricultura, às Pescas, ao Turismo, aos Transportes, em suma, em toda a nossa atividade económica que também aqui é contemplada e tem um incremento substancial.

Como aqui foi referido pelo Sr. Vice-Presidente, todas essas medidas de reforço do investimento público, reforço da despesa pública e de quebra da atividade económica, que provoca por conseguinte uma redução das receitas

fiscais, é financiada pelo aumento do endividamento autorizado pelo Governo da República em cerca de 285 milhões de euros, o que corresponde apenas a 67% do montante autorizado. Isso significa que a Região mantém capacidade de financiamento, que mantém um nível de dívida sustentável e, mais importante, significa que mantém a sua capacidade de implementar novas medidas em função da evolução da pandemia e da retoma económica que irá implicar.

E, por fim, diria que este é um Orçamento ambicioso e responsável, que promove seguramente o aumento dos cuidados de saúde na nossa Região, que promove a recuperação económica, que apoia as famílias açorianas e reforça o investimento público. E, portanto, merece a aprovação e merece o voto de confiança de todos os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não estamos num momento qualquer da nossa vida coletiva. A pandemia da COVID-19 trouxe à nossa sociedade motivos sérios de apreensão, ansiedade e até mesmo medo pelo futuro. A incerteza sobre o nosso futuro coletivo torna-se mais densa quando se junta um problema de saúde pública a uma depressão económica global, que ao que tudo indica será de grande profundidade.

Em conformidade, os poderes e os serviços públicos são chamados a uma atuação forte, rápida e eficiente, tanto quanto possível, para combater a pandemia, ao mesmo tempo que preserva empresas e empregos. É uma luta para evitar maiores ruturas sociais no futuro.

Os Açores, com os indicadores que todos conhecemos, como uma taxa de risco de pobreza acima dos 31%, são particularmente vulneráveis a uma crise social de grandes dimensões. É neste quadro que somos chamados à análise do Orçamento Suplementar que é agora proposto pelo Governo Regional. Este Orçamento não deriva, como é normal, da vontade política do Governo Regional, como todos sabemos, mas pretende ser a resposta que o Governo Regional considera necessária para enfrentar os problemas do momento e do futuro mais próximo. Esta não é uma revisão orçamental normal, em tempos normais. E para isso basta ver as dimensões das próprias alterações propostas.

Passando à análise do Orçamento e tendo em conta a profundidade da crise multifatorial que atravessamos, pensamos que ele é exíguo face às necessidades, como sinalizaremos em aspetos centrais. Mas sem disfarce e tendo em conta as necessidades prementes, não será o Bloco de Esquerda a opor-se à aprovação deste Orçamento Suplementar.

Ficando clara, desde já, a nossa posição e tendo em conta que em sede de Comissão os esclarecimentos do Governo foram parcus, vamos a algumas questões concretas:

Pede o Governo a esta Assembleia a autorização para poder decretar medidas de apoio às empresas em complemento ou aditamento a medidas criadas pelo Governo da República. Não quer o Bloco de Esquerda fixar-se em dúvidas formais sobre este pedido, mas não podemos passar um cheque em branco, nomeadamente no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores. Apresentaremos, assim, a este pedido de autorização legislativa uma adenda

que clarifique as condições destes apoios, nomeadamente no que diz respeito à defesa dos direitos dos trabalhadores.

Na Saúde, como seria de esperar, encontramos o maior reforço neste Orçamento, mas fica em aberto a seguinte pergunta: representa este aumento orçamental um real aumento da verba atribuída ao Serviço Regional de Saúde, ou representa unicamente um acréscimo para responder às consequências da pandemia? Queremos acreditar que o Governo Regional caiu em si e decidiu virar a página da suborçamentação neste setor tão vital para a nossa vida, com ou sem pandemia. Será este reforço orçamental para servir de base ao programa de recuperação de cirurgias e consultas que o Governo anunciou, mas que até hoje não viu a luz do dia, para sofrimento de milhares e milhares de açorianos e açorianas? Será este reforço para contratar mais médicos, tão necessários à nossa Região? Será este reforço para fazer justiça aos enfermeiros que ainda estão à espera dos anos de carreira expurgados e também para contratar mais enfermeiros? Será este reforço para dar dignidade à carreira dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, que há anos também desesperam para que o Governo lhes faça justiça com a valorização das suas carreiras? Será ainda este reforço para reforçar os meios necessários para o Serviço Regional de Saúde, independentemente da pandemia? E, já agora, ao fim de 3 anos, já se encontra instalado (e faço esta pergunta novamente porque a fiz no último Orçamento) o equipamento da ressonância magnética no Hospital de Ponta Delgada?

Deputado Luís Maurício (PSD): Ó pá, isso ainda está encaixotado!

O Orador: Ou será este reforço apenas para responder à pandemia, não representando a mudança do rumo do Governo Regional em relação à política orçamental para a Saúde?

Em Comissão, o Sr. Vice-Presidente do Governo disse que não tinha os dados e não sabia quanto se tinha gasto exatamente com a pandemia, pois

apenas as contas de maio estavam já fechadas. É evidente que não é possível ter um valor fechado ao cêntimo, mas terá de haver uma estimativa, assim como um plano de investimento.

Esta incerteza contrasta com o requinte da precisão dos números. O reforço das despesas decorrentes na Saúde é de 82375000 euros, e é de 14345000 no Plano. Cabe ao Governo explicar aplicação destes montantes e a sua precisão.

Mas independentemente de o Governo querer ou não clarificar esta questão, para o Bloco de Esquerda não restam dúvidas de que é necessário no imediato fazer justiça aos enfermeiros e aos técnicos de diagnóstico e terapêutica, assim como a todos os trabalhadores da Saúde. E, neste sentido, apresentamos neste Orçamento caminhos concretos para que se faça justiça a estes profissionais. O Serviço Regional de Saúde só se reforça com profissionais motivados e não com pancadinhas nas costas. Elas fazem bem, mas não põem comida na mesa, nem concedem dignidade profissional. As propostas que fazemos e que apresentaremos em breve consistem em garantir a concretização das valorizações remuneratórias dos enfermeiros no imediato e dar indicações ao Governo para retomar as negociações com os sindicatos com a vista a valorização profissional da carreira e do tempo de serviço dos profissionais, dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, garantido a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão, incluindo daqueles com vínculo aos hospitais-empresa.

No setor da Educação, estranhámos não haver qualquer reforço de verbas. E também estranhámos o silêncio do Governo sobre o próximo ano letivo e a sua preparação. O chamado ensino à distância foi uma solução de recurso que foi necessária, mas foi evidente que ela trouxe maiores desigualdades entre alunos e cavou mais fundo as diferenças sociais e as diferenças de aprendizagem.

Por tudo isto, esperamos obviamente que não haja necessidade de recorrer novamente ao ensino à distância, mas temos de estar preparados para a ele recorrer se necessário.

A preparação do próximo ano letivo exige que se tenha em conta as fragilidades que esse sistema já demonstrou ter. As consequências nefastas deste ano letivo vão seguramente repercutir-se no próximo. E só isso não é pouco. Isso obriga, em nossa opinião, ao reforço de professores, de pessoal não docente e de apoios reforçados, como na área da psicologia ou na área social, aliás, como já assumiu de forma parca o Governo da República. Pelo contrário, nos Açores parece que não se passa nada e tudo será como antes ao nível dos recursos no setor da Educação. Olhamos para o Orçamento e nada vemos. Olhamos para a área da ação social escolar, quando se prevê uma maior necessidade das famílias, e está tudo na mesma. Sobre o próximo ano letivo nada se diz. Será que a Secretaria Regional da Educação já entrou em hibernação?

O orçamento da Solidariedade tem um aumento de 10 milhões de euros. Estranhámos precisamente nesta área um tão exíguo aumento. Com certeza, neste debate, porque antes não o fez, vai o Governo esclarecer também as bases para tal proposta. Não me parece haver dúvidas que a incerteza da pandemia se vai estender no tempo. Este facto, a juntar ao que vivemos nos últimos meses, vai acentuar a crise económica e social que se faz sentir.

Deputado Carlos Silva (PS): Complementar!

O Orador: O apoio social vai ser mais do que necessário, se bem que a “fatia de leão”, como sabemos, é da responsabilidade nacional.

Como temos visto, no entanto, o Governo da República não tem sido pródigo nos apoios, ficando muitas vezes muito aquém até de outros países da União Europeia. Só para dar o exemplo, Espanha disponibilizou às autonomias 14 mil milhões de euros extraorçamento.

Tendo a nossa Região desequilíbrios sociais enormes, com mais de 31% da população em risco de pobreza, os apoios sociais céleres são fundamentais. Nesta perspetiva, pensamos, assim, que o reforço orçamental apresentado nos parece insuficiente.

Mas esta pandemia trouxe ao de cima muitas carências na nossa sociedade por razões óbvias. Trouxe também ao de cima a questão dos idosos e do sistema de apoio a estes nossos concidadãos. Os lares residenciais para idosos estiveram no centro das atenções, mas o problema é mais vasto. Ao longo dos últimos 30 a 40 anos, o Estado, numa lógica liberal e mercantil, foi paulatinamente retirando-se da função social, passando essa responsabilidade para uma lógica de mercado ou chamada economia social. Numa lógica mais global de diminuição do estado de previdência ou social, o Estado passou a ser um mau financiador destes sistemas de apoio. Muitos pensadores desta área afirmam que os níveis civilizacionais de uma sociedade se medem pela forma como esta trata os idosos e as crianças.

É, pois, tempo de iniciar o caminho inverso ao que se trilhou, olhando para os ensinamentos que retiramos desta pandemia.

Podemos e devemos começar pelos trabalhadores que acompanham os nossos idosos. Neste sentido, apresentamos a este Orçamento, também, uma proposta que visa indicar que o Governo Regional inicie negociações com os sindicatos e as entidades federadoras das IPSS e Misericórdias, para num plano plurianual igualar a remuneração destes trabalhadores e trabalhadoras à remuneração da função pública, garantindo o tratamento mais favorável dos trabalhadores. É o início de um processo para deixar para trás o negócio e pensar nas pessoas em primeiro lugar.

Estas são propostas que, se aprovadas, tornarão, na nossa opinião, este Orçamento Suplementar um Orçamento mais justo e mais próximo de

responder às necessidades mais prementes do momento delicado que vivemos, apesar das insuficiências de fundo que já apontamos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Tempos excepcionais exigem medidas excepcionais e respostas urgentes que defendam os direitos dos trabalhadores, os seus salários e rendimentos e que garantam a sua proteção social.

Ao longo destes últimos meses, temos tido exemplos claros de como o vírus tem sido pretexto para brutais atropelos laborais. Vejamos alguns exemplos: aumento do despedimento de trabalhadores; colocação de trabalhadores em férias forçadas e imposição de longas jornadas de trabalho sem o pagamento das horas extraordinárias; corte nos salários e outros rendimentos; incumprimento de normas de higiene, saúde e segurança no trabalho; comportamentos de pressão, repressão e chantagem sobre trabalhadores.

Sofrem especialmente ataques aos seus direitos os trabalhadores em situação de precariedade: falsos recibos verdes, trabalhadores à peça ou à hora, bolseiros, estagiários, trabalhadores em período experimental...

A realidade da precariedade laboral é também a realidade da precariedade da proteção social, da ausência de direitos, que se sente com mais força do que nunca em momentos como este. São estes trabalhadores os primeiros a pagar a fatura que os patrões e o capital querem impor.

O PCP tem tido uma intervenção persistente neste contexto, denunciando as situações, rejeitando todos os atropelos, repudiando firmemente os aproveitamentos e os oportunismos dos quais alguns patrões têm sido protagonistas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Julgamos que a proposta que o Governo Regional aqui nos traz fica ainda longe da resposta necessária aos problemas que resultam do surto epidémico e do seu aproveitamento pelos grupos económicos, que conduziram a abusos no plano dos direitos dos trabalhadores, ao aumento da exploração, ao corte nos salários, à destruição de postos de trabalho, como também não responde às dificuldades das micro, pequenas e médias empresas para manter a atividade económica, e às inúmeras carências sentidas nos serviços públicos, em especial no Serviço Regional de Saúde.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: A Representação Parlamentar do PCP irá abster-se nesta votação na generalidade da segunda alteração do Plano Regional Anual de 2020 e do Orçamento da Região para 2020, contribuindo para que a discussão prossiga na especialidade e dando uma oportunidade para que o resultado final destes dois documentos possa ser substancialmente diferente das propostas inicialmente aqui trazidas.

É preciso responder aos impactos do surto, proteger salários e emprego, impedir a falência e garantir a retoma da atividade das micro, pequenas e médias empresas, assegurar o funcionamento e relançamento da economia. É a isso que aqueles documentos devem responder.

O Governo Regional optou por trazer uma proposta restritiva, deixando de fora vários setores afetados pelo surto, seja no plano dos salários dos trabalhadores, na Proteção Social, na Saúde, na Educação, nos Transportes, na Cultura e na Ciência, seja no plano da Economia, designadamente no apoio, como já disse, às micro, pequenas e médias empresas.

Pugnaremos para que a segunda alteração do Plano Regional para 2020 e do Orçamento da Região para 2020 possam acabar por ir no sentido de assegurar

o pagamento integral dos salários dos trabalhadores pondo fim aos cortes nos seus rendimentos; a proibição dos despedimentos; o reforço da Proteção Social, sobretudo para os trabalhadores que, independentemente do vínculo laboral, se encontram numa situação de grande vulnerabilidade; o maior apoio às micro, pequenas e médias empresas impedindo o seu encerramento e garantindo o seu papel na retoma da atividade económica; o reforço do Serviço Regional de Saúde para garantir a sua capacidade no tratamento do doentes com a COVID-19 e dos doentes com outras patologias, mas também para responder ao que deixou nestes meses de ser feito e para reforçar aquele que foi o principal instrumento com que o povo açoriano pôde contar nesta fase.

O posicionamento final da Representação Parlamentar do PCP dependerá da discussão na especialidade e da inclusão de soluções que consideramos necessárias para este momento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(* **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e restantes Membros do Governo:

Bom, a pandemia foi, efetivamente, uma situação excecional que exigiu um esforço orçamental adicional.

A questão é que, quando se olha para este Orçamento Retificativo, fica claro que o Governo Regional aproveitou-se de uma situação conjuntural para tentar resolver problemas que são na realidade estruturais, nomeadamente compensar o subfinanciamento de áreas importantíssimas para os açorianos, como a Saúde, e resolver o problema das dívidas das empresas públicas, dívidas vergonhosas e que são empresas como a SATA, igualmente fundamentais para o desenvolvimento da Região. Senão vejamos, para não ser acusada de que estou aqui a fazer uma acusação grave, como diria o PS,

de dizer que o Governo Regional se aproveitou, sim, e repito, se aproveitou de uma situação conjuntural para tentar resolver um problema estrutural:

No âmbito das medidas aprovadas na excecionalidade da COVID, foram aprovadas, nos Plenários, por exemplo medidas para a Educação, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O IRS é que era uma boa medida!

A Oradora: ... nomeadamente uma medida proposta pelo CDS, onde se ia dar computadores para as crianças e professores, e internet. Orçamento Retificativo para a Educação, zero! Com que é que vai ser pago essas medidas que foram aprovadas?

Deputado Carlos Silva (PS): Está no relatório!

A Oradora: Foram aprovadas medidas, por exemplo, para compensar a fatura da EDA para açorianos que tinham tido um decréscimo nos seus rendimentos, apresentada pelo PS. Olhamos para a Energia, reforço orçamental, zero!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Não é na Energia!

A Oradora: Então, muito bem, vejo que o Governo... Muito bem! Têm que ser provocados para vir a jogo. Certíssimo! Se não quiseram esclarecer na Comissão, agora vão poder esclarecer onde é que está o reforço orçamental da Educação. Não sei, também se calhar está noutra rúbrica qualquer. E o Governo terá toda a oportunidade de o fazer.

Por exemplo, durante 2 meses, houve a suspensão de um grande número de atos médicos, todos nós sabemos, mas na Saúde temos um reforço de 95 milhões. Estes 95 milhões é uma necessidade adicional decorrente da situação da COVID, ou estes 95 milhões são para tentar pagar os 120 milhões que os hospitais da Região, no final de 2019, deviam a fornecedores? É que isto é que os açorianos têm que perceber!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Os açorianos já perceberam, a senhora é que não!

A Oradora: Mais, durante 2 meses, na área dos Transportes, todos os açorianos sabem, e bem, para nossa proteção, que os voos da Azores Airlines foram suspensos, os voos comerciais. Os voos da SATA Air Açores, comerciais, foram suspensos. As ligações da Atlânticoline foram suspensas. E temos um reforço de 35,5 milhões. Então, quais foram os custos adicionais nos Transportes que nos fazem trazer um Orçamento Retificativo para compensar a situação da COVID?

Deputado Francisco César (PS): A TAP tem um prejuízo de milhões de euros e a SATA não?!

A Oradora: E, portanto, Sr. Deputado Francisco César, a sua bancada tem um mar de tempo para falar, portanto, inscreva-se e venha prestar esclarecimentos aos açorianos! A minha obrigação enquanto deputada é levantar dúvidas que penso que outros açorianos poderão ter como eu. A sua função é esclarecer ou esclarecer o Governo. Está tudo certo. Não há necessidade, Sr. Deputado Francisco César, de ficar irritado. Tem um mar de tempo para esclarecer os açorianos.

Ninguém aqui é contra a necessidade de um reforço orçamental, porque todos nós sabemos que a situação de pandemia vai trazer custos, e grandes, à nossa economia. Vai trazer custos de muitas pequenas empresas que vão falir, vai trazer custos de muitas famílias que vão ficar sem sustento. Todos nós sabemos isso. Agora, aquilo que nós queremos saber é aquilo que hoje vamos aqui aprovar, porque penso que é claro para todas as bancadas que toda a gente vai aprovar. Queremos saber o que é que estamos a aprovar e para que é que estamos a aprovar!

Qualquer um de nós aqui, além de deputado, é pai. Se um filho vem pedir que precisa de um reforço para a sua mesada, de 100 euros, este mês, eu até estou disponível para dar, preciso é de saber para quê!

Portanto, aquilo que os açorianos precisam de saber é para que é que é este reforço orçamental!

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento, a Mesa não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições para participação no debate. Bem, não havendo, vamos então votar...

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(* **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Bom, eu acabei de fazer uma intervenção que parece que chocou a bancada do PS, que todas as dúvidas que eu coloquei eram perfeitamente estratosféricas (mencionando a nossa querida Deputada Zuraida que já não está cá entre nós), tão estratosféricas que ninguém quer prestar esclarecimentos, nem a bancada do PS, nem o Governo.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Está nos documentos!

Deputado João Vasco Costa (*PS*): É ler o relatório!

A Oradora: Está certo. O registo é: o Governo não esteve disponível em sede de Comissão para prestar esclarecimentos e no debate das iniciativas também não está disponível para prestar esclarecimentos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra. Prescinde. Sendo assim, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente. Sra. Deputada, eu estou disponível para esclarecer sempre as questões que sejam colocadas. Agora, permita que eu não possa esclarecer questões que à partida não podem fazer sentido. A Sra. Deputada referiu aqui onde é que estava, na Energia, a dotação para o apoio à fatura da eletricidade. Sra. Deputada, essa dotação está no âmbito do fundo de apoio social, na Segurança Social. Portanto, não pode procurá-la na Energia.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Só as pessoas da Segurança Social é que podem ser apoiadas? Não foi essa a proposta que foi aprovada!

O Orador: Em relação à Educação, eu tive a oportunidade de explicar na Comissão, de forma muito clara, que aquilo que era o aumento dos encargos decorrentes de apoios que foram específicos eram possíveis de serem totalmente acomodados com a redução de outras despesas de funcionamento decorrentes da não atividade das escolas com presença física. E, conseqüentemente, no âmbito do orçamento da Educação, não precisava de um reforço porque aquilo que eram os aumentos de encargos e de apoios decorrentes de umas situações correspondiam àquilo que eram poupanças em outras componentes da Educação, motivadas pelo facto de as escolas não estarem a funcionar de forma presencial.

E permitam-me que diga... A Sra. Deputada diz que não sabe o que é que está a aprovar. Eu não posso concordar com essa matéria! Todas as ações do Plano, todas as alterações estão devidamente quantificadas ao nível da ação, sendo, em cada uma delas, identificado aquilo que são os reforços e as alterações.

Como tive oportunidade de dizer na intervenção inicial, esta alteração do Plano mantém na totalidade os nossos compromissos de investimento público que tínhamos desde o início do ano, com exceção de dois, que foram

oportunamente anunciados: a construção do novo navio e a suspensão da atividade da operação sazonal de transporte marítimo. Todos os outros mantêm-se exatamente em termos daquilo que estava inicialmente previsto, tendo aqui sido identificado aquilo que decorre do reforço nas áreas que, com toda a clareza, estão expressas uma a uma no Plano de Investimentos e no Orçamento e devidamente identificadas.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa continua sem inscrições. Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Bom, a iniciativa do PS para o apoio à fatura da eletricidade não era para famílias carenciadas, era claramente para quem tivesse tido um decréscimo nos seus rendimentos. Não tem que ser necessariamente uma família carenciada. Portanto, não é tão claro quanto isso que estivesse na ação social. Dou de barato que assim seja.

Deputado André Rodrigues (*PS*): Está no artigo que a senhora aprovou!

Presidente: Sra. Deputada?

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, por exemplo, em relação ao emprego diz que está tudo muito clarinho. Nas alíneas diz aqui: empresas, emprego e eficiência administrativa, 73 milhões. Bom, o Sr. Vice-Presidente, no início da pandemia, anunciou 45 milhões, dos quais só foram utilizados 13,5 milhões para ajuda ao emprego, a manter os empregos. Desses 45 milhões só foram usados 13,5. Porquê? E porque é que vem agora com um reforço de 73 milhões para o emprego, eficiência administrativa e empresas? Eu sei que está lá dito qual é a alínea. Agora, para que é que é? O Governo fez um estudo para dizer que são 72,8? Onde é que precisamos? Em que empresas? Como? Quanto é que custam as medidas? Para mim não é tão claro quanto

isso, mas se calhar estou a ser pouco capaz de ver as contas do Sr. Vice-Presidente.

Em relação à Saúde, também já lhe perguntei claramente: 35,5 milhões decorrem de quê, da COVID? Dos testes? Das equipas que estiveram ao serviço da situação da COVID? Dos ventiladores? Da terapêutica que ocorreu em relação à COVID? Porque muitos dos atos médicos foram cancelados! E a mesma lógica que usou e explicou, e bem, que se na Educação não houve escola presencial vai usar essa verba para poder fazer face a outras iniciativas no âmbito da COVID, da Educação, que foram aprovadas, pergunto-lhe porque é que na Saúde também não usa a mesma lógica de poupança de todos os atos médicos que não aconteceram. E tem um reforço de 35,5 milhões! Acho que isto são perguntas legítimas que podem ser feitas.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Esgotou o seu tempo para o debate.

E pergunto se há inscrições. Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. e Sras. Deputadas, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Já foi aqui dito, mas penso que nunca é demais repetir que, de facto, é o setor da Saúde aquele que tem o maior reforço neste Orçamento. E parece-nos a nós que um valor tão elevado quanto este merece, obviamente, um esclarecimento igualmente pormenorizado da parte de quem nos governa.

Já percebemos que em sede de Comissão esse esclarecimento não foi efetuado de forma clara e, portanto, em sede da presente discussão parece-nos pertinente que o Sr. Vice-Presidente esclareça, de facto, como vai ser gasto e como será investido, vai lá, aqui o dinheiro, este montante que estamos a falar.

Também não é novidade para nós que seja necessário reforçar este setor, até porque, desde sempre, e em sede também de Plano e Orçamento, a posição do PSD tem sido sempre coerente, falamos de um subfinanciamento crónico do setor já por diversas vezes. E as contas provam isso. Ainda há bocadinho, ali daquela tribuna, o meu colega falou. Falamos também de dívidas a fornecedores que, em final de 2019, corresponderiam a perto de 120 milhões de euros, que é um valor bastante avultado. E, portanto, gostaríamos nós de saber o que é que pensa o Sr. Vice-Presidente, ou de que forma é que pensa que este reforço poderá ajudar a resolver esta situação.

Mas também falamos daqueles problemas que efetivamente preocupam e dizem respeito aos açorianos, nomeadamente de que forma é que o Governo, com este reforço de verba, tenta resolver ou pondera resolver o problema das listas de espera cirúrgicas, que são um flagelo na Região e que, em abril de 2020, tínhamos cerca de 11439 açorianos à espera de uma cirurgia. Repito, 11439 açorianos aguardavam por uma cirurgia.

Gostaríamos também de saber, mais um problema desta Região e que também não é novo, que já acontecia antes da COVID e que agora se manterá certamente, que tem que ver com a fixação de médicos. Isso em sede de Orçamento e Plano de 2020 foi feito e aprovado nesta Casa, um reforço àquilo que estava inscrito. Eu pergunto, Sr. Vice-Presidente, quantos médicos já efetivamente conseguiu o Governo Regional fixar na Região, porque há concursos que, infelizmente, continuam a ficar desertos e isso é um problema, sobretudo, nas ilhas sem hospital, nas ilhas que são bastante carenciadas.

E, portanto, temos aqui velhos problemas que acabaram por ser quase escamoteados por esta pandemia. E esta bancada não poderá deixar que isto aconteça.

Ainda em relação a velhos problemas do Serviço Regional de Saúde, deslocação de médicos especialistas a ilhas sem hospital, gostaríamos nós de perceber... Há uma nova Portaria, mas é um velho problema! E, portanto, gostaríamos nós de perceber o que é que o Governo Regional tem pensado com este reforço na Saúde, como é que pensa em ultrapassar e em resolver este problema, porque, de facto, aquilo que nós temos assistido é que as diversas unidades de saúde de ilha têm reivindicado de forma sucessiva mais consultas de especialidade. Isto não é um problema que o PSD vem aqui levantar, são as próprias unidades de saúde de ilha que reclamam por isso mesmo.

E, portanto, Sr. Presidente, há aqui um conjunto de problemas que são velhos, que não são da era COVID e que continuam por ser resolvidos, mas também já aqueles que são posteriores, nomeadamente a retoma da atividade assistencial. Ainda não conseguimos perceber como é que o Governo Regional vai gastar esse dinheiro para que se dê de forma sustentada e de forma segura...

Deputada Graça Silveira (Independente): Justa!

A Oradora: ... uma retoma da atividade assistencial que sirva os açorianos. E, portanto, gostaríamos de saber como é que esse dinheiro será gasto, se tem pensado em convenções, que tipo de convenções, com que entidades, que tipo de atos médicos estão previstos nessas convenções. Pensamos nós que é o momento de o Governo Regional, de forma transparente, mostrar e dizer aqui aos açorianos aquilo que tem pensado também para esta matéria. Para terminar, gostaria também de aproveitar esta discussão para falar de um assunto que já foi aqui dito e que já foi mencionado pelo Bloco de Esquerda, nomeadamente a nível das carreiras de enfermagem e a nível dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, e relembrar que de facto este é um problema que não é novo e que em sede de Orçamento em 2020,

relativamente aos enfermeiros, o PSD propôs que fosse feita aqui uma revalorização remuneratória à carreira especial de enfermagem. Lamentavelmente, a bancada do Partido Socialista chumbou esta proposta de forma isolada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Pensamos nós que era uma boa proposta e pensamos nós que é uma proposta que continua...

Deputado Francisco César (PS): Os senhores é que propuseram de uma forma isolada!

A Oradora: ... a fazer todo o sentido. E, portanto, se há um reforço do setor, pensamos nós que o Sr. Vice-Presidente tem também aqui esta oportunidade, sim, porque o senhor tutela a questão financeira e, portanto, é o senhor que tutela também a questão da Saúde, à semelhança como tutela todos os outros setores.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que faça uma breve intervenção no âmbito da matéria em discussão, a proposta de alteração ao Plano e ao Orçamento.

Este Plano e Orçamento insere-se, provavelmente, naquela que é a crise mais inesperada e a maior pandemia que provavelmente já encontramos ou que já vivenciamos.

Esta pandemia atacou-nos de uma forma inesperada, proporcionou-nos pouco tempo na preparação da resposta e obrigou a que todas as entidades públicas e entidades privadas tivessem que, de um momento para o outro,

conseguir garantir em primeiro lugar uma resposta básica e de emergência a toda a Região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: A primeira coisa questão que se colocava era proteger os Açores, proteger a saúde dos açorianos, proteger a capacidade de resposta do Sistema Regional de Saúde, apoiar o rendimento daqueles que, de um momento para o outro, viram a atividade económica ficar totalmente suspensa, totalmente parada, pior do que em qualquer situação de guerra que o país ou que a Europa já tenham vivido. De um momento para o outro, a atividade económica ficou parada e resumida exclusivamente àqueles que são os serviços essenciais. Era urgente, portanto, apoiar o rendimento das famílias que tiveram que ficar sem o seu sustento. Era urgente, portanto, apoiar as empresas que necessitavam de conseguir garantir os seus empregos apesar de não manterem a atividade económica. E era urgente também apoiar as empresas na manutenção da sua atividade, mesmo que paradas, mas permitir que elas continuassem a existir.

E para os senhores parece que o mundo parou em fevereiro de 2020...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Para nós?! Para nós?!

O Orador: ... e tenha recomeçado há poucas semanas.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Jesus!...

O Orador: Essa tarefa não é pequena!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Essa tarefa é talvez das mais difíceis que já foi colocada a um governo numa democracia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Nós tivemos que agir e mobilizar todos os recursos. E, como todos os meus colegas aqui bem sabem, termos que ir até ao nível máximo, ao limite daquelas que são as nossas competências. E nós sabemos bem que

mesmo as nossas competências muitas vezes foram julgadas por outros naquilo que nós fizemos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, aquela função de garantir a segurança e a saúde dos açorianos, garantir um reforço do Sistema Regional de Saúde, garantir a manutenção do rendimento, manutenção do emprego, manutenção da atividade económica ou manutenção pelo menos da existência dessas empresas, apoiar aqueles que estão mais desfavorecidos – os idosos, as crianças –, conseguir manter um sistema de ensino em funcionamento utilizando um método totalmente diferente daquele que utilizava anteriormente, um método virtual, ter que fazer toda essa adaptação.

Por muito que as Sras. e os Srs. Deputados se riam disso, não é tarefa pequena!

Deputada Graça Silveira (Independente): Quem é que se está a rir?

O Orador: Há gente aqui a rir, Sra. Deputada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado consegue ver isso através da máscara?

O Orador: Não é tarefa pequena! É uma tarefa gigantesca e que nos deve orgulhar, não só ao Governo dos Açores, como a todas as açorianas e açorianos que trabalharam para conseguir manter a Região a funcionar!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Isso, Sras. e Srs. Deputados, não é coisa pouca!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a chamada intervenção stand-up!

O Orador: Não é coisa pouca!

E permita-me que vos diga que os resultados estão à vista e são elogiados, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... quer internamente, até por alguns colegas vossos nos vossos partidos, quer por entidades nacionais, (e porque não dizê-lo?) até por governos estrangeiros que consideram a Região como uma exceção salutar em todo o país pelo trabalho que fizeram no combate à pandemia.

Deputado José San-Bento (PS): Até o Boris Johnson!

O Orador: É verdade, até o Governo Inglês salientou o exemplo açoriano e madeirense.

Deputada Graça Silveira (Independente): Elogiou e depois fechou a porta!

O Orador: E, portanto, isto é algo que não é coisa pouca e que mobilizou muitos recursos ao Governo dos Açores.

Ultrapassada esta fase, aquilo que é a competência do Governo é o retomar de algum tipo de normalidade, mas sempre com a consciência de que aquilo que se passou não foi coisa pouca, de que aquilo que se passou não foi pouco grave e que a qualquer momento, por descuido nosso, por infortúnio, pode, como já foi dito pelo Sr. Presidente do Governo, voltar a acontecer.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, a nossa obrigação é preparar a retoma, é ter um Orçamento que proporcione o equilíbrio entre aquilo que é o cuidado e o reforço pela saúde pública, como também o apoio à abertura e à retoma económica. Por isso, havia vários caminhos. Havia o caminho...

E lembro as Sras. e Srs. Deputados: pela segunda vez em 10 anos o Governo dos Açores é chamado a recuperar a economia de uma crise...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

O Orador: ... que não é responsabilidade do Governo dos Açores, nem responsabilidade da nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, nós temos que recuperar aqueles que são os danos que vieram de fora e que a pandemia provocou na Região Autónoma dos Açores. Sra. Deputada, eu bem percebo que utilizando aquela lógica americana de que a COVID não é perigo nenhum, ou até a brasileira de que a COVID não é perigo nenhum e que não afeta a economia, pois, Sra. Deputada, eu lamento dizer-lhe, afetou a economia dos Açores, afetou a economia portuguesa, afetou a economia europeia, a economia americana e a economia asiática. Mas talvez por obra e graça do Espírito Santo a Sra. Deputada ache que a única Região que não deveria estar afetada por uma pandemia que é global é a Região Autónoma dos Açores.

Mas havia dois caminhos a seguir neste que é o momento que pela segunda vez tentamos recuperar a economia dos Açores. Havia um caminho que os senhores já defenderam, havia o caminho da austeridade, havia o caminho de tentar aumentar a receita pública, de tentar controlar as finanças públicas. Pois não. O facto é que graças ao trabalho que este Governo dos Açores tem feito...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Seja sério!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores é que não baixaram os impostos!

O Orador: Somos todos sérios nesta sala!

O trabalho que temos todos feito...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores é que são a austeridade, forte e feio!

O Orador: A verdade é que, fruto das nossas finanças públicas estarem equilibradas, fruto da solidariedade nacional, fruto daquelas que são as

medidas da União Europeia, nós hoje temos a capacidade, temos um documento que nos permite adotar um caminho diferente daquele que foi o caminho adotado pelo Governo que V. Exa. apoiou.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Nós hoje optamos por um caminho diferente, Sras. e Srs. Deputados. Perante a crise e perante a necessidade de retoma e perante a ameaça que poderá acontecer com uma eventual segunda vaga, nós reforçamos o Serviço Regional de Saúde em mais de 95 milhões de euros.

Perante a necessidade de retoma e a necessidade de manter os mesmos níveis de emprego... E lembro só que nos Açores somos a única região do país em que, neste período, graças aos apoios nacionais e sobretudo aos apoios regionais, nós conseguimos manter os níveis de emprego relativamente estáveis.

Mas digo, este documento é o documento que nos proporciona, face à necessidade de uma retoma, aumentar em mais 72 milhões de euros os apoios às empresas e ao emprego.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: Este é o Orçamento que nos permite... E vejam lá a teoria que vieram aqui defender, nomeadamente uma Deputada, de que a SATA esteve parada, mas pelo facto de não ter tido qualquer tipo de receita e não ter tido qualquer tipo de operação não necessita de apoio. Pois, mais uma vez esta é a teoria da oposição, que vive apenas no seu mundo!

Deputada Graça Silveira (Independente): Nós não dizemos que não precisa, mas o quanto é que precisa.

O Orador: A Lufthansa precisa de um apoio de 9 mil milhões de euros, a TAP precisa de um apoio de cerca de 1200 milhões de euros, a Air France-

KLM necessita de um apoio que poderá chegar aos 10 mil milhões de euros de dois governos, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Ó Sr. Deputado, mas a SATA está sempre a precisar, com COVID ou sem COVID!

O Orador: ... a DELTA Airlines irá ter um apoio que poderá chegar aos 7 mil milhões de euros, mas, segundo a realidade da nossa oposição, a única empresa que não necessitaria de apoio da parte do seu acionista seria a SATA Air Açores. Permita-me que lhe diga, Sra. Deputada e Sras. e Srs. Deputados, a crise da pandemia também chegou aos Açores, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Chegou, chegou!

O Orador: ... mas aquilo que nós podemos dizer é que graças ao Governo dos Açores e graças ao trabalho das açorianos e dos açorianos ela está a ter menos impacto do que aquele que poderia ter tido.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi este Orçamento que permite nós conseguirmos aumentar as verbas disponíveis para a Solidariedade Social. Bem dizia alguma Deputada aqui nesta Câmara, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Fui eu!

O Orador: ... que, no âmbito da Solidariedade Social, até há medidas que não deviam lá estar. Como referiu a questão do apoio à eletricidade.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Não deviam lá estar?! Ó Sra. Presidente, assim não!

O Orador: Pois bem, são inúmeras as medidas de apoio no âmbito da Solidariedade Social: o reforço aos idosos, o apoio às crianças, o apoio aos

mais desfavorecidos. Foram tudo medidas tomadas para apoiar quem, no âmbito de uma crise, foi severamente afetado.

E ainda bem que nós tivemos a capacidade, com os meios que temos disponíveis, com os recursos públicos que temos disponíveis, não só apoiar a necessidades existentes, como ir para além disso e reforçar o apoio que é necessário dar.

Mas foi também este Governo, foi também este Plano de Investimentos, que teve a consciência e tem tido a consciência de que os impactos no setor do Turismo seriam necessariamente grandes. O Turismo, aliás, é talvez a indústria a nível mundial mais afetada por esta pandemia. Veja-se o caso do Algarve, que atravessa uma situação extremamente difícil. Veja-se o caso da Madeira, que vive uma situação extremamente difícil. Veja-se o caso de países como a França ou como a Espanha, que vivem situações muito difíceis. Por isso também é prioridade deste documento o apoio ao Turismo, não só à infraestrutura que está hoje instalada, mas na necessidade que temos de continuar a atrair fluxos turísticos. Mas este trabalho não é apenas de aumento de cerca de 20 milhões de euros. Este trabalho é de também, e nós sabemos isso porque temo-lo dito desde sempre, de garantir que os turistas que nos visitem se sentem seguros.

E isto só é possível pelo trabalho que temos feito também na área da Saúde. O reconhecimento que nos é feito do trabalho que estamos a fazer ao nível da segurança sanitária nos Açores é um trabalho que contribui e muito, e que nós nos devemos orgulhar como algo que poderá alavancar o turismo nos Açores.

Pois bem, Sras. e Srs. Deputados, o trabalho que temos feito não é e nem será um trabalho fácil, é um trabalho duro que temos pela frente, com um conjunto de variáveis que são totalmente desconhecidas para nós. Nós não conhecemos a evolução pandémica deste vírus no mundo. Nós não

conhecemos os resultados, nem ninguém sabe, nem temos uma previsão certa daquilo que poderá acontecer ao nível de vacinas, mas todos nós sabemos o trabalho que tem que ser feito: apoiar a saúde dos açorianos, apoiar a retoma económica, apoiar aqueles que estão mais desfavorecidos.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Todos nós sabemos. Queremos é saber como, porquê, para quê... Cheques em branco não!

O Orador: E todos estes compromissos é algo que nós não abdicamos, porque nós sabemos que neste momento o caminho que tem que ser seguido é para a frente. E para frente é que é o caminho. E este é o caminho do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Graça Silveira pede a palavra para...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa para pedir que fosse distribuído aos Srs. Deputados nesta Casa as minhas palavras *ipsis verbis* onde nunca a Deputada Graça Silveira disse que não devia haver ações para a Solidariedade Social para os mais carenciados. Aquilo que a Deputada Graça Silveira disse, muito especificamente e no âmbito da questão da medida aprovada nesta Casa pelo PS, do apoio à fatura da EDA, foi que, essa sim, como era um desconto para quem tinha um decréscimo de rendimento, não tinha que ser necessariamente

para famílias carenciadas. Foi tão somente isto. E não fiz qualquer juízo de valor de que não devia haver medidas na Segurança Social e no apoio social às famílias carenciadas.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Está registada a sua interpelação. Irei requerer aos serviços a transcrição do diário, para depois ser distribuído.

Deputada Graça Silveira (Independente): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, penso que é para uma interpelação.

Deputado Francisco César (PS): É, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(Aparte inaudível da Sra. Deputada Graça Silveira)

(* **Deputado Francisco César (PS):** Nós já temos uma Presidente, Sra. Deputada.

Presidente: Exatamente! E sou eu, Sra. Deputada Graça Silveira. Sou eu.

O Orador: Sra. Presidente, era no sentido de que a Sra. Presidente pudesse fazer distribuir a esta Câmara a proposta de apoio no âmbito da fatura de eletricidade, onde no seu ponto 5 refere especificamente que os pagamentos são efetuados pelos serviços da Segurança Social. Pelos vistos, a Sra. Deputada viu a proposta, mas apenas na capa, não leu o n.º 5.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Irá também ser distribuída a iniciativa.

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar o debate. Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta alteração orçamental, como referi na minha intervenção inicial, é uma alteração orçamental que é diferente da maioria, não só pela sua abrangência, pelos valores que estão em causa, mas também pela própria situação que vivemos e que suscita, como não poderia deixar de ser, um conjunto de interrogações, em primeiro lugar aos açorianos e açorianas, mas também a cada um dos Deputados e Deputadas desta Casa, interrogações que derivam obviamente de um período novo, de incerteza, em que é necessário saber com pormenor o que é que o Governo Regional no curto prazo, porque a longo prazo teremos certamente oportunidade para o discutir mais à frente, mas no curto prazo o que é que o Governo pretende fazer com este reforço orçamental.

Já foram feitas várias perguntas sobre esta matéria, também já as fiz. E volto a colocá-las, algumas de outra forma, até um pouco de forma mais objetiva. Por exemplo, ao nível de recursos humanos, o Governo Regional pretende, no imediato, contratar que tipo de recursos humanos? Médicos, quantos serão? Vai contratar ou não? Enfermeiros, vai contratar enfermeiros ou não? Quantos? Técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes operacionais, serão necessários no imediato? O Governo vai proceder a essa contratação, sim ou não? E se sim, quantos? No imediato ou para quando? Essas questões são questões que preocupam os açorianos e açorianas, porque veem que, obviamente, o serviço de saúde está a retomar, mas está a retomar muito devagar. E querem a sua situação, obviamente, resolvida. Querem ter a assistência em saúde que necessitam. E toda a gente percebe da delicadeza das matérias que estão em causa.

No que diz respeito à valorização dos trabalhadores da saúde, volto a repetir, o Governo Regional tem um conjunto de reivindicações de algumas classes

profissionais, nomeadamente enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica. E pergunto muito claramente: vai o Governo sentar-se à mesa e negociar com estas classes? Vai atender às suas reivindicações? Sim? Não? Para quando?

Está aqui todo o Governo, julgo eu que as perguntas não poderão ficar sem resposta.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Sobre a Educação, causa-me alguma estupefação, eu até posso aceitar, vai, em teoria, a explicação que o Sr. Vice-Presidente dá de que foram poupados alguns recursos devido à inexistência de aulas presenciais durante alguns meses, que serão alocados no início do próximo ano letivo. Vamos supor que essa explicação... e não estou aqui a levantar nenhum tipo de dúvida, não sei se é assim ou se não é, mas fazendo fé nas suas palavras. Mas, mais do que isso, o que as pessoas querem saber é como é que vai ser utilizado esse recurso. Vai existir ensino presencial ou não? Nesse ensino presencial haverá desdobramento de turmas ou não? Se existirá desdobramento de turmas, será necessário contratar mais professores? Será necessário contratar mais pessoal não docente? O que é que vai ser feito se for necessário recorrer novamente ao ensino à distância? Não me vão dizer que os alunos recorrerão novamente aos telemóveis para acompanhar o ensino à distância! Qual é a verba que será, por exemplo, utilizada para aquisição de material informático?

Essas questões, mais do que o valor em si mesmo, mais do que o reforço orçamental, essas matérias são aquelas que preocupam quem está a ver o tempo a chegar e precisa de saber e quer saber e tem o direito de saber, mais do que isso, como será o próximo ano letivo.

E uma última pergunta: o Governo, como referi também em Comissão, eu perguntei ao Sr. Vice-Presidente relativamente às medidas que estão

previstas, embora elas não estejam especificadas, para apoio às empresas, para a manutenção do emprego. Eu julgo que todos percebemos a necessidade de se prever algum tipo de medida, até pela urgência que por vezes essas situações podem gerar. Agora, também cabe a quem aprova ou vota um Orçamento, também, ter segurança do que é que irá acontecer.

Eu pergunto diretamente ao Sr. Vice-Presidente se essas medidas que prevê o Governo criar, se irão manter, se irão garantir dois critérios que para o Bloco de Esquerda são essenciais: por um lado, a manutenção de 100% do emprego, ou seja, medidas de apoio ao emprego que, na nossa opinião, devem garantir a manutenção de 100% do emprego e não uma percentagem mais baixa com a eventual devolução de parte do subsídio, mas, na nossa opinião, deve manter 100% do emprego; e, noutra perspetiva, 100% do emprego é essencial, mas também ninguém pode compreender que milhares de trabalhadores nos Açores possam ficar meses e meses a fio com cortes salariais como estão no setor privado, ou seja, na nossa opinião, e pergunto isso ao Governo, se o Governo vai garantir com essas medidas 100% do emprego e 100% do salário aos trabalhadores das empresas apoiadas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(Neste momento, a Deputada Elisa Sousa substituiu o Deputado Bruno Belo na Mesa)

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, nós acabamos de saber pelas notícias e por SMS recebidos há pouco que o valor das ajudas solicitadas a Bruxelas são 173 milhões de euros. Bem

que podia o Governo ter informado diretamente os Deputados no início desta discussão, seria bastante mais justo, bastante mais democrático do que estar aqui por vias terceiras a receber uma informação que era obrigação do Governo ter prestado aos Deputados.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a falta de seriedade!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): É a falta de transparência!

O Orador: Relativamente à SATA, na intervenção inicial coloquei uma questão que estava implícita na intervenção e que é a seguinte, concretamente: nós não somos contra, ao contrário do que alguém terá dito aqui, não somos contra à necessidade da SATA de ver reforçados os seus meios, não só pela crise, mas sobretudo com a situação anterior à crise. A questão que colocamos é exatamente esta: a verba que reforça o serviço público da SATA, na conta 14.7, é uma verba que está associada a um contrato-programa e está associada a um caderno de encargos. E, portanto, a questão é esta: se este caderno de encargos e este contrato está associado à prestação de um serviço que não foi prestado, nós estranhamos que antes da crise, no Orçamento inicial, essa verba estivesse dotada com cerca de 30 milhões de euros e tenha sido reforçada com mais 47 milhões de euros. Aceitamos que esse montante é necessário, mas devia ter sido incluído em reforço de capital e não no aumento do serviço público, a não ser que o Governo tenha outra explicação e que nós, seguramente, se for bem explicada, até poderemos reconhecer que está correto.

Outra questão, relativamente ao emprego e à economia, relativamente àquilo que são as medidas na área económica, que tem um reforço de 72 milhões de euros, nós apoiamos as medidas todas e apresentamos medidas alternativas e sabemos que a economia bem precisa delas e que muitas delas

foram úteis para a empresa. Agora, a questão que se coloca é: nós precisamos de transparência na apresentação da execução dessas medidas, efetivamente, cada uma delas. Qual foi o esforço que representou do Orçamento da Região? E essa informação não existe. E aquilo que se passou com as medidas iniciais de antecipação da liquidez e com o complemento regional do emprego, ainda que eventualmente a estimativa do Governo fosse essa, devia ter reconhecido que estimou mal, porque as medidas tinham um desenho que não se adequou às necessidades das empresas, nomeadamente no caso da antecipação da liquidez que exigia ou só se aplicava às empresas que não concorressem aos financiamentos nacionais. Aparentemente, objetivamente, isto foi alterado depois do encerramento da medida e depois do fim da candidatura. Foi depois do fim da candidatura, mas a maior parte das empresas já tinha feito os seus planos.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade! Foi numa nova fase!

O Orador: Agora, relativamente às restantes 70 medidas, é legítimo que o Governo explique ao Parlamento e aos açorianos qual é o esforço que cada uma delas representa, porque senão nós temos aqui uma sessão de medidas e de anúncios, mas na prática não sabemos efetivamente o que é que isso traduz em termos de esforço orçamental. E é isso que peço ao Sr. Presidente do Governo: da informação que tem de todas as medidas já aprovadas, ainda que muitas delas não estejam encerradas, que informe o Parlamento qual é que tem sido o esforço do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional da Saúde.

(Neste momento, o Deputado Bruno Belo reocupou o seu lugar na Mesa)

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Maria Teresa Luciano*): Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, caros e caras colegas:

O Serviço Regional de Saúde é uma prioridade para o Governo Regional, senão vejamos: em 2020, já foram contratados 179 profissionais para o Serviço Regional de Saúde; temos mais 400 a contratar durante o ano de 2020. Num total de mais 579 profissionais de saúde nas diferentes áreas.

Relativamente às valorizações remuneratórias e relativamente a enfermeiros e técnicos superiores de diagnóstico de terapêutica, foi anunciado recentemente a quota de enfermeiros especialistas de mais 59 vagas para enfermeiros especialistas e as valorizações remuneratórias estarem resolvidas até agosto de 2020, bem como dos técnicos superiores de diagnóstico de terapêutica e bem como de todos os funcionários da Administração Pública.

Relativamente à deslocação de especialistas, foi apresentado o Plano com um aumento muito significativo da deslocação de especialistas durante o ano de 2020. Claro que a situação de pandemia levou a uma alteração desta situação.

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Onde está a alteração?

A Oradora: No entanto, relativamente à deslocação de especialistas, não houve esta deslocação, mas houve a telemedicina. Houve a telemedicina em várias especialidades, nomeadamente na cardiologia para várias ilhas sem hospital. No caso concreto, por exemplo, da ilha do Pico, que tivemos a semana passada, só este mês já se deslocaram mais cinco especialidades e têm mais três especialidades novas, como a ginecologia, a cirurgia geral e ortopedia, que, já neste mês de julho, irão à ilha do Pico, como exemplo. Portanto, é uma prioridade, será sempre uma prioridade.

E já temos para 2020 a contratação, no seu total, de profissionais de saúde, entre médicos, enfermeiros, técnicos, assistentes técnicos, psicólogos, técnicos superiores, de 579 profissionais.

Recordo também aqui que os recém especialistas estão ainda na fase final do seu concurso, que ficou adiado, relativamente às especialidades hospitalares, devido à pandemia. Única e exclusivamente os médicos de medicina geral e familiar terminaram a sua especialidade na data concreta de abril. E esse processo em termos de regularização e de concursos destes médicos de medicina geral e familiar estão em concurso, já temos os documentos da ACSS e estão a resolver. Todos os outros ainda estão a decorrer, esses concursos, nomeadamente todos os especialistas a nível hospitalar que estão a terminar.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falou-se aqui, com particular insistência da parte do Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, sobre a organização do próximo ano letivo, ou seja, do ano letivo 2020/21. O ano letivo 2020/21 principiará em meados de setembro. E a manter-se a evolução positiva da pandemia será lecionado em regime presencial. Aliás, isto não é novidade absolutamente nenhuma. Isto já foi, inclusivamente, respondido a uma pergunta feita por um dos nossos sindicatos de professores.

Obviamente que será um ano letivo, esperemos que em regime presencial, com cautelas associadas. Essas cautelas terão, certamente, em consideração aquilo que recomendar a Autoridade de Saúde, eventualmente máscara, certamente desinfetante, a distância social possível.

Todavia, uma coisa é certa: tendo em consideração o que se passou este ano, tendo em consideração que a evolução da pandemia não é previsível em absoluto, há que simultaneamente possuir uma solução alternativa, há que simultaneamente possuir aquilo que vulgarmente se pode chamar um plano B. E esse plano B terá de passar necessariamente pelo ensino à distância, seja para o arquipélago inteiro, seja para uma parte do arquipélago, seja para uma ilha, seja eventualmente para uma escola onde aconteça aquilo que não queremos que aconteça em parte alguma.

E faremos como fizemos este ano. Tivemos um ensino à distância que, como eu já disse por diversas vezes, terá ficado aquém do desejo de todos nós, mas também além da expectativa de todos nós. E os Açores foram, inequivocamente, a região que em Portugal mais e mais rapidamente disponibilizou utensilagem informática aos estudantes, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... nomeadamente computadores (mais de 1500), nomeadamente dispositivos de acesso à internet (cerca de 1500).

Mais, a contar com esta possibilidade, que queríamos ver de todo afastada, está neste momento em curso, por parte da Direção Regional da Educação, a aquisição de mais 500 computadores para, em caso de necessidade de remontagem e de desenvolvimento de um novo sistema de ensino à distância, isso possa ser feito com mais celeridade e com melhor qualidade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já estava de pé e tudo, Sra. Presidente, preparado para esta intervenção.

E devo dizer o seguinte: é necessário, quando se têm fortes convicções como eu tenho em relação ao funcionamento do parlamentarismo, assumir posições de absoluta coerência e coragem política.

Como já se viu pela intervenção do Sr. Deputado Francisco César, o Sr. Deputado Francisco César tentou aqui diabolizar a oposição.

Deputado Carlos Silva (PS): Só alguma!

O Orador: E como a oposição nem sequer lhe tinha feito grandes críticas, até aproveitou os apartes para encontrar uma forma de avistar esses moinhos de vento e, portanto, poder fazer o discurso que tinha previamente preparado de diabolização da oposição.

Pois, eu vou dar-lhe um alvo concreto. E esse alvo concreto é o PPM, porque o PPM, anuncio aqui, irá votar contra esta revisão orçamental. Vamos votar contra, com toda a coragem e com toda a coerência, porque para nós o que está aqui em causa é também a defesa da autonomia do Parlamento dos Açores. Porque quando na revisão orçamental se estabelecem pontos como este, como o artigo 7.º-A, referente às medidas extraordinárias na área do emprego, em que diz o seguinte: ...

Deputado Carlos Silva (PS): Está à procura de uma desculpa!

O Orador: ... “O Governo Regional aprovará e regulamentará, por resolução, (...)”, por resolução, vejam bem, “(...) as medidas extraordinárias necessárias e adequadas à realidade específica da Região.” E depois no ponto n.º 2 se diz o seguinte: “A medida prevista na Resolução do Conselho do Governo n.º 128/2020, de 5 de maio, é parte integrante do número anterior.” Ora, num único ponto, o Governo Regional está aqui a tentar apagar o papel institucional, o papel fundamental do Parlamento, numa matéria da maior importância. E não só faz para o futuro, como também faz uma revisão da

história, como faz uma espécie de legalização da Resolução do Conselho do Governo n.º 128/2020.

Ora, esta referência em relação a esta resolução, que é uma resolução da maior importância, esta resolução que podia de facto ter sido contestada por parte da oposição em relação à forma que escolheu enquanto Resolução do Conselho do Governo, portanto, enquanto, na minha perspetiva e na minha leitura, uma medida que significou uma usurpação das funções do Parlamento dos Açores, esta questão é uma questão da maior importância e da maior coerência.

Eu, ao longo da crise, debati-me sempre pela defesa das competências do Parlamento dos Açores. E assim que foi possível reunir, o que pedi foi imediata audição de todos os membros do Governo no Parlamento dos Açores para que aqui explicassem as suas medidas, para que aqui explicassem as suas opções. E eu, nesta fase, não posso deixar, eu não estou de acordo que o Governo possa aqui usurpar as funções do Parlamento dos Açores. Dei estes exemplos e numa próxima intervenção darei mais, porque o que o Governo aqui pretende fazer é governar sem o Parlamento dos Açores, sem que o Parlamento dos Açores execute aquelas que são as suas competências, exerça aquelas que são as suas competências no âmbito do Orçamento e do Plano.

E, portanto, em coerência, eu não posso abdicar daquilo que eu defendo, que é o parlamentarismo e que o Governo é politicamente responsável perante este Parlamento.

Deputado João Vasco Costa (PS): Defende é a monarquia, não é parlamentarismo nenhum!

O Orador: E eu não abduco de um milímetro das competências do Parlamento dos Açores, nesta e noutras matérias.

E é por isso, porque, meus senhores, eu estou a dar aqui estes exemplos, mas posso dar outros: contratos-programa. Os contratos-programa é uma festa organizada! O que aqui tem: “É autorizada a celebração de contratos-programa entre a Região Autónoma dos Açores, através do Governo Regional, e as empresas pertencentes ao Setor Público Empresarial Regional.” Sem limites! Sem qualquer tipo de limites! Sem qualquer tipo de fronteira! Nós estamos aqui no Parlamento dos Açores, se se aprova este Orçamento, estas alterações tal como elas estão previstas, é abdicar das competências do Parlamento dos Açores! É abdicar em absoluto das competências do Parlamento dos Açores nestas circunstâncias tão difíceis!

E eu quero que o futuro da Região seja participado por todos os açorianos, de diferentes tendências políticas, em que os parlamentares que aqui representam diferentes setores possam ter uma palavra a dizer sobre estas matérias, sobre as opções que são tomadas. Pelo menos que aqui sejam discutidas, mesmo que haja uma maioria absoluta. Mas tem que existir essa opção! Tem que existir essa opção! E é por isso que não abdicó de todas estas competências que o Parlamento dos Açores tem, para que o Governo possa decidir de forma absolutamente arbitrária sobre um grande conjunto de questões que considero essenciais.

E é por isso, em defesa das competências do Parlamento, em defesa de uma sociedade pluralista que se defende aqui no Parlamento dos Açores com a presença de várias forças políticas, é por isso que o PPM vota convictamente contra! Para que seja pelo menos um muro, um muro de defesa das competências do Parlamento dos Açores, para que seja um muro, para que todos possam participar no âmbito da discussão destas temáticas, para que o Governo não tenha carta branca em todos os assuntos da governação que são da maior importância. O Parlamento dos Açores não deve abdicar! Da parte do PPM, não abdicamos de certeza!

Deputado Carlos Silva (PS): Era só isso?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vimos neste Orçamento um reforço de 95 milhões de euros para o Serviço Regional de Saúde. E impõe-se perguntar, Sra. Secretária Regional da Saúde...

Em primeiro lugar, se me permite uma nota prévia, devo informá-la que o Sr. Deputado Alonso Miguel está há 36 horas à espera do resultado do seu teste da COVID-19.

Deputada Graça Silveira (Independente): Ih! E só agora é que o senhor diz?!

O Orador: Há 36 horas. O que quer dizer que é três vezes mais o tempo anunciado pelo Governo. $12 \times 3 = 36$. E presumo eu que ele chegará às 48 horas sem nenhum esforço. E como ele encontram-se várias pessoas.

Deputada Graça Silveira (Independente): Todas as pessoas?

O Orador: Já acabaram a conversa?

Ainda depois do almoço, de falar de manhã sobre os testes, recebi uma mensagem, Sra. Secretária Regional, que passo a ler, para não me enganar, porque, realmente isto não basta fazer anúncios. E a mensagem é a seguinte... É que facilmente se ameaça os cidadãos com um processo de desobediência civil. Facilmente se vai para a televisão dizer que quem não obedecer incorre no crime de desobediência civil, mas cumprir com os seus deveres, da Administração Pública, da Autoridade de Saúde, dos responsáveis da saúde, isso não. Ó Sra. Secretária, esse bug que a senhora fala deve ser um bug, mas uma coisa monstruosa!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É uma ratazana!

O Orador: Porque ele não está resolvido. À hora que a senhora falava a dizer que estava resolvido, vou ler: “Eles ainda não me contactaram para ir fazer o segundo teste.” Pronto. Isso, quem tinha feito o teste na quarta-feira passada. “Nem tinham localizado o meu caso. Liguei 30 vezes para a Linha de Saúde 24 para me atenderem.” A mensagem está aqui, às 13h24, para quem quiser ver. Os outros pormenores eu vou-me inibir de os ler. 30 vezes para a Linha 24. Sra. Secretária, o bug já tinha acontecido comigo. A senhora diz que estava resolvido. Perderam o meu processo. Pelos vistos, não foi só o meu. Alguém ouviu e aqui está que também perderam o processo deles. Quer dizer, o que é isto? Que bug é este? Que incompetência é esta?

E depois, na Linha de Saúde 24, ainda têm o distinto topete ou desplante, como lhe queira chamar, de dizer que os senhores é que são os responsáveis. Ora, quem vem de fora, está cá os 7 dias, se não lhe marcam o teste, acham que vão telefonar para a Linha de Saúde 24?! Se está contaminado e andou e se foi embora ao 7.º dia ou 8.º e não lhe fizeram o teste e se foi embora e se lhe perdeu o rasto e não se sabe se ele foi contaminado, acha que isto é correto?!

Afinal de contas, Sra. Secretária, o que é que temos que fazer? É o cidadão que chega e que tem que contactar a Linha 30 vezes para conseguir marcar um teste? Porque se se liga para as Delegações de Saúde, não sabem. Na Terceira funciona mal e em São Miguel é um caos.

E podia-lhe dar até outros exemplos, mas eu não queria fulanizar, não é verdade?

Já é a segunda vez ou terceira, quarta que faço um teste. E da primeira vez dei a minha morada da minha casa onde moro há 27 anos e preenchi a folhinha. Desembarquei por Ponta Delgada. Estava eu já em Lisboa, porque já tinha voltado, telefonaram-me porque eu tinha que fazer o teste na Horta, para me deslocar ao pavilhão da Horta para fazer o teste. Quer dizer, a

desorganização é brutal. A confusão é brutal. Os SMS não saem e não se recebem.

E isto, estamos a começar. Estão a começar a chegar voos de Boston, voos de Toronto, voos de Inglaterra. Ainda há bocado ouvíamos dizer que a Inglaterra vai mandar para cá ingleses contaminados. Quem é que vai testar essa gente toda? E capacidade de resposta? É que piora de dia para dia! Quem chegou a Ponta Delgada no domingo recebeu hoje, às 13h (48h horas depois), o resultado dos testes. O bug afinal de contas não está resolvido. O bug aumenta. Vamos lá ver se não vai explodir. Mas que ele está a aumentar, está a aumentar.

E, portanto, Sra. Secretária, os profissionais de saúde estão esgotados, em burnout, de estarem consecutivamente nos aeroportos, consecutivamente nas colheitas e não houve um único reforço de enfermeiros e de outros profissionais de saúde legalmente habilitados para fazerem as colheitas, para as fazerem e para o reforço de equipas.

Outra questão, Sra. Secretária: abriu-se os voos prontamente para o Pico e para o Faial. E as 12 horas de teste no Pico e no Faial? Não existem. Poderão demorar um pouco mais.

Mas, Sra. Secretária, um extrator de RNA é assim uma coisa tão cara? Agradecia que me informasse quanto é que custa. Um extrator de RNA quanto é que custa? E se é uma situação de urgência, que eu acho que é... Aliás, vou-lhe lembrar a proposta que o CDS fez ao Governo, que era capacitar o Serviço Regional de Saúde. Foi em abril! Capacitar é adquirir meios! Porque é que a Horta, o Hospital da Horta não tem ainda um extrator de RNA para fazer as análises aqui no Triângulo? Porquê? É muito caro? É assim uma fortuna imensa, que o Governo Regional precise de mais um Mecenas? E porque é, Sra. Secretária, que o extrator de RNA para o laboratório da ilha Terceira ainda não está lá e a funcionar? É porque agora

vim a perceber que afinal não é no dia 28 que ele chega, é na 28.^a semana. Ora, que eu saiba, às semanas conta-se a gravidez, não se conta os extratores de RNA! E porque é que agora é a 28.^o semana, Sra. Secretária? Onde é que anda o extrator de RNA que devia estar na ilha Terceira já há 2 meses? Eu tenho que perguntar isto outra vez. E porque é que não há um na Horta? O Governo Regional não tem dinheiro? Que vai dizer quanto é que ele custa porque a senhora sabe quanto é que ele custa, como eu sei quanto é que ele custa! E, portanto, a senhora sabe que eu sei quanto é que custa um extrator de RNA. E, portanto, a senhora vai dizer à Câmara quanto é que custa! Se é assim uma fortuna de milhões que o Governo tenha que se endividar para já não o ter comprado. E o Hospital da Horta estar a dar essa resposta ao Triângulo e até ao Grupo Ocidental, onde, como se sabe, as ligações são mais frequentes a partir da Horta. E, portanto, qual é o problema de hoje não haver um extrator de RNA? O perdido na Terceira, um novo para aqui e o de Ponta Delgada.

Sra. Secretária, foram prontos a fazer os quartos de pressão negativa como uma urgência no Hospital de Ponta Delgada. E eu pergunto-lhe: para que é que serviram até hoje? É a pergunta que a senhora tem que me responder também! Para que é que serviram até hoje? É porque se formos, Sra. Secretária, e eu fiz outra proposta que era reforçar... E eu até lhe vou ler a proposta, foi em abril para o Governo ter tempo de a equacionar... Ou o Governo pediu-nos essas propostas para fazer que pedia e depois não fazer nada? É que tem aqui uma proposta, e eu vou entrar com uma urgência sobre isto também, que é: os especialistas em saúde pública. Reforçar os especialistas em saúde pública. Isto é absolutamente fundamental para darmos resposta! Está contemplado ou não está contemplado? Isso está desde abril, Sra. Secretária! E, portanto, como é que se vai capacitar...

Outra questão, Sra. Secretária: de ventiladores, como é que estamos? Quantos já temos? Estamos perfeitamente equipados? É que quero saber, 95 milhões de euros, onde é que se vão gastar? Como se vão gastar? Eu não quero saber o que está para trás. Eu quero saber o futuro. Eu quero saber se esta Região, se vier uma segunda vaga da pandemia, como vai responder. É porque prepotências, Sra. Secretária, estamos todos nós fartos. De à sexta não é conveniente o uso de máscara e ao sábado é necessário o uso de máscara. E, portanto, de autoridades autointituladas os açorianos estão esclarecidos! Eu quero é saber de medidas epidemiológicas científicas e com critério equitativos! E quero saber se o Serviço Regional de Saúde está melhor capacitado hoje do que estava em março! E quero saber os extratores de RNA quando é que vêm, quando é que são instalados e porquê essa demora!

Ó Sra. Secretária, para mandar fazer um extrator de RNA é como fazer um Rolls Royce? É feito à mão? É preciso uma encomenda prévia? Eles são assim tão procurados? É preciso assim... O Governo tem tanta dificuldade em arranjar extratores de RNA?

E, portanto, há aqui uma série de questões, que é muito bonito virem os milhões por aí abaixo, mas nós vamos falar em milhões quando não temos o essencial. E, portanto, se o Governo teve dinheiro, porque não gastou na deslocação de especialistas, porque não gastou nos hospitais nas cirurgias, porque não gastou nas horas extraordinárias que tinha que pagar aos profissionais de saúde, porque não gastou no funcionamento normal dos centros de saúde e dos hospitais, porque pôs toda a gente em casa, e bem, esse dinheiro que sobrou não dava para comprar dois extratores? Ou três? Ou quatro?

Deputada Graça Silveira (Independente): Ó Sr. Deputado, também não é preciso isso tudo!

O Orador: E, portanto, Sra. Secretária, eu já nem quero falar nos 95 milhões de euros! Eu quero é saber porquê. E os açorianos que nos estão a ouvir querem saber porquê. Quais foram as prioridades?

Eu quando falei aqui, que o Partido Socialista votou contra, “testar, testar, testar” não é a regra, não era, não podia ser, eram só os casos de proximidade... A proposta do CDS era tonta, como alguém disse, uma autoridade regional, que a proposta do CDS não fazia sentido. Mas agora já faz! Toda a gente que chega aos aeroportos tem que ser testada! E, portanto, vamos lá ver se a gente se entende! Qual é a capacidade de testagem, também, que a Região tem? Quantos testes tem?

Extratores, testes, cuidados intensivos, especialistas em saúde pública, reforço das equipas de saúde. Cinco coisas. Tão simples de resolver, umas com dinheiro e outras com dinheiro que já devia ter poupado e não gastou, devia estar no mealheiro, não sei o que é que se fez. Porque a senhora foi célere, ou a Proteção Civil e mais esse douto presidente que tem, o Sr. coronel, em comprar máscaras, 500 mil euros. Isso foi... vamos embora!

E quanto é que custa um extrator de RNA, Sra. Secretária? O Governo vai ter que me dizer, hoje, e aos açorianos, a fortuna que custa um extrator de RNA, para a gente perceber porque é que se está à espera de um Mecenas, porque é que a Horta não tem um, porque é que Ponta Delgada não tem outro se for necessário e porque é que Angra não tem, que já devia ter tido há 3 meses! São essas perguntas muito simples que eu tenho para fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação às questões colocadas primeiro pelo Sr. Deputado António Lima, gostaria de dizer que, primeiro, a questão da manutenção do emprego tem sido uma prioridade absoluta no âmbito das medidas que temos tomado. Aliás, é com satisfação, por exemplo, que vejo hoje que o Governo da República anunciou um conjunto de novas medidas e pela primeira vez refere também a manutenção do emprego associado a essas medidas como um critério para a sua atribuição. E é um princípio que nós temos mantido, transversal a todas as medidas que temos tomado e queremos continuar a manter. O nosso objetivo, efetivamente, é a manutenção do emprego.

Os apoios públicos que são dados tiveram sempre um critério transversal, que é, essencialmente: são dados às empresas, mas para apoiar a manutenção do emprego. E o objetivo desses apoios serem efetivamente a fundo perdido visam a manutenção precisamente dos níveis de emprego. E essa ideia é transversal, que tem dado bons resultados de acordo com os dados que são conhecidos até junho. E isso são os resultados efetivos das medidas, onde não se tem verificado nos Açores, ao contrário do resto do país, o aumento dos desempregados inscritos nos centros de emprego. Faz com que todas as medidas que continuarmos a tomar no âmbito do apoio às empresas e à economia sejam e visem sempre a manutenção do emprego. E ter essa obrigatoriedade como forma de atribuição do apoio a fundo perdido.

Em relação à segunda questão que colocou, que é importante neste novo ciclo de medidas, que tem a ver com a retoma progressiva, se também irá haver a preocupação com apoio... A sua referência é a manutenção integral do nível de remuneração dos trabalhadores. O que eu posso dizer, aliás, na sequência daquilo que já foi anunciado e que já foi aprovado em Conselho do Governo, nomeadamente naquilo que concerne às medidas que enquadram a situação pós o mês de julho, nomeadamente o enquadramento ao complemento regional ao lay-off normal que irá vigorar a partir de 1 de

agosto, a nossa preocupação é também com o aumento dos rendimentos dos próprios trabalhadores, aliás, no encontro até de uma ideia do próprio Bloco de Esquerda. E já tivemos oportunidade de anunciar essa medida e que visa aproveitar esse período para as empresas que ainda tenham que manter situações de lay-off a partir do dia 1 de agosto. Incentivar que durante esse período de redução da atividade os trabalhadores possam frequentar formação profissional e se qualificarem, tendo para esse efeito um apoio complementar correspondente a 15% do ordenado mínimo, acrescido do subsídio de refeição, que estando em lay-off passam a ter, se frequentarem essas ações de formação e essa formação profissional, esse aumento do seu rendimento como contrapartida também da melhoria da sua qualificação, associada também aqui ao complemento regional ao lay-off normal que irá ter continuidade com o novo lay-off.

E irá duplicar também para as empresas se os trabalhadores tiverem formação, ou seja, conciliando as duas componentes do incentivo. Ou seja, incentivando as empresas a que os trabalhadores estejam em formação e incentivando os trabalhadores a estarem em formação porque vão aumentar a sua remuneração. Sendo que da conjugação desse aspeto a empresa continuará a não ter qualquer encargo com os seus trabalhadores, tendo como referência o salário mínimo, aí o incentivo reforçado para manter o nível do emprego, e os trabalhadores terão um aumento da sua remuneração do que teriam se estivessem apenas em lay-off.

Para que haja resposta efetiva no mercado a essa solução, criamos também um programa, o Qualificar +, que através das escolas de formação profissional dos Açores incentiva a disponibilização de 100 ações de formação às empresas para os seus trabalhadores, um investimento adicional de 2,5 milhões de euros, colocando também as escolas de formação profissional a prestar esse serviço.

Em relação ao Sr. Deputado António Neto Viveiros, gostaria de dizer, em relação à nossa previsão do reforço dos 50 milhões no âmbito das obrigações de serviço público, que uma parte corresponde àquilo que nós consideramos que é valor de indemnização à SATA pela suspensão da sua atividade e que foi imposta por razões de saúde pública, acrescido daquilo que é a referência à prestação de serviço que teve em termos de cargas, ou à situação do apuramento que foi posterior ao Orçamento de 2019 daquilo que se chama o reequilíbrio financeiro da operação de obrigações de serviço público inter-ilhas de 2019, que corresponde à diferença entre o voos efetivamente efetuados e aqueles que estavam no contrato de serviço público e que estavam contratados, ao qual era obrigada por esse valor. É o somatório dessas três componentes, acrescida do pagamento integral dos valores correspondentes a obrigações de serviço público já efetivamente realizadas, de forma a que da conjugação destas quatro componentes o valor efetivamente apurado é o valor de 50 milhões de euros.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) Secretária Regional da Saúde (Maria Teresa Luciano): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caro e caras colegas: Como o Sr. Deputado sabe, não só de um extrator que vive um laboratório.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas então porque é que os senhores prometem as coisas?

A Oradora: Um laboratório necessita de recursos humanos qualificados, situação que neste momento não existe na Horta, e necessita de um saber relativamente a todo o processo de extração. O extrator tem o valor de 138130 euros, mais IVA. O que está hoje no HSEIT, ou seja, no SEEBMO,

cumprir exatamente as mesmas funções e faz exatamente a mesma quantidade de extrações do que o aparelho.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas vem um novo ou não vem, aquele que os senhores prometeram?

A Oradora: E faz no mesmo número de horas todo o processamento de testes. Portanto, neste momento não há atraso nenhum nas extrações porque o extrator que existe no laboratório faz exatamente a função e, portanto, não há atraso nenhum em extrações devido ao equipamento.

Nós estamos a testar, a testar, a testar. E a Região fez uma situação que não se fez no país inteiro. Nós testamos à entrada à nossa Região e testamos quem quiser, com a convenção que fizemos gratuitamente no Continente. Mantemos situações rigorosas e de segurança em toda esta situação.

Querer reduzir toda a questão do extrator aos testes que fazemos, à estrutura de segurança que montamos é confundir a floresta com a árvore. Portanto, neste momento estamos a testar. Testamos no Continente a quem quiser vir em segurança para Região, gratuitamente. Testamos à entrada da Região.

Como já referi, já entraram na Região, desde 15 de junho, cerca de 7000 passageiros.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso e o seu contrário!

A Oradora: Todos eles têm sido testados e, portanto, a situação está, no nosso entender, a ter o seu caminho certo, numa situação que foi nova para todos, que nos adaptamos e que a Região cumpriu e está a cumprir toda a sua situação.

Relativamente aos ventiladores, como todos também já sabemos, temos 80 ventiladores na Região, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: ... ventiladores com técnica invasiva. E, em março, tínhamos 53.

Temos a pressão negativa também com 10 quartos no Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada, também já resolvido. Temos a situação que já tínhamos no Hospital da Terceira também toda montada.

E penso que assim respondi às cinco questões colocadas pelo Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Informo que o Governo esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Secretária Regional, o Governo terminou o seu tempo, eu não lhe vou fazer, obviamente, por uma questão de cortesia, mais nenhuma pergunta, mas fica registado para a Câmara e para os açorianos que um extrator de RNA custa 130 mil euros, mais IVA. E que, portanto, julgo que não era nenhum esforço financeiro que o Governo tivesse que fazer para estarmos devidamente equipados e termos um ou dois ou três em Ponta Delgada, dois na Terceira, um na Horta. Portanto, não era nenhum inconveniente.

Mas já agora aproveito, a senhora não me pode dar esclarecimentos, mas essa proposta de se testar na origem é uma proposta do Governo ou é uma proposta do PSD? Quer dizer, porque eu vejo o PSD dizer que foi por proposta do PSD que se passou a testar na origem. Eu também gostava de perceber de quem é essa proposta.

E agora, Sra. Secretária, há aqui outro caso... Olhe, está a ver? Há quem nos esteja a ver, realmente. Pronto, já lá vai 39 horas, Sra. Secretária. 39 horas sem receber o resultado. Qual é... A senhora não pode responder porque não me respondeu. A pergunta é: 12 horas para 39 horas. O que é que se passa? Onde é que está o bug? Onde é que está o problema? O que é que se está a passar? Se as extrações são feitas, não há problema na máquina, se a máquina

produz a tempo e horas, o que é que se passa para não contactarem os utentes?

E de uma vez por todas, é importante que o Governo esclareça as pessoas, os informe com clareza a dizer: o senhor ao 6.º dia tem que fazer um teste, ao 5.º contacte com a Autoridade de Saúde, com o Delegado de Saúde, com o seu enfermeiro, com o seu vizinho, para marcar o seu teste. E onde. Porque as pessoas estão absolutamente confundidas e nem sabem o que é que hão de fazer, porque ficam à espera que lhe marquem o teste.

Sr. Presidente, se está na resolução... As pessoas não sabem, estão confundidas. E o senhor não estava aqui quando eu disse: 30 vezes. E isso compreenderá, como eu, e naturalmente procurará resolver, que não pode ser uma pessoa ligar 30 vezes para uma linha para ser atendido.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Tenho pena de não lhe poder responder.

O Orador: Pronto. Não me respondeu porque não quis. Mas amanhã teremos oportunidade, naturalmente, de falar sobre esse assunto. E naturalmente que o Governo, amanhã, já terá resolvido o bug e terá mais respostas para nos dar. E naturalmente que eu também terei todo o gosto em ouvir a resposta do Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Deputado José San-Bento (*PS*): Ó Sra. Presidente, eu não estou inscrito?

Presidente: Eu não tinha aqui essa indicação. Sr. Deputado José San-Bento, tem então a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco, numa intervenção do PPM, do Sr. Deputado Paulo Estêvão, foi feita uma referência em relação àquela que tinha sido a intervenção do meu líder parlamentar, que na altura não estava na sala. E a sua intervenção sendo uma intervenção que eu diria quixotesca, não usarei outra expressão, porque, como já se viu, o senhor não tem... Isso é uma questão de sentido de humor. Isso não é uma questão de ataque pessoal. Claro que é! E uma pessoa que aprecia a literatura espanhola, como o Sr. Deputado Paulo Estêvão, certamente que compreende isso. Portanto, basta ter um bocadinho de sentido de humor.

Mas o que eu queria que ficasse claro aqui, Sr. Deputado, o senhor fez uma referência que merece a nossa total discordância, quer em relação àquilo que tinha sido a postura e a exposição que o Governo Regional aqui fez, quer em relação àquilo que foi a exposição do meu colega Carlos Silva, quer também do meu líder parlamentar. Esta ideia, que é uma ideia perigosa, de que nós estamos aqui a aprovar um Orçamento Retificativo e que no fundo isto é um cheque em branco para o Governo fazer tudo o que quiser e não há qualquer controlo. Sr. Deputado, isto não corresponde à verdade. Isto está muito longe de ter qualquer semelhança com aquilo que nós estamos aqui a fazer. Nós temos a Constituição, temos leis, temos o Estatuto Político-Administrativo, temos várias instituições, temos o próprio Orçamento que, naturalmente, uma vez aprovado, tem força de lei...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Têm o bug!

O Orador: ... e temos também, como é óbvio, todo o acompanhamento que a Assembleia fará, naturalmente, no seguimento daquilo que também é uma competência deste Parlamento, de fiscalizar a ação do Governo.

E, portanto, eu queria rejeitar totalmente esta ideia de que este Orçamento mais não é do que um cheque em branco ao Governo. Este é o Orçamento

adequado que a Região necessita e necessita com urgência. Por isso é que nós estamos aqui a debater e a aprovar este Orçamento.

E se mais dúvidas houvesse, Sr. Deputado, basta dizer o seguinte: o tipo de reservas que o senhor aqui manifestou foi o único Deputado a fazê-lo. O PPM foi o único Deputado que teve essa interpretação, que me parece totalmente desfocada da realidade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado José San-Bento insiste nas questões pessoais, na provocação. É o registo que V. Exa. está a fazer.

Deputado José San-Bento (PS): É sentido de humor, Sr. Deputado!

O Orador: Tem sentido de humor. Então eu vou seguir o seu sentido de humor, vou seguir a narrativa e deixe-me acrescentar alguns pontos também. Eu diria que a sua intervenção é uma intervenção ao nível da Dulcineia.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Dulcineia feia!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Deputado, veja bem, a questão aqui é que V. Exa. está aqui há suficientes anos para perceber... Diz-me V. Exa. que, bom, isto é feito ao abrigo do Estatuto Político-Administrativo da Região e da Constituição. O que eu aqui descrevi foi aquilo que é evidente, basta ler e analisar! Ou seja, V. Exa. diz, nas medidas extraordinárias da área de emprego... Que é uma questão importantíssima, ainda por cima tendo em conta o histórico do

Governo, tendo em conta o período que se aproxima. Bem, V. Exa. o que está aqui a pedir, o Governo Regional o que está aqui a pedir, e V. Exa., como sempre, concorda de uma forma acrítica, porque V. Exa. não tem um discurso independente...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é que tem!

O Orador: ... e tem um discurso sempre acrítico em relação ao Governo. Portanto, já se espera isso. V. Exa. o que diz, é: bom, aqui não há problema nenhum, porque o Parlamento pode perfeitamente conceder essas competências todas. Diz assim: “Medidas extraordinárias na área do emprego – o Governo Regional aprovará e regulamentará, por resolução, as medidas extraordinárias necessárias.” Isto é uma festa! Portanto, o que é que nós estamos aqui a fazer? Nós podemos pegar na trouxa e vamos embora, não estamos aqui a fazer nada porque o Governo propõe-se fazer tudo!

E depois, veja, o Governo, de forma sibilina, encontra aqui uma forma de legitimar a Resolução do Conselho do Governo n.º 128/2020, em que o Governo Regional (que é esta que eu tenho aqui) ...

Deputado Carlos Silva (PS): A isso chama-se cumprir a lei!

O Orador: Aqui há uma definição de um conjunto de matérias de grande importância e que, obviamente, o Governo percebe que tem aqui uma dificuldade, que deveria ter feito um Decreto Legislativo Regional, e diz assim: olha, vamos meter aqui assim, de repente, no n.º 2, tal. Já está legalizado, já passou. Portanto, esta medida, diz o n.º 2: “A medida prevista na Resolução do Conselho do Governo é parte integrante do número anterior.” E pronto! Então, num único artigo resolve, o Governo, quer o futuro próximo, quer também o passado e as asneiras que cometeu do ponto de vista das decisões que tomou no período anterior.

Deputado José San-Bento (PS): Quais asneiras?

O Orador: Agora, devo-lhe dizer, em relação aos contratos-programa a mesma coisa, Sr. Deputado: “É autorizada a celebração de contratos-programa entre a Região Autónoma dos Açores, através do Governo Regional (...)”. Veja bem, se comparar com a redação inicial, vê aqui que há algumas diferenças. As diferenças é que não tem qualquer tipo de contexto, não tem qualquer tipo de limitação nem de comparação como tinha a outra. Mas depois veja também: “(...) incluindo empresas constituídas por lei comercial, para a prossecução do respetivo objeto societário.” É muito significativo, senhor! É mais uma carta branca!

E depois, veja bem, mas não terminamos por aqui, artigo n.º 84-A, em que cria a ECR – Entidade Contabilística da Região. Então, aqui, a UTAO não pode ser, é muita despesa, o Parlamento não pode ter esses serviços à disposição. Uma série de serviços que teriam sido importantes do ponto de vista da análise do Orçamento, tudo isto. E o Governo cria aqui mais uma entidade que ele é que irá regulamentar!

E, portanto, o que acontece, Sr. Deputado, V. Exa. terá a sua opinião, eu não o vou insultar por isso, pode ter a certeza absoluta, reconheço-lhe a independência da sua opinião, tem a sua opinião, não acho que por isso seja má pessoa ou boa pessoa. O que lhe quero dizer é que V. Exa. é, com certeza, uma pessoa pouco informada nesta matéria. Isso é que é absolutamente evidente. Agora, o que V. Exa. diz é que em relação a esta matéria, nós, Partido Socialista, não temos qualquer tipo de problema. Pois eu tenho muitos problemas com esta matéria!

Deputado José San-Bento (PS): Mas é o único que tem!

O Orador: Eu tenho muitos problemas com esta matéria! Sabe porquê? Porque eu defendo uma sociedade pluralista, eu defendo que o Parlamento dos Açores representa aqui várias tendências ideológicas, que representa vários setores da opinião pública e da cidadania. E considero que nós

estamos aqui por alguma coisa, que é para analisar e não perdermos aquelas que são as nossas competências do ponto de vista do Orçamento, porque se perdermos as competências, e por definição V. Exa. sabe que é assim, estudou história suficiente para perceber isso, é que um Parlamento que não tenha competências significativas no âmbito do Orçamento, das linhas estratégicas do Orçamento e da sua respetiva execução e da sua fiscalização, esse Parlamento que não tem essas competências está completamente esvaziado de poder porque é a função mais importante que nós temos, porque é a função histórica que deu origem aos Parlamentos! E o que V. Exa. está aqui a defender é que o Parlamento deve esvaziar as suas competências nesta matéria, que é a matéria fulcral!

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: E, portanto, eu acho é que nós tivemos, na atual crise e no atual contexto, um esvaziamento propositado, por parte do Governo Regional e do Partido Socialista, do Parlamento!

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade! É falso!

O Orador: E o que nós temos agora no âmbito desta alteração orçamental, temos a mesma linha política da tentativa de esvaziar o Parlamento das suas competências! E esvaziar o Parlamento das suas competências significa diminuir o pluralismo da sociedade açoriana, significa incrementar ainda mais a vossa hegemonia asfixiante, que não permite a liberdade de opinião muitas vezes e que tem muita da sociedade açoriana condicionada! E é por isso que eu voto contra, porque não vos dou carta branca nesta matéria e porque nesta matéria considero que é fundamental preservar a independência do Parlamento dos Açores!

Eu não quero estar num Parlamento em que se diga um dia que abdiquei, que me rendi a este tipo de imposições, só porque fica muito bem na opinião pública dizermos que estamos todos a favor. E que queremos mais verbas

para a Saúde. Todos queremos mais verbas para a Saúde. E que queremos mais verbas para a Educação. Todos queremos mais verbas para a Educação.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas este Orçamento não tem mais verbas para a Educação!

O Orador: Ou para a Agricultura. Até nem são muito significativas nestas áreas, até é um défice, na minha perspetiva, daquilo que era preciso fazer.

Mas nós estamos a favor do reforço das verbas nestas matérias. O que eu não posso estar a favor e o que não abduco é da independência do Parlamento dos Açores!

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Tenha calma!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Muito rapidamente, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, há uma diferença entre nós...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Uma?!

O Orador: Sim, há várias, mas uma: eu, em relação à consideração que fez inicialmente, apenas achei de mau gosto. Não me consegui rir com a referência que fez à caracterização da minha intervenção. Eu sou daqueles que acho que nós devemos ter capacidade de rir de nós próprios, que é um sinal de inteligência e de bem-estar.

Sr. Deputado, não concordo com essa sua interpretação. Eu já fui muito claro em relação àquela que é a visão que o Partido Socialista tem sobre este dossier, sobre este Orçamento. E, portanto, o senhor fica com as suas convicções, à procura dos seus fantasmas e dos papões. Acho, Sr. Deputado,

que não tem razão, mas é o seu estilo, a sua exuberância. Vamos respeitar, como sempre.

O Partido Socialista está perfeitamente tranquilo em relação àquilo que representa este Orçamento. E é o Orçamento adequado, o Orçamento necessário, o Orçamento que a Região precisa.

E, por isso, terminaria apenas saudando o Governo, saudando o Governo pela prontidão, pela rapidez e pela abrangência estrutural e conjuntural deste Orçamento, não desvirtuando aquilo que é o investimento previsto inicialmente para este ano, mas tendo a capacidade de reforçar áreas que, obviamente, como aqui também já foi bem debatido, ficaram muito sujeitas a uma enorme pressão por via da paralisação económica, por via da pandemia. E acho que isto é que é importante neste debate, saudar o Governo por essa capacidade. Uma boa proposta de Orçamento, que será debatida, que será analisada com várias propostas de alteração, o que também é natural. Mas, no essencial, penso que o Governo esteve muito bem.

Um Governo não escolhe as circunstâncias em que governa, mas um Governo tem a obrigação de estar à altura dos desafios que confronta na governação. E este Governo, mais uma vez, provou isso.

E isso se faz de mim um Deputado acríptico na sua conceção, pois, para mim, isso é um orgulho.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho nesta fase deste debate, na fase final do debate, para justificar o percurso e a coerência do PSD ao longo de todo este processo. Relembrar

que o líder do PSD, o Dr. José Manuel Bolieiro, afirmou *ab initio*, quando a pandemia surgiu, que o PSD apoiaria medidas tendentes ao combate à pandemia e às suas consequências económicas e sociais, desde logo, e, se a Região assim o entendesse, o seu próprio endividamento. A apresentação de um Orçamento Suplementar, que aqui estamos a debater, e que o PSD apoiaria numa perspetiva de reorientação de investimentos públicos para o combate à pandemia e às consequências económicas e sociais e a própria reprogramação dos fundos comunitários. Fomos coerentes, e o líder do PSD foi coerente, desde o início, com as suas afirmações e com a sua postura. E o PSD aqui está, tal como ele próprio já anunciou, para votar favoravelmente esta alteração orçamental.

Uma alteração orçamental que atinge de forma particular a área da Saúde, reforçando, quer no âmbito das suas despesas de funcionamento, quer no âmbito do seu Plano de Investimentos, uma verba que ultrapassa os 90 milhões de euros. Saúde que, para o PSD, é uma prioridade e sempre foi uma prioridade e que nesta pandemia, infelizmente, revelou algumas das suas fragilidades. E estamos certos que parte deste valor que aqui está é precisamente para fazer face às fragilidades, que de há muito o PSD, e não só, mas o PSD também, veio apontar.

Deputado José San-Bento (PS): Qual era o sistema que estava preparado? Nenhum!

O Orador: Fragilidades relativamente à insuficiência dos seus recursos humanos, como nós verificamos no âmbito dos recursos humanos disponíveis nos laboratórios da Região, em particular no laboratório do Hospital de Ponta Delgada, que nem certificado estava, por via de falta de investimento, para fazer aquilo que, hoje, felizmente, já faz.

Deputado Carlos Silva (PS): O PSD já sabia que ia haver uma pandemia!

O Orador: Falta de investimento em recursos técnicos, em equipamentos. Falta de investimento num hospital que, sendo um hospital de fim de linha, nem um único quarto de pressão negativa possuía. O Governo anunciou 10. Já a administração do hospital tem 5 neste momento equipados e prontos para receberem doentes nessas circunstâncias.

E, portanto, nós entendemos que, sendo a Saúde uma prioridade, tem que se reconhecer, não apenas e só por palavras, mas também por atos, aquilo que tem sido o papel dos profissionais de saúde nestas circunstâncias. E, neste sentido, é importante reconhecer a necessidade da retoma das negociações com os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, razão pela qual apresentamos, amanhã, já demos entrada de um Projeto de Resolução, com urgência e dispensa de exame em Comissão, para que sejam de imediato retomadas as negociações conducentes à revisão da carreira, portanto, desses técnicos. Como apresentamos, no âmbito do último Orçamento, uma norma relativa à carreira do pessoal de enfermagem na Região. E como, também, no âmbito deste Orçamento, apresentamos uma proposta muito concreta no sentido de fazer com que os profissionais de saúde que estiveram em contacto com o SARS-CoV-2 e com a COVID sejam tratados, nos Açores, da mesma forma que os mesmos profissionais de saúde que estiveram em contacto com a pandemia foram tratados no Continente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esperamos que nos Açores os profissionais de saúde mereçam o reconhecimento de todos nós e o reconhecimento do Governo também, no sentido de não só por palavras lhes agradecer, mas materialmente reconhecermos também o nosso reconhecimento pelo seu desempenho exemplar.

Estamos certos que seremos acompanhados na nossa proposta por todas as bancadas, fazendo com que os profissionais de saúde sejam reconhecidos naquilo que foi o seu posicionamento exemplar.

Deixo esta última nota, já manifestada pela Sra. Deputada Mónica Seidi no âmbito da nossa Declaração Política: é preciso que, no âmbito de uma prevenção de uma eventual segunda vaga, se aposte de forma maciça na vacinação da gripe sazonal, de modo a diminuir o risco de aparecimento de uma infeção que pode ser confundida com o SARS-CoV-2, ou conhecido como coronavírus. É preciso que a Região, desde já, invista em campanhas de sensibilização da população e que invista na aquisição de vacinas de forma maciça, para que de forma maciça também possa vacinar os nossos cidadãos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD é um partido responsável e assume as suas responsabilidades. É no âmbito dessa responsabilidade perante todos os açorianos que nos manifestamos favoravelmente relativamente aos documentos que aqui nos foram presentes.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, estávamos aqui nós entretidos a discutir uma questão da maior relevância. Eu estava-lhe apenas a ler aquela que é a proposta do Governo. E a proposta do Governo é de absoluta abdicação das competências do Parlamento, o Parlamento deve abdicar dessas competências e entregá-las ao Governo.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade!

O Orador: E veja bem o que é que nós estamos a falar: “O Governo Regional aprovará e regulamentará, por resolução, as medidas extraordinárias necessárias e adequadas à realidade específica da Região, com vista à manutenção do emprego e à retoma progressiva da atividade económica (...)”. E etc., etc., que são questões absolutamente fundamentais. V. Exa., entretanto, desiste da discussão e resguarda-se naquele que é o seu registo preferido. E eu, depois de ouvir V. Exa., devo dizer que, neste momento, aqui, já me cheira a incenso e a mirra, porque V. Exa. terminou incensando o Governo, que é o que V. Exa. sabe fazer melhor e é o que V. Exa. faz. Foi nesse registo que V. Exa. terminou.

Em relação à questão substantiva de abdicação das competências do Parlamento dos Açores, da revisão da história das decisões tomadas pelo Governo Regional através de simples resoluções, ...

Deputado José San-Bento (PS): Eu sei o que o senhor quer!

O Orador: ... bom, sobre isso V. Exa. já não quis continuar a discussão. E isso diz tudo sobre o seu propósito e isso diz tudo sobre a sua intervenção.

Deputado José San-Bento (PS): Sobre si!

O Orador: Devo dizer também, terminando este episódio, porque V. Exa. não quer discutir mais, V. Exa., de facto, já terminou esta discussão e já está no registo só de incensar o Governo e, portanto, aqui já não há discussão possível, devo-lhe dizer também que o que eu considero que é populista é dizer aquilo que era fácil dizer agora: eu estou aqui, estou aqui ao lado do

Governo, ao lado de todos os açorianos, com responsabilidade institucional. Mas que responsabilidade institucional é esta de abdicar das competências do Parlamento dos Açores?! Que responsabilidade é esta dizer façam o que quiserem, eu lavo as minhas mãos?!

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Muito bem!

O Orador: Era fácil dizer isso! Era muito fácil e era populista! De certeza absoluta que seria aplaudido lá fora! Mas não é por isso que eu estou aqui! Sentido de responsabilidade é defender os poderes desta instituição que os autonomistas desta Região nos legaram! Não abdicar de um milímetro das competências do Parlamento dos Açores que os autonomistas desta terra nos legaram e que se debateram durante muitos anos, muitas décadas, muitos séculos diria, por as competências que nós temos neste momento! E ter sentido de responsabilidade e ter sentido institucional é não abdicar destas competências, quando seria fácil dizer isto neste momento e seria fácil de a opinião pública perceber!

Mas é por isso que há coisas que são diferentes. E eu estou aqui para fazer aquela parte mais difícil, que é ter o sentido de responsabilidade de preservar as competências do Parlamento dos Açores e de defender o pluralismo da sociedade açoriana!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18h30.

Eram 18 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 38 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Francisco César, pede a palavra para...

(*) **Deputado Francisco César (PS)**: Sra. Presidente, para um intervalo regimental de 15 minutos, por favor.

Presidente: É regimental. Regressamos dentro de 15 minutos.

Eram 18 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 53 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. A Mesa não tem inscrições. Pergunto se ainda há inscrições para participação no debate. Sras. e Srs. Deputados, não havendo inscrições, vamos então dar início às votações. Começamos pela votação da “Segunda alteração ao Plano Anual Regional”, que consta como ponto 1 da nossa agenda. Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta da segunda alteração ao Plano para 2020 foi aprovada com 30 votos do Partido Socialista, 16 do PSD, 2 do CDS-PP; 1 voto contra do PPM; 1 abstenção do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 da Sra. Deputada independente.

Presidente: Não tendo havido propostas de alteração a nenhuma das ações do Plano, eu vou colocar então à votação conjunta os artigos 1.º e 2.º deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos do Partido Socialista, 16 do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 1 da Sra. Deputada independente; e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Votação final global. A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 16 do PSD, 2 do CDS-PP; 1 voto contra do PPM; 1 abstenção do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 da Sra. Deputada independente.

Presidente: Passamos agora para as votações da “Segunda alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2020”. Vamos começar pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta de alteração ao Orçamento foi aprovada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 16 do PSD, 2 do CDS-

PP; 1 voto contra do PPM; e as abstenções 1 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 da Sra. Deputada independente.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade desta segunda alteração ao Orçamento Regional. Pergunto se há alguma inscrição. Julgo não haver. Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de utilizar algum do tempo que me resta para apresentar sucintamente as propostas de alteração, na especialidade, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ao Orçamento.

Em primeiro lugar e pela ordem que elas são apresentadas, propomos alterar, do Orçamento, o artigo 7.º-A, nomeadamente no que diz respeito às medidas de apoio ao emprego, garantindo que na norma em que o Governo Regional prevê criar medidas, mas sem especificar essas condições, prevendo que seja garantida a totalidade do emprego das empresas apoiadas por essas mesmas medidas, assim como a totalidade da remuneração.

Por uma questão de transparência e da boa utilização dos dinheiros públicos propomos ainda que seja publicado um relatório, isto no início do próximo ano, referente a todos os apoios extraordinários concedidos durante este período, não só do Orçamento, criados a partir desta norma do Orçamento, mas também anteriores. E, também, avaliando nesse relatório a manutenção dos postos de trabalho.

Por outro lado, no que diz respeito às carreiras da saúde, propomos, como referi na minha intervenção inicial e no debate, garantir a totalidade da contabilização do tempo de serviço da carreira de enfermagem. Bem sei que a Sra. Secretária referiu e já referiu isso várias vezes publicamente relativamente à contabilização até final de agosto, mas todos sabemos que

existe uma divergência clara relativamente a esta matéria com o sindicato dos enfermeiros.

E, também, no que diz respeito os técnicos de diagnóstico e terapêutica, mandar o Governo para um processo negocial com os sindicatos que representam estes técnicos, no sentido da valorização da sua carreira e de atender às suas justas pretensões. Essas são duas matérias que para nós são essenciais na valorização dos profissionais de saúde, que têm tido efetivamente muito elogios, mas que, depois, efetivamente, na prática, tem-se visto muito pouco relativamente à valorização do seu trabalho através das suas carreiras.

Finalmente, porque muitos profissionais também nas IPSS e nas Misericórdias têm feito um esforço, não só agora, mas agora principalmente, que é mais do que meritório, que merece ser reconhecido e que muitos deles não têm a mesma remuneração que os trabalhadores da função pública, e essa é uma velha aspiração desses trabalhadores, também iniciar, o Governo, um processo negocial, neste caso não só com os sindicatos, mas também com as Uniões de Misericórdias e IPSS, no sentido de chegar, a prazo, a uma equiparação remuneratória desses trabalhadores com a função pública, garantindo um tratamento mais favorável dos trabalhadores em todo o caso. São estas as propostas de alteração que consideramos, se aprovadas, que farão este Orçamento ser um Orçamento mais justo e que responda melhor às necessidades do tempo premente que nós vivemos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente e Membros do Governo:

Trazemos uma proposta de alteração que, de facto, penso que traduz uma justiça naquilo que foi, naquilo que é e naquilo que será, certamente, o desempenho de todos os profissionais de saúde da Região. É uma proposta que visa o reconhecimento do trabalho que tiveram ao longo dos últimos meses, um trabalho de dedicação e lealdade extrema, um trabalho que nos permitiu, enquanto Região, uma luta e uma capacidade de dominar aquele que era um inimigo invisível, um inimigo que todos nós tínhamos medo.

E é com base no trabalho que foi feito pelos profissionais de saúde que o PSD traz aqui duas propostas que visam exatamente isto: o reconhecimento justo daquilo que foi o trabalho dos profissionais de saúde que estiveram na linha da frente, dos profissionais de saúde que estiveram sujeitos a um elevado risco de contágio, que estiveram afastados das suas famílias para evitarem que as mesmas fossem contagiadas, que tiveram tempos de trabalho superiores àquilo que são os horários que habitualmente lhes são fixados e que trabalharam em condições especiais de penosidade, porque vestir um equipamento de proteção individual não é para qualquer um, ou seja, é algo que acarreta algum desconforto e que faz com que o trabalho seja certamente dificultado.

E, portanto, pretendemos aqui que haja uma retribuição de tudo aquilo que foi feito, uma retribuição que está dividida em duas componentes:

Se numa primeira parte apresentamos um dia de férias por cada período de 80 horas de trabalho normal efetivamente prestado no período em que se verificou a situação de calamidade pública, queremos também recompensar os profissionais de saúde por cada 48 horas de trabalho suplementar oferecendo-lhes também mais um dia de férias;

E do ponto de vista de prémio de desempenho, o que nós pretendemos é que seja dado a estes profissionais de saúde o equivalente a 50% da sua

remuneração base mensal, do trabalhador, e que este prémio seja pago de uma única vez.

Esta é uma proposta válida, é uma proposta que ainda a semana passada foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República, por todos os partidos. Porque também aquilo que nós queremos é equiparar os profissionais da Região aos profissionais de saúde do Continente. Não queremos que haja aqui discriminação, porque, no fundo, todos tiveram um trabalho de enorme responsabilidade e de enorme lealdade em defender os utentes do Serviço Regional de Saúde na luta contra esta pandemia.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então iniciar as votações.

Está à votação o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do Partido Socialista, 16 do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 da Sra. Deputada independente; e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Entramos agora nas votações do artigo 2.º desta proposta. Votamos em primeiro lugar a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se os restantes artigos que compõem esta... ou seja, os restantes artigos que são alterados pelo artigo 2.º, se podem ser colocados à votação conjunta. São, nomeadamente, o 16.º, o 17.º, o 19.º e o 40.º. Não havendo oposição, estão então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor...

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Exatamente. Para o 40.º ser separado, Sra. Presidente.

Presidente: Será então votado separadamente o artigo 40.º.

Estão então à votação os artigos 16.º, 17.º e 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do Partido Socialista, 16 do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 da Sra. Deputada independente; e a abstenção do PPM.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos do Partido Socialista, 16 do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do Bloco de Esquerda e 1 da Sra. Deputada independente; e 1 voto contra do PCP e outro do PPM.

Presidente: Votamos agora o artigo 2.º com estas alterações que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 16 do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do Bloco de Esquerda e 1 da Sra. Deputada independente; 1 voto contra do PPM; e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 3.º do diploma, que é o artigo dos aditamentos. A primeira proposta de alteração que coloco à votação é a apresentada pelo Bloco de Esquerda, que altera o artigo 7.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, peço o favor de se sentar.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, penso que para uma interpelação...

(* **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Queríamos a votação número a número.

Presidente: Desculpe, eu não percebi.

O Orador: A votação em separado de cada um dos números da proposta.

Presidente: Sim, senhor. Será então feita esta votação em separado.

Está então à votação o n.º 1 do artigo 7.º-A.

Está-se a referir só então à proposta de alteração? Muito bem.

Então está à votação o n.º 3 desta proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos do Partido Socialista, 16 do PSD, 1 do PPM e 1 da Sra. Deputada independente; tendo votado favoravelmente 2 Deputados do CDS e 1 Deputado do Bloco de Esquerda; e a abstenção do Deputado do PCP.

Portanto, vou anunciar novamente tudo para não haver... Portanto, a proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos do Partido Socialista, 16 do PSD, 1 do PPM; tendo votado favoravelmente 2 Deputados do CDS e 1 Deputado do Bloco de Esquerda; e a abstenção do Deputado do PCP e da Sra. Deputada independente.

Presidente: Muito bem. Votamos agora o n.º 4 desta alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 16 Deputados do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 1 do PPM e a Sra. Deputada independente.

Presidente: Votamos agora o artigo 7.º-A da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É da proposta do Governo. 7.º-A da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 30 votos do Partido Socialista e 2 do CDS-PP; tendo votado contra 16 Deputados do PSD, 1

Deputado do PCP e 1 do PPM; e teve 1 abstenção do Bloco de Esquerda e da Sra. Deputada independente.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 7.º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Estamos a votar!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pode repetir, Sra. Presidente?

Presidente: Eu estou a colocar à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 7.º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 16 Deputados do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 1 do PPM e a Sra. Deputada independente.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 7.º-C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 16 Deputados do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado do PCP, o Sr. Deputado do PPM e a Sra. Deputada independente.

Presidente: Votamos então agora a proposta de aditamento, apresentada também pelo Bloco de Esquerda, artigo 7.º-D.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 16 Deputados do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, o Sr. Deputado do PPM e a Sra. Deputada independente.

Presidente: Votamos agora o aditamento 15.º-A, que faz parte da proposta apresentada pelo Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 30 votos do Partido Socialista, 16 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do Bloco de Esquerda; teve 1 voto contra do PCP e outro do PPM; e a abstenção da Sra. Deputada independente.

Presidente: Passamos agora às propostas de aditamento apresentadas pelo PSD. A primeira que coloco à votação é o artigo 83.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 83.º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora no âmbito...

Sras. e Srs. Deputados!

Votamos agora, no âmbito da proposta apresentada pelo Governo, o artigo 84.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos do Partido Socialista, 16 do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 1 voto contra do PPM; e a abstenção da Sra. Deputada independente.

Presidente: Votamos agora o artigo 84.º-B da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de aditamento, apresentada pelo Partido Socialista, artigo 84.º-C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 3.º da proposta com todas estas alterações que foram aprovadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O 3.º com todas as alterações que foram aprovadas.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do Partido Socialista, 16 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do Bloco de Esquerda; teve o voto contra do Deputado do PPM; e a abstenção do PCP e da Sra. Deputada independente.

Presidente: Penso que posso colocar à votação conjunta os artigos 4.º e 5.º da proposta. Não há oposição. Estão então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os artigos 4.º e 5.º da proposta.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do Partido Socialista, 16 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 da Sra. Deputada independente; e o voto contra do Deputado do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Votação final global da segunda alteração ao Orçamento para 2020. Foi aprovada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 16 do PSD, 3 do CDS-PP; teve 1 voto contra do PPM; e 1 abstenção do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 da Sra. Deputada independente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Considerando o nosso horário, vamos também interromper os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã, às 10h.

Eram 19 horas e 23 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste Parreira

João Paulo Lopes Araújo Ávila

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal Lima

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Maria João Soares Carreiro

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio de Sousa Mendes

Documentos entrados

1 - Projeto de Lei:

Assunto: Alarga o prazo para a realização por meios de comunicação à distância dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, procedendo à 5.ª alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março - n.º 456/XIV (PS) - n.º 332/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 09

2 - Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece regras de segurança aplicáveis a navios de passageiros, regras de tratamento de dados das pessoas que neles viajam e cria um sistema de inspeções relativo a outras embarcações, transpondo a Diretiva (UE) 2017/2108, a Diretiva (UE) 2017/2109 e a Diretiva (UE) 2017/2110 - MIH - Reg. DL 225/XXII/2020 - n.º 165/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 06 – 19

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 09

Assunto: Transpõe diversas diretivas e garante o cumprimento de obrigações decorrentes de Regulamentos europeus no domínio da fitossanidade - MA (Reg. DL 244/XXII/2020) - n.º 166/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 06 – 25

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 15

Assunto: Assegura a execução e garante o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 2016/2031, relativo a medidas de proteção contra as pragas dos vegetais, e do Regulamento (UE) n.º 2017/625, relativo aos controlos oficiais, no domínio das medidas de proteção contra pragas dos vegetais - MA - (Reg. DL 344/XXII/2020) - n.º 167/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 06 – 29

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 16

Assunto: Estabelece o mecanismo de emissão de garantias de origem para gases de baixo teor de carbono e para gases de origem renovável, atualizando as metas de energia de fontes renováveis - MAAC - (Reg. DL 325/XXII/2020) - n.º 168/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 20

Assunto: Estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Gás e o respetivo regime jurídico e procede à transposição da Diretiva 2019/692 - MAAC - (Reg. DL 336/XXII/2020) - n.º 169/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 06

3 – Propostas de Lei

Assunto: Autoriza o Governo a legislar sobre o sistema de unidades de medida legais, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1258, n.º 36/XIV (GOV) - n.º 328/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 06 – 29

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 06 (querendo)

Assunto: Estabelece medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos e o Código de Processo nos Tribunais Administrativos - n.º 329/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 06

4 – Projeto de Resolução do Conselho de Ministros

Assunto: aprova o Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora - PCM (MNE) - (Reg. R 348/XXII/2020) - n.º 170/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 21

5 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 58/XI

Assunto: [Primeira alteração ao DLR n.º 26/2019/A, de 22 de novembro - Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PPM e CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2020 – 09 – 03

6 - Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 65/XI

Assunto: [Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A, de 22 de janeiro, que procede à aprovação do Plano Anual Regional para 2020](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 26

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 03

N.º 66/XI

Assunto: [Segunda alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2020](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 26

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 03

7 - Proposta de Resolução:

N.º 18/XI

Assunto: [1.º orçamento suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020](#)

Proveniência: Mesa

Data de Entrada: 2020 – 06 – 29

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer:

8 - Projetos de Resolução:

N.º 235/XI

Assunto: [Apoio social excecional e transitório ao fornecimento de gás às famílias com perda de rendimento](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2020 – 06 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 22

(Rejeitado o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão)

N.º 238/XI

Assunto: [Recuperação da SATA](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2020 – 06 – 12

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 02

(Com pedido de urgência aprovado)

N.º 243/XI

Assunto: [Garantir um apoio extraordinário de proteção social aos trabalhadores do setor do táxi](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2020 – 06 – 16

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 02

(Com pedido de urgência aprovado)

N.º 244/XI

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para a Reversão da Privatização dos CTT](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

9 - Requerimentos:

Assunto: [Necessidade de professores de apoio para a Escola Básica Integrada da Horta](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 19

Referência: 54.03.07 – N.º 924/XI

Assunto: [Falta de manutenção e reabilitação na estrada Regional n.º 3-2.ª Transversal Ilha de São Jorge](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 22

Referência: 54.01.05 – N.º 925/XI

Assunto: [Obras de requalificação da Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico](#)

Autores: Jorge Jorge e Marco Costa (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 25

Referência: 54.03.06 – N.º 926/XI

Assunto: [Falta de resposta do Governo sobre a avaliação de segurança da zona da Lajinha \(Faial\) após a passagem do furacão Lorenzo](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 25

Referência: 54.03.07 – N.º 927/XI

Assunto: [Acesso ao Aquário de Porto Pim](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 25

Referência: 54.04.07 – N.º 928/XI

Assunto: [EBI da Horta](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 25

Referência: 54.04.07 – N.º 929/XI

Assunto: [Hospital da Horta](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 25

Referência: 54.04.07 – N.º 930/XI

Assunto: [Laboratório COVID-19 no Faial](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 25

Referência: 54.04.07 – N.º 931/XI

Assunto: [Orla costeira da Lajinha](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 25

Referência: 54.04.07 – N.º 932/XI

Assunto: [Verba para Baía de Porto Pim](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 25

Referência: 54.04.07 – N.º 933/XI

Assunto: [Falta de cobertura da rede de fibra ótica na ilha de São Jorge](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 25

Referência: 54.01.05 – N.º 934/XI

Assunto: [Programas ocupacionais na educação](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 26

Referência: 54.04.00 – N.º 935/XI

Assunto: [Programas ocupacionais na saúde](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 26

Referência: 54.04.00 – N.º 936/XI

Assunto: [Consultas não COVID-19](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 26

Referência: 54.04.00 – N.º 937/XI

Assunto: [Obras de conservação na ER 3, que liga a Urzelina ao Norte Grande na ilha de São Jorge](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 30

Referência: 54.04.05 – N.º 938/XI

Assunto: [Ordenamento e operacionalidade do porto e cais da Calheta, na ilha de São Jorge](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 30

Referência: 54.04.05 – N.º 939/XI

Assunto: [Novo matadouro da Ilha de São Jorge](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 30

Referência: 54.04.05 – N.º 940/XI

Assunto: [Material informático para a EBI do Topo](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 30

Referência: 54.04.05 – N.º 941/XI

Assunto: [Manutenção da nova escola da Calheta](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 30

Referência: 54.04.05 – N.º 942/XI

Assunto: [Investimento e modernização da Empresa Conserveira Santa Catarina](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 30

Referência: 54.04.05 – N.º 943/XI

Assunto: [Obras no Centro de Saúde das Velas](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 30

Referência: 54.04.05 – N.º 944/XI

Assunto: [O desastre da gestão relacionada com a reparação da embarcação "Ariel"](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Referência: 54.07.00 – N.º 945/XI

Assunto: [Resultados do processo interno realizado a propósito da alegada promiscuidade existente no âmbito da aplicação do "vale saúde" entre o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada e a Clínica do Bom Jesus](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Referência: 54.07.02 – N.º 946/XI

Assunto: [Solicitação de toda a documentação entregue pela SATA ao Governo Regional, no sentido do mesmo realizar a "fundamentação do pedido de auxílio de Estado" à empresa](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Referência: 54.07.00 – N.º 947/XI

Assunto: [Porto Afonso](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Referência: 54.04.04 – N.º 948/XI

Assunto: [Reparação da aerogare da Graciosa](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Referência: 54.04.04 – N.º 949/XI

Assunto: [Manutenção dos Trilhos oficiais da Graciosa](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Referência: 54.04.04 – N.º 950/XI

10 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [A falta de abastecimento de areia na ilha do Corvo está a provocar o colapso da construção civil](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 22

Referência: 54.07.09 – N.º 874/XI

Assunto: [Parque de retém de gado, Freguesia dos Cedros, ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 22

Referência: 54.04.08 – N.º 919/XI

Assunto: [Estação Geodésica na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 29

Referência: 54.04.08 – N.º 892/XI

Assunto: [Operação de transporte marítimo sazonal de passageiros e viaturas em 2020](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 867/XI

Assunto: [Quando será retomada a operação de transporte marítimo no triângulo?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 884/XI

Assunto: [Chegadas tardias do navio Malena causam prejuízo aos comerciantes florentinos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 30

Referência: 54.04.08 – N.º 900/XI

Assunto: [Derrocadas no Monte Queimado, ilha do Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 30

Referência: 54.04.07 – N.º 907/XI

Assunto: [Reabilitação da rede viária do Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 30

Referência: 54.04.07 – N.º 909/XI

Assunto: [Retoma da normalidade de exportação via aérea na ilha Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Referência: 54.03.04 – N.º 887/XI

11 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar parecer complementar sobre o "Projeto de Lei n.º 377/XIV (PSD) - Suspende os artigos 16.º e 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, por forma a dotar as Regiões Autónomas de todos os meios financeiros possíveis para fazer face aos efeitos da pandemia da doença COVID-19", "Projeto de Lei n.º 378/XIV (PSD) - Remissão à Região Autónoma da Madeira do pagamento dos encargos decorrentes do empréstimo PAEF, por forma a dotar a Região de todos os meios financeiros possíveis para fazer face aos efeitos da pandemia da doença COVID-19" e "Projeto de Lei n.º 408/XIV (CDS/PP) - Estabelece medidas excecionais e temporárias para apoio das Regiões Autónomas, procedendo à suspensão da aplicação dos artigos 16.º e 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas"

Proveniência: Tiago Tibúrcio, Assessor do Gabinete do Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 06 – 18

Assunto: Ofício a remeter relatório aprovado — Relatório n.º 08/2020-VIC/SRATC - Pousadas de juventude dos Açores, S.A.

Proveniência: Fernando Manuel Quental Flor de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2020 – 06 – 26

Assunto: Ofício a remeter Nota Plenário e Estudos sobre a População dos Açores e dos Recursos Humanos Açorianos

Proveniência: Gualter Furtado, Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 06 – 29

Assunto: Ofício a remeter relatório aprovado — Relatório n.º 01/2020-FS/SRATC - Centro de Artes Contemporâneas dos Açores - Construção, financiamento e exploração

Proveniência: Fernando Manuel Quental Flor de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2020 – 06 – 30

Assunto: Ofício a remeter o Relatório anual de execução do Plano de 2019

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Assunto: Ofício a remeter o Novo Relatório CFP - Análise da Revisão ao Orçamento do Estado para 2020

Proveniência: Helena Rua, Assessora de Comunicação do Conselho de Finanças Públicas

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

12 - Relatórios:

Assunto: [Audição n.º 146/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que "Altera a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição durante o trabalho a agentes cancerígenos ou mutagénicos, transpondo as Diretivas \(UE\) 2017/2398, 2019/130 e 2019/983 - MTSSS - \(Reg. DL 72/XXII/2019\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 06 – 19

Assunto: [Audição n.º 149/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico aplicável ao comércio de licenças e emissão de gases com efeito de estufa, transpondo a Diretiva \(UE\) n.º 2018/410 - MAAC - \(Reg. DL 44/XXII/2019\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 06 – 19

Assunto: [Audição n.º 151/XI-GR - Altera o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca e as prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca, transpondo a Diretiva \(UE\) 2017/159 - MTSSS - \(Reg. PL 58/XXII/2019\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 06 – 19

Assunto: [Audição n.º 159/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem – MAAC – \(Reg. DL 172/XXII/2020\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 06 – 19

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XI - Regime jurídico da atividade de polícia florestal da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Assunto: [Audição n.º 323/XI-AR - Projeto de Lei 449/XIV \(BE\) - Estabelece um número máximo de alunos por turma no ano letivo de 2020/2021 na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário devido à pandemia da COVID-19](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 06 – 26

Assunto: [Audição n.º 164/XI-GR - Projeto de Decreto Regulamentar que estabelece o regime de autorização do cultivo e exploração industrial de variedades de cânhamo - MA - \(Reg. DR 194/XXII/2020\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 06 – 25

Assunto: [Parecer complementar sobre o Projeto de Lei n.º 377/XIV \(PSD\) - Suspende os artigos 16.º e 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, por forma a dotar as Regiões Autónomas de todos os meios financeiros possíveis para fazer face aos efeitos da pandemia da doença COVID-19, "Projeto de Lei n.º 378/XIV \(PSD\) - Remissão à Região Autónoma da Madeira do pagamento dos encargos decorrentes do empréstimo PAEF, por](#)

[forma a dotar a Região de todos os meios financeiros possíveis para fazer face aos efeitos da pandemia da doença COVID-19 e Projeto de Lei n.º 408/XIV \(CDS/PP\) - Estabelece medidas excecionais e temporárias para apoio das Regiões Autónomas, procedendo à suspensão da aplicação dos artigos 16.º e 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 06 – 29

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 238/XI - Recuperação da SATA](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 243/XI - Garantir um apoio extraordinário de proteção social aos trabalhadores do setor do táxi](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

13 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 130 e 131.

O redator, André Silva